

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROSILENE GONÇALVES COSTA RODRIGUES

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PRONATEC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL –
2011 A 2015: uma análise no município de Uberlândia – MG.**

UBERLÂNDIA
2017

ROSILENE GONÇALVES COSTA RODRIGUES

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PRONATEC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL –
2011 A 2015: uma análise no município de Uberlândia – MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox.

UBERLÂNDIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R696c
2017

Rodrigues, Rosilene Gonçalves Costa, 1974-
As contribuições do PRONATEC para a educação profissional -
2011 a 2015 : uma análise no município de Uberlândia - MG / Rosilene
Gonçalves Costa Rodrigues. - 2017.
159 f. : il.

Orientador: Gabriel Humberto Muñoz Palafox.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Ensino profissional - Uberlândia (MG) -
Teses. 3. Educação - Aspectos sociais - Teses. 4. Educação de jovens e
adultos - Uberlândia (MG) - Teses. I. Muñoz Palafox, Gabriel
Humberto, . II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Wellington Ferreira de Jesus

Prof. Dr. Wellington Ferreira de Jesus
Universidade Católica de Brasília – UCB/DF



Robson Luiz de França

Prof. Dr. Robson Luiz de França
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Dedico este trabalho à minha família, especialmente ao **Luciano**, meu esposo, pelo incentivo nos momentos de desânimo, aos meus filhos, **Luís Felipe e Samuel**, por me ensinarem a fórmula da alegria diária: viver cada dia como se fosse o último.

“Seria uma atitude muito ingênuas esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”.

Paulo Freire.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, minha fonte inesgotável de vida! Porque Nele vivemos, nos movemos e existimos!

À minha família, especialmente aos meus pais, Daniel e Santa, exemplos de caráter e perseverança. Aos meus irmãos e irmãs pela força e companheirismo durante a caminhada.

Ao Luciano, meu esposo, pelo amor e cuidados dispensados aos nossos filhos nesse período. Luís Felipe e Samuel: sinto-me agraciada pela existência de vocês! Especialmente ao Samuel, quando inocentemente me dizia “já acabou, mãe?”.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGED, pelos conhecimentos compartilhados nas disciplinas; foram de grande valor.

Ao Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox pela recepção, amizade, e imparcialidade nas orientações frente às diferentes formações dos seus orientandos. Foram momentos de grande aprendizado, não só para a produção da escrita, mas para a vida! Muchas gracias!

Aos colegas da turma do mestrado 2015, pela convivência e amizade, especialmente a Rochele e Mariane, pela sincera amizade e carinho.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Maria Vieira Silva pelas importantes contribuições agregadas na qualificação e ao Prof. Dr. Robson Luiz de França pelas ricas contribuições compartilhadas na qualificação e pela disposição em aceitar a participar como membro da banca do mestrado juntamente com o Prof. Dr. Wellington Ferreira de Jesus, meu muito obrigada!

Agradeço aos estudantes, gestores e professores que participaram deste trabalho, compartilhando seus saberes e, muitas vezes, suas dúvidas e anseios, na esperança de que sejamos úteis na construção de um futuro mais reflexivo e, portanto, melhor!

RESUMO

O tema deste estudo está relacionado ao contexto histórico e conjuntural das políticas públicas da educação profissional brasileira, com resgate a partir de 1990, quando se iniciam as reformas educacionais de caráter neoliberal para a formação profissional de jovens e adultos, tendo o seu foco principal o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, instituído em 2011 sob a responsabilidade do governo federal, na gestão política do Partido dos Trabalhadores – PT, com a finalidade de promover a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica gratuita por meio de projetos e ações de assistência técnica e financeira do governo federal. O objetivo geral deste estudo é analisar a estrutura de funcionamento do PRONATEC, conhecer os resultados alcançados no âmbito nacional, estadual, em Minas Gerais, e municipal, utilizando-se a rede estadual de ensino no município de Uberlândia – MG como campo empírico no tocante à oferta de cursos técnicos de nível médio na forma concomitante, no período de 2011 a 2015. Esta pesquisa está fundamentada numa abordagem hermenêutica, com leitura crítica da realidade, com a utilização de técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foi constatado, a partir dos resultados abstraídos, que o PRONATEC aproxima-se muito das políticas da educação profissional iniciadas em 1990, com a oferta de uma formação profissional envolvida em um discurso de inclusão social, porém subordinada aos antigos anseios capitalistas de produção, com a produção de força de trabalho flexível, barata, ratificados pela priorização da oferta em cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, com efetivação de 6,5 milhões de matrículas em nível nacional, e 2,7 milhões em cursos técnicos de nível médio. A Iniciativa que mais se destacou foi a Bolsa-Formação, que utilizou-se, principalmente, das redes ofertantes do Sistema S e privadas de ensino. Os resultados da pesquisa de campo ratificam a tendência nacional, demonstradas pelos dados quantitativos, caracterizados pela baixa adesão da esfera estadual na oferta de cursos técnicos concomitantes, com índices importantes de evasão e sem investimentos em sua infraestrutura com intuito de conferir uma oferta de qualidade preconizada nos discursos do PRONATEC.

Palavras chave: PRONATEC. Educação Profissional. Políticas Sociais. Trabalho.

ABSTRACT

The theme of this study is related to the historical and circumstantial context of the public policies of the Brazilian professional education, since the year of 1990, when have begun the neoliberal educational reforms for the professional training of youngs and adults, whose focus lies on their main program, the Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, which was instituted in 2011 by the federal government, in the Workers Party – PT political management. This program purpose is to promote the expansion of the free professional and technological education offer by conceiving projects and actions of thecnical and finantial assistance from the federal government. The main goal of this investigation is to analyze the functioning structure of the PRONATEC, in order to know the results obtained in the national realm, in the state of Minas Gerais, and in the municipal level, by considering the state educational system of Uberlândia – MG as an empirical field related to the offer of Technical High School courses in the concomitant way, in the period of 2011 to 2015. This research is based on a hermeneutic-critical approach of the reality, by using bibliographic, documentary and field research techniques. It was noted, by the obtained results, that the PRONATEC is very close to the several professional education policies that have started since 1990, characterized by the offer of a professional training involved into a discourse of social inclusion. However, these policies are subordinated to the ancient capitalist wills, characterized by the flexible and cheap workforce production, confirmed by the prioritization of the offer in courses of Initial and Continued Training or professional qualification, with the realization of 6.5 million of registrations in the national realm, and 2.7 million in technical high school courses. The initiative that have more prominence was the Bolsa-Formação, that used, mainly, the structure of the ‘S’ System and of private educational systems. The results of this study confirm the national tendence, demonstrated by the quantitative data, characterized by the low adhesion of the state realm in the offer of technical concomitant courses, with important indexes of evasion and no investment in their infrastructure in order to ensure a good offer that is presented in the discourses of PRONATEC.

Keywords: PRONATEC. Professional Education. Social Policies. Work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da execução orçamentária MEC na educação profissional - Brasil no período de 2003 a 2014.....	72
Gráfico 2 – Evolução do número total de matrículas em âmbito nacional - Cursos Técnicos e FIC no período de 2011 a 2015.....	93
Gráfico 3 – Matrículas por Eixo tecnológico –FIC - Iniciativa Bolsa Formação em âmbito nacional no período de 2011 a 2015.....	96
Gráfico 4 – Matrículas por Eixo Tecnológico – Iniciativa Bolsa Formação – âmbito nacional - Cursos Técnicos no período de 2011 a 2015.....	98
Gráfico 5 – Representação do Percentual de Parceiros ofertantes do PRONATEC – Cursos Técnico e FIC - Iniciativa Bolsa-Formação em nível nacional período de 2011 a 2015.....	99
Gráfico 6 – Comparativo entre matrículas nos cursos Técnico e FIC - Uberlândia no período de 2011 a 2015.....	111
Gráfico 7 – Distribuição de matrículas por faixa etária e tipo de curso por intermédio da iniciativa Bolsa-Formação no município de Uberlândia no período de 2011 a 2015.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos participantes efetivos da Pesquisa.....	29
Tabela 2 – Investimento PRONATEC por Iniciativas – âmbito nacional no período de 2011 a 2015.....	87
Tabela 3 – Quantitativo de matrículas em cursos técnicos do PRONATEC - por Iniciativa -âmbito nacional no período de 2011-2015.....	89
Tabela 4 – Quantitativo de matrículas PRONATEC em cursos -FIC âmbito nacional - por iniciativa no período de 2011 a 2015.....	90
Tabela 5 – Matrículas efetivadas no PRONATEC - Cursos Técnicos e FIC – âmbito nacional Iniciativa Bolsa-Formação.....	92
Tabela 6 – Total de matrículas no PRONATEC em cursos Técnicos e FIC – Unidades Federativas: no período de 2011 a 2015.....	94
Tabela 7 – Matrículas PRONATEC por Região - Cursos Técnicos e FIC no período de 2011 a 2015.....	95
Tabela 8 – Matrículas em cursos técnicos e FIC - PRONATEC- por Iniciativa – Minas Gerais no período de 2011 a 2015.....	102
Tabela 9 – Matrículas no PRONATEC por Iniciativa e rede ofertante em cursos Técnicos e FIC – Minas Gerais - 2011-2015.....	103
Tabela 10 – Matrículas no PRONATEC por iniciativa e por tipo de curso – Técnico e FIC- Minas Gerais - 2011-2015.....	105
Tabela 11 – Matrículas do PRONATEC no município de Uberlândia – MG - por iniciativa no período de 2011 a 2015.....	109
Tabela 12 – Total de matrículas por Iniciativa e por tipo de curso PRONATEC no município de Uberlândia no período de 2011 a 2015.....	111
Tabela 13 – Matrículas no município de Uberlândia por Rede Ofertante nos cursos Técnicos e FIC no período de 2011 a 2015.....	112
Tabela 14 – Total de matrículas por Rede Ofertante e Iniciativa no município de Uberlândia no período de 2011 a 2015.....	113
Tabela 15 – Cursos ofertados por intermédio da Bolsa-Formação no município de Uberlândia no período de 2011 a 2015.....	117

LISTA DE QUADROS E IMAGENS

Quadro 1 – Modalidades da demanda do PRONATEC – EJA.....	77
Imagen 1 – Cursos ofertados pelo PRONATEC - FIC e Técnico.....	83
Imagen 2 – Localização de Uberlândia no mapa de Minas Gerais - MG.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEFET - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
- CETAL-FAM - Centro Tecnológico de Alimentos Fábio Araújo Motta
- CF - Constituição Federal
- CNC - Confederação Nacional do Comércio
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
- DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- EPT - Educação Profissional e Tecnológica
- E-SIC – Sistema Eletrônico de Serviços de Informação ao Cidadão.
- e-Tec - Escola Técnica Aberta do Brasil
- FIC - Formação Inicial e Continuada
- FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
- FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFTM - Instituto Federal do Triângulo Mineiro de Uberlândia
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- PAR - Plano de Ações Articuladas
- PARCs - Parcerias Nacionais e Regionais
- PEP-MG - Programa de Educação Profissional – Minas Gerais
- PEQs - Planos Estaduais de Qualificação
- PLANFOR - Plano Nacional de Educação Profissional
- PNQ - Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional
- PPA - Plano Plurianual
- PPGED - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia
- PPP - Parcerias Público-Privadas
- PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

QSP - Qualificação Social e Profissional

SEB - Secretaria Educação Básica

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAF - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço de Aprendizagem do Transporte

SNA - Serviços Nacionais de Aprendizagem

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Percurso Metodológico.....	18
Estrutura da dissertação.....	22
1 AS RELAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990.....	32
1.1 As configurações entre o mundo do trabalho a educação.....	32
1.2 Resgate histórico dos rumos da Educação profissional a partir de 1990: antigas práticas, novos desafios.....	37
1.3 A Educação Profissional no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).....	41
1.4 A Educação Profissional no governo Lula (2003-2010).....	51
1.5 A Educação Profissional no governo Dilma (2011-2016).....	59
2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A PERSPECTIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC.....	62
2.1 As configurações da Educação Profissional no âmbito do PRONATEC.....	62
2.1.1 Diretrizes e concepções do PRONATEC.....	65
2.1.2 Itinerários formativos do PRONATEC.....	82
2.1.3 Eixos formativos e modalidades – Iniciativa Bolsa-Formação.....	83
2.1.4 Resultados do PRONATEC no Brasil no período de 2011 a 2015.....	86
2.1.5 Eixos tecnológicos ofertados no PRONATEC - Iniciativa Bolsa-Formação (Brasil).....	95
3 CONFIGURAÇÕES DO PRONATEC NO MUNICIPIO DE UBERLÂNDIA - MG.....	101
3.1 O PRONATEC no Estado de Minas Gerais.....	101
3.2 A implementação do PRONATEC no município de Uberlândia- MG.....	105
3.3 As configurações do PRONATEC na rede estadual de ensino em Uberlândia: Cursos Técnicos de nível médio na forma Concomitante.....	115
3.4 A Pesquisa de campo: limites e possibilidades do PRONATEC na perspectiva de gestores, professores e estudantes de Uberlândia – MG.....	118
3.5 Discussão dos Resultados do PRONATEC.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	141
ANEXO A.....	153
APÊNDICE 1.....	157
APÊNDICE 2.....	158
APÊNDICE 3.....	159

INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa acadêmica em nível de mestrado no PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, iniciada no 1º semestre de 2015, vinculada à linha de pesquisa intitulada “Estado, Políticas e Gestão da Educação”.

O tema da pesquisa está relacionado ao contexto histórico, estrutural e conjuntural das políticas públicas educacionais brasileiras, com foco na formação profissional de jovens e adultos, cujo objeto de estudo é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC e seus desdobramentos no município de Uberlândia-MG.

Enquanto política social de Estado, faz-se necessária a compreensão da implementação dessas políticas no âmbito da educação profissional, suas transformações, influências e perspectivas geradas em um ambiente no qual coexistem classes sociais antagônicas, estabelecendo os vínculos existentes nos contextos econômicos, políticos e sociais.

Devido às transformações ocorridas no mundo do trabalho, influenciadas, principalmente, pelas mudanças ocorridas no modo de produção material dos homens, ou os processos produtivos, a educação vem se adequando a estas demandas apresentando modelos formativos com vistas a atender os anseios do grande capital.

Antes, porém, de adentrar a essa seara, considero relevante relatar um breve memorial¹, com a finalidade de apresentar, dentre outros aspectos, fatos vivenciados, motivações e indagações que, direta e indiretamente, confluíram para a problematização e definição do objeto de investigação.

A aproximação e a identificação com o objeto foram resultantes da minha experiência profissional. Natural da cidade de Montes Claros, localizada na região norte do estado de Minas Gerais – MG, estudei o ensino fundamental na rede pública estadual de educação, e o ensino médio na rede privada de educação na mesma cidade.

No final do ensino médio, entre 1994 e 1995, prestei o processo seletivo para ingressar na única instituição de ensino superior pública na cidade na época, a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, mas, diante da impossibilidade de conseguir este ingresso e do desejo de continuar a estudar, mudei-me para a cidade de Uberlândia. Nesse novo

¹“É um documento escrito relativo à lembrança, à vivência de alguém; memórias. Deve conter um breve relato sobre a história de vida pessoal, profissional e cultural do memorialista; por isso mesmo é escrito com o uso da primeira pessoa” (OLIVEIRA, 2005, p. 121).

contexto, fui aprovada em um processo seletivo para ingressar no Centro Tecnológico de Alimentos – CETAL, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, para realizar o Curso de Técnico em Alimentos, de forma gratuita, com duração de 24 meses.

Após ingressar no referido curso, no mesmo ano de 1995, recebi uma bolsa de estudos² destinada a contribuir mensalmente com a minha complementação de renda.

Ao término do curso, iniciei um Estágio supervisionado no laboratório da empresa Uberlândia Refrescos S.A, a “Coca-Cola”, onde, posteriormente, a partir do ano de 1996, assumi o cargo efetivo de auxiliar de laboratório até o ano 2000.

Nesse período, diante do anseio de ingressar no ensino superior, concorri ao processo seletivo, vestibular, na Universidade Federal de Uberlândia, e, em 1998, ingressei no Curso de Ciências Contábeis. A inserção no universo acadêmico mudou significativamente meu estilo de vida, na medida em que me possibilitou a convivência com outros trabalhadores-estudantes com uma dupla jornada laboral: trabalhando no período matutino e vespertino, e estudando no período noturno.

Entretanto, o curso de Ciências Contábeis possibilitou-me sair do campo da tecnologia de alimentos para ingressar como estagiária e, posteriormente, como funcionária já formada em empresas privadas da região, tais como a Souza Cruz e a Sadia no período de 2001 a 2006.

No final de 2006, por motivos pessoais, mudei-me para a cidade de Itumbiara, no estado de Goiás, onde me dediquei integralmente aos cuidados da minha família até o ano de 2009, em que retornamos a Uberlândia, onde tive oportunidade de voltar a trabalhar a partir do ano de 2010, dessa vez no âmbito estadual da educação como servidora designada ao cargo de “Assistente Técnico em Educação” lotada no setor financeiro da Escola Estadual “Hercília Martins Rezende”, localizada no Bairro Pampulha, setor sul da cidade.

Posteriormente, em 2012, fui aprovada em concurso público para continuar a exercer o mesmo cargo, porém na condição de servidora efetiva, e, no mesmo ano, fui selecionada a exercer a prática da docência num curso Técnico de Contabilidade (Educação Profissional) oferecido pela “Uber Empreendimentos Culturais Ltda.” Colégio CECON em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto do programa denominado “Programa de Educação Profissional - PEP-MG”.

Entre 2013 e 2014, tive a oportunidade de ministrar as disciplinas de Contabilidade Comercial, Empreendedorismo e Ética Profissional, apesar de não ter recebido nenhum tipo de capacitação para o exercício da docência e de ter encontrado dificuldades para estabelecer

²A ajuda de custos, na forma de bolsa de estudos, era oferecida pelo próprio SENAI aos alunos oriundos de outras cidades.

uma relação entre a teoria e a prática no contexto dos conteúdos que deveriam ser aprendidos pelos estudantes. Em que pesem as dificuldades encontradas, essa experiência foi gratificante sobretudo por me possibilitar vivências como estudante e profissional técnica de nível médio, contribuindo com a formação dos estudantes, aproximando-me da sua visão de mundo e dos percalços da sua própria realidade enquanto classe trabalhadora.

Aproveitando a experiência docente vivenciada no campo da educação profissional, em 2014 participei de um novo processo seletivo no Instituto Federal do Triângulo Mineiro de Uberlândia - IFTM- Campus Uberlândia, para atuar nesse campo educacional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. A finalidade era ministrar um módulo de 32 horas/aula no curso de curta duração, destinado à formação inicial e continuada - FIC ou formação profissional de Auxiliar Administrativo, com carga horária total era de 160 h/a.

O PRONATEC nasceu com a finalidade, conforme dispõe a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, com o objetivo de tornar-se uma proposta ativa na democratização da oferta de educação profissional técnica de nível médio e qualificação profissional para jovens e adultos, e formação de professores, de nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 2011a).

O Programa PRONATEC é parte integrante de um conjunto de políticas públicas da educação profissional do governo federal, criado em 2011, com a finalidade de contribuir, em todo o território nacional, com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, sustentado por outras ações já existentes, como: a Expansão da Rede Federal de Ensino, o Programa Brasil Profissionalizado, o Programa Rede e-Tec Brasil e do Acordo de Gratuidade dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SNA, além da iniciativa da Bolsa-Formação, lançada com o Programa (FERES, 2015).

Diante desse novo contexto de trabalho docente, frente ao fato de ter me deparado, por exemplo, com grupos de jovens e adultos de diferentes níveis de escolaridade lotados numa mesma sala de aula, comecei a perceber nesse âmbito uma série de contradições e dificuldades que, invariavelmente, conduziram-me à identificação de um conjunto de indagações as quais, por sua vez, terminaram se transformando num problema que, para ser abordado, implicaria necessariamente a realização de um trabalho de pesquisa.

Dentre tais indagações surgidas, além de outros aspectos pela comparação da minha própria experiência acadêmica na educação profissional com a realidade vivida na qualidade de docente do PRONATEC, comecei a perguntar:

- Quais as reais contribuições do PRONATEC na expansão de cursos técnicos de nível médio?

- Até que ponto um programa desta natureza e envergadura política contribui ou tem contribuído no processo de formação do estudante/trabalhador?

- Quais os reais motivos do esforço governamental em democratizar o acesso ao ensino profissional?

A partir dessas e outras inquietações, surgiu, então, o interesse em aprofundar os meus estudos no campo das políticas públicas da educação profissional por meio da formulação do seguinte problema de pesquisa: Quais as contribuições do PRONATEC para o fortalecimento da educação profissional no país, no Estado de Minas e em Uberlândia, no recorte temporal de 2011 a 2015?

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a estrutura de funcionamento do PRONATEC, conhecer os resultados alcançados no âmbito nacional, em Minas Gerais, utilizando-se a rede estadual de ensino no município de Uberlândia – MG como campo empírico quanto à oferta de cursos Técnicos de nível médio na forma concomitante no período de 2011 a 2015.

Com a finalidade de responder às indagações formuladas, os objetivos específicos são apresentados a seguir:

1. Contextualizar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, as relações históricas entre trabalho e a educação, bem como as configurações das políticas públicas do governo federal brasileiro, materializadas em programas de educação profissional para jovens e adultos, a partir da década de 1990;

2. Identificar as diretrizes e concepções do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, à luz do marco legal historicamente instituído e a sua implementação no âmbito das políticas públicas de educação profissional no Brasil;

3. Analisar os resultados do PRONATEC em Minas Gerais e no município de Uberlândia, compreender seus limites e potencialidades a partir da aproximação dos gestores, professores e estudantes envolvidos no Programa, especificamente no âmbito estadual de ensino, na modalidade técnica de nível médio, articulada na forma concomitante ao Ensino Médio.

A relevância do objeto é justificada pelo expressivo volume de recursos, em nível nacional, com a utilização de gastos que ultrapassam 15 bilhões de reais, no período do recorte compreendido entre os anos de 2011 a 2015, os quais foram liberados de forma exclusiva na oferta de cursos Técnicos de Nível Médio, Formação Inicial e Continuada ou

qualificação profissional, no âmbito do PRONATEC, com um alcance de mais de 4000 municípios brasileiros (FERES, 2015).

Ademais, destaca-se da grande expectativa gerada em seu lançamento, a qual configurou um *marketing* na ampliação das políticas sociais apresentadas pelo governo PT.

O PRONATEC nasce com o objetivo de promover e ampliar o acesso à educação profissional de qualidade voltada para jovens e adultos, buscando contribuir com a melhoria do ensino médio público e incentivar as articulações entre as políticas de educação profissional e as políticas de geração de emprego e renda, conforme premissas propostas no seu arcabouço legal, a Lei 12.513/2011.

Em 2011, com o Brasil em crescimento, o PRONATEC foi apresentado como um instrumento eficiente, no âmbito da educação profissional, em resposta às demandas do mercado na produção de bens e serviços.

Percorso Metodológico

Esta pesquisa encontra-se orientada epistemologicamente a partir da metodologia do materialismo histórico-dialético, por meio de uma abordagem crítica, com o intuito de promover o resgate da realidade histórica das políticas da educação profissional no Brasil, a partir de 1990, estabelecendo as relações existentes entre o trabalho na sociedade contemporânea e as políticas públicas atuais de formação profissional.

Acredita-se que a forma mais apropriada na condução desta pesquisa seja pelo estudo da realidade material, por meio das mediações e contradições existentes entre a educação e o mundo do trabalho, apreendidas pelo movimento dialético, considerando o modo de produção capitalista vigente e suas históricas condicionantes nas relações sociais.

Conforme Frigotto e Ciavatta (2006a, grifo do autor) Karl Marx já alertava que a “ciência burguesa”, envolvida numa ideologia que procura naturalizar as relações capitalistas, busca respostas para seus desajustes internos, como as desigualdades sociais, típica dessa forma social, e tendem a abandonar o fator histórico que as produz, enfrentando seus resultados, e nunca seus determinantes.

Marx (1977a) acreditava que o modo de produção dos meios de subsistência humana, ou seja, o trabalho, reveste-se em mais do que uma forma de simples atividade, na medida em que as relações instituídas nesse processo entre os seres humanos são fundamentais para determinar histórico-dialecticamente a formação da sua própria consciência. Assim,

seus meios de vida dependem, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem que reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 1977a, p. 27-8).

Ou seja, o ponto de partida inicia-se por meio das atividades de produção de bens materiais, em que são estabelecidas relações entre os seres humanos envolvidos no processo de transformação, e essas relações influenciam sua forma de consciência e interação social.

Para Gorender (1996) as transformações nas relações de trabalho estabelecem o indicativo da mudança nas relações produtivas, bem como nas formas sociais de relacionamento humano. Assim, sob o ponto de vista antropológico, o fator trabalho constitui-se um elemento fundamental tanto de natureza econômica quanto social.

Ainda segundo o autor, Marx acreditava na necessidade de se revelar o processo de formação histórica das relações existentes entre o modo de produção capitalista e o proletariado, propondo sua transformação, e esse movimento só seria compreendido de forma dialética.

O método dialético como uma abordagem para a interpretação da realidade buscava antes de tudo, trazer a explicação da realidade estudada e o dinamismo em suas relações. “A dialética é a explicação do movimento, da transformação das coisas” (GADOTTI, 1990, p. 15).

O termo “*dialética*” não foi concebido em Marx, entretanto, como afirma Gadotti (1990, p. 19), “é apenas em Marx e Engels que a dialética adquire um status filosófico (o materialismo dialético) e científico (o materialismo histórico)”, e, assim, determina o materialismo dialético sob duas vertentes:

- 1) como dialética, estuda as leis mais gerais do universo, leis comuns de todos os aspectos da realidade, desde a natureza física até o pensamento, passando pela natureza viva e pela sociedade. 2) como materialismo, é uma concepção científica que pressupõe que o mundo é uma realidade material (natureza e sociedade), onde o homem está presente e pode conhecê-la e transformá-la (GADOTTI, 1990, p. 22).

O materialismo dialético constitui-se do revestimento materialista-histórico (forma de organização dos homens no processo de produção em seu percurso histórico) e de seu caráter dialético, quando busca investigar o objeto e suas conexões íntimas estabelecidas em seu processo de construção. Dessa forma,

O fim último da investigação consiste em se apropriar em detalhe da matéria investigada, analisar suas diversas formas de desenvolvimento e descobrir seus nexos internos. Somente depois de cumprida tal tarefa, seria possível passar à exposição, isto é, à reprodução ideal da vida da matéria (GORENDER, 1996, p. 24).

O processo de investigação para Marx, expressa em Gorender (1996) seria a apreensão máxima dos fatos, com a apropriação máxima de cada detalhe da matéria, para, então, tornar possível a determinação do método de exposição, que compreende a reprodução ideal da matéria investigada.

A dialética marxiana contrapõe o idealismo hegeliano³, que acreditava que os movimentos do mundo material eram subordinados à ideia, daquilo que se passava na consciência, no pensamento, e, com isso, o resultado da experiência idealizada poderia modificar a realidade (GADOTTI, 1990). Marx contrapõe essa afirmação idealista propondo exatamente o inverso, para ele a existência era algo real e material, e as relações do homem com o meio influenciavam a sua consciência, que se tornava subordinada ao mundo material, ou à realidade.

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, 1977b, p. 301).

Assim, Marx propôs a aplicação da dialética nas determinações da realidade concreta, e não somente na ideia, como defendia Hegel (GADOTTI, 1990).

³ Para Hegel a lógica por si mesma se identifica à ontologia, a ideia Absoluta é o próprio Ser, assim a ontologia só podia ter caráter idealista e especulativo" (GORENDER 1996, p.23). "O processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa" (GORENDER, 1996, p.140).

A dialética, nesse contexto, é utilizada na determinação e compreensão das relações econômicas, políticas e sociais do mundo material, em que se acredita ser um instrumento apropriado pelo ser humano na busca da consciência plena, desvelando a verdade, tornando-se um meio eficaz para transformar o mundo real.

O essencial na análise dialética é a compreensão das condições de existência e as diferentes formas de consciência social, a maneira com que estas se relacionam e se correlacionam.

A realidade não obedece à lógica do pensamento ou da razão; antes, o desafio é do pensamento humano ou da razão no sentido de apreender a materialidade contraditória, não linear, particularmente no campo humano-social, dos fenômenos ou fatos que buscamos analisar e compreender. Temporalidades diversas entram em cena como constitutivas do presente. Trata-se de entender que a singularidade, a particularidade e a universalidade se produzem numa mesma totalidade histórica a ser reconstruída no processo de investigação. Esse esforço, em termos do método dialético do legado de Marx e Engels, não é senão o desafio de ascender do “empírico ponto de partida ao concreto pensado”, sendo esse sempre síntese de múltiplas determinações que têm que ser apreendidas minuciosamente no plano da pesquisa e ordenadas analiticamente no processo de exposição. Vale dizer que a delimitação não pode ser arbitrária, mas sim fundada em elementos dados pela realidade a ser estudada (FRIGOTTO, 2006, p. 26).

Ao expor o método histórico-dialético, Gadotti (1990) afirma que, diferentemente da ciência que objetiva desvelar as concepções limitadas do real, o materialismo dialético tem por objetivo a concepção da realidade estudada em seu conjunto. E, apesar disso, o método não é desvinculado da ciência, mas se utiliza dela para sobrepor-se.

Para Gorender (1996) os cientistas da época em que se erigiu o método marxista consideravam a dialética inútil aos trabalhos científicos e a desprezavam em favor do positivismo. Entretanto, Marx conseguiu conferir à dialética um caráter científico, porém isento de moldes esquemáticos pré-estabelecidos, realizando um movimento infindável do conhecimento a partir da dialética inerente ao ser humano.

Apesar de a exposição marxista basear-se na análise contraditória dos fenômenos por meio do movimento dialético, ela não abandona a derivação dedutiva da lógica formal, caracterizada por expressões matemáticas, que é justamente baseada no princípio da não contradição.

Não obstante, seja frisado, a lógica formal está para a lógica dialética, na obra marxiana, assim como a mecânica de Newton está para a teoria da relatividade de Einstein. Ou seja, a primeira aplica-se a um nível inferior do

conhecimento da realidade com relação à segunda (GORENDER, 1996, p. 24).

A explicação da exposição acima se detém no fato de que o cientista Isaac Newton explica os fenômenos macroscópicos utilizando-se a mecânica clássica, enquanto Albert Einstein propôs que a natureza da luz e as relações entre espaço e tempo não poderiam ser compreendidas mediante as leis de Newton, propondo, a partir daí, uma ruptura radical no meio científico e introduzindo um pensamento físico considerado “*surrealista*” em sua época.

Dessa forma, acredita-se que a determinação desta abordagem na aplicação da investigação empírica seja a forma mais adequada, pois permite, pela via da reflexão dialética e seus movimentos, estabelecer uma dinâmica de conexões entre as relações do sujeito com objeto de estudo, quer sejam implícitas ou explícitas, em que o investigador irá, a partir dos elementos que integram a realidade aparente, interpretar esses fenômenos, mantendo sempre o seu caráter contraditório e indispensável ao processo da pesquisa.

Frigotto (2006, p. 27) entende que “o elemento crucial na análise dialética no campo das ciências sociais e humanas é, pois, a capacidade de apreender a relação entre os elementos estruturais e conjunturais que definem um determinado fato ou fenômeno histórico”, em que o elemento estrutural refere-se à materialidade dos processos históricos, enquanto que os conjunturais se reportam à temporalidade recente ou vigente em que os atores sociais estabelecem as relações de lutas por seus interesses.

Estrutura da dissertação

Na execução desta pesquisa, em se tratando do objeto estar inserido no bojo das políticas educacionais, foi utilizada a pesquisa qualitativa com emprego de dados quantitativos com a finalidade de responder a questões consideradas relevantes para o contexto desta pesquisa, sem perder de vista o objeto estudado.

Para Demo (1993, p. 128) a pesquisa qualitativa implica a realização de um “diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a capacidade de ‘aprender e apreender’ e como tal, faz parte de todo o processo educativo e emancipatório”.

A pesquisa de natureza qualitativa traz particularidades que não podem ser quantificadas, já que se debruça no universo do ser social e suas relações intersubjetivas, em busca do conhecimento e significados dos fatos, suas intenções, princípios, valores e ações sociais. Conjunto de fenômenos humanos que constituem a realidade social, “pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que o faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhadas com seus semelhantes” (MINAYO, 2009, p. 21).

Nesse sentido, os métodos e as técnicas qualitativas utilizadas para contribuir com a apreensão desse conjunto de fenômenos relacionados com o problema de pesquisa constituem-se em instrumentos de coleta e análise de informações obtidas entre sujeitos inquiridos e o estudo de documentos e outros materiais necessários para se compreender o objeto de pesquisa em questão.

Para tanto, no âmbito da prática da pesquisa qualitativa, foram utilizadas as técnicas de investigação bibliográfica, documental e de campo.

Na execução do processo investigativo, a pesquisa bibliográfica abarcou consultas e estudos em livros, artigos⁴, dissertações e materiais *on-line*, cuja temática relacionou-se com as políticas públicas da educação profissional, além de consultas a dissertações, artigos e estudos específicos sobre o Programa PRONATEC⁵.

Para Gil (2008, p. 50), a técnica de “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livro e artigos científicos”. Dessa forma, há maior credibilidade às novas descobertas, conferindo maior qualidade à investigação.

Quanto à pesquisa documental, foram examinados os documentos oficiais: Leis Federais: n.º 11.741/2008, 12.513/2011, 12.816/2013; Decretos: n.º 2.208/1997; 5.154/2004 5.840/ 2006; e Portarias nº 125/2014, 160/2013 e 817/2015, dentre outros que fazem parte do arcabouço legal os quais regulamentam a educação profissional e tecnológica no Brasil. Ademais, também foram analisados relatórios e estudos governamentais que subsidiaram e fundamentaram a compreensão do Programa PRONATEC. Foram solicitadas ainda, informações sobre o Sistema Eletrônico de Serviços de Informação ao Cidadão-e-SIC, além da coleta de dados no módulo público – SIMEC –Painel de Controle do MEC.

⁴ De autores como: Antunes (2004), Ferreira (2006, 2010, 2013), Frigotto, (2001, 2003, 2006), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005a, 2005b, 2014), Gadotti (1990) Kuenzer (1997, 2002, 2006) Saviani (2007), entre outros.

⁵ Ramos (2014), CGU (2014), IPEA (2014), Barbosa Filho(2015); Feres (2015), Lima(2016) entre outros.

No que diz respeito à técnica de investigação documental, compreendeu a identificação e o estudo de documentos originados a partir fontes oficiais avaliadas como confiáveis para efeitos da prática de pesquisa. Trata-se, portanto, da busca e do estudo de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados), cujas técnicas têm sido comumente utilizadas na investigação histórico social,

a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências; além das fontes primárias, os documentos propriamente ditos, utilizam-se as fontes chamadas secundárias, como dados estatísticos, elaborados por Institutos especializados e considerados confiáveis para a realização da pesquisa (PÁDUA, 1997, p. 62).

A principal característica das técnicas documentais no campo das ciências sociais e históricas, segundo Marconi e Lakatos (2007), é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, que podem se constituir como fontes primárias para a realização de uma pesquisa desta natureza.

No que tange à pesquisa de campo, na qual se procedeu à coleta de dados quantitativos e qualitativos relativos ao objeto da pesquisa, foi realizada por meio da utilização das técnicas de Entrevista Semiestruturadas e de Questionário junto aos sujeitos da pesquisa.

Considera-se importante destacar aqui que, do ponto de vista metodológico, a pesquisa de campo é caracterizada pela estreita aproximação do pesquisador junto à amostra da população a ser investigada (doravante denominada como “sujeitos da pesquisa”), a qual deve possuir ou possuir, num passado recente, uma clara relação com o fenômeno investigado (MINAYO, 2009). Sujeitos da pesquisa que, por meio da utilização de técnicas de coleta de dados, devem permitir a construção de um diálogo capaz de incorporar os múltiplos “olhares” e visões existentes frente ao mesmo objeto de investigação.

Por esses motivos, José Filho (2006, p. 64) afirma que “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

Durante a realização da aproximação e de diálogo junto aos sujeitos da pesquisa, foi utilizada a técnica de Entrevista semiestruturada, caracterizada pela elaboração inicial de roteiros de perguntas previamente elaborados com questionamentos relativos especificamente ao tema investigado.

Esses roteiros foram utilizados como suporte norteador dos processos de entrevista, em que os sujeitos, de acordo com a posição que ocupam no âmbito da pesquisa, tais como gestores e professores vinculados ao PRONATEC, foram submetidos aos mesmos

questionamentos. Entretanto, durante o desenvolvimento das entrevistas, dada a natureza qualitativa de uma entrevista semiestruturada, tal como seria de esperar, ocorreram diálogos destinados a complementar e ampliar informações solicitadas, considerando que a técnica não é rígida, mas dotada de flexibilidade, sem, contudo, perder de vista seu eixo orientador. Em síntese, este tipo de técnica,

Representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, sendo considerada uma das principais técnicas de trabalho nas pesquisas em ciências sociais. Além disso, há que se atentar para o caráter de interação entre pesquisador e entrevistado, principalmente nas entrevistas não totalmente estruturadas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33).

Finalmente, vale ressaltar que todas as entrevistas semiestruturadas realizadas como parte desta pesquisa ocorreram com os sujeitos da pesquisa (gestores e professores) procedendo-se, inicialmente, à definição prévia de uma data, hora e local devidamente preparado para esta atividade, e dada a devida ciência no dia da entrevista, por meio da leitura da estrutura da pesquisa, suas finalidades, objetivos e relevância, por meio das informações contidas no **Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE** elaborado conforme as normas estabelecidas pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia - UFU⁶. Em seguida, depois de serem prestados os devidos esclarecimentos, cada entrevista foi efetuada procedendo-se à gravação digital de cada um dos depoimentos prestados para posterior transcrição.

A outra técnica utilizada na coleta dos dados ocorreu por meio da aplicação de questionários. De acordo com Gil (2008), ela se constitui como um processo geralmente caracterizado por um número relativamente expressivo de questões, que é disponibilizado aos sujeitos de uma pesquisa, objetivando conhecê-los por meio da abstração de suas opiniões, anseios, interesses, expectativas, experiências etc. Para Marconi e Lakatos, a técnica de Questionário é um instrumento de

Coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador, depois de preenchido o pesquisado devolve-o do mesmo modo (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 203).

⁶ O Termo de consentimento assinado em comum acordo pelos participantes da pesquisa é uma exigência do Comitê de Ética e Pesquisa, de onde constam os detalhes e informações sobre o objeto e as garantias éticas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esta pesquisa teve seu projeto inicial submetido ao CEP e aprovado em 08/2016, sob o número CAAE 57035516.0.0000.5152.

Tomando o cuidado metodológico de que as questões de um questionário de pesquisa sejam relacionadas, objetivamente, ao objeto de pesquisa em questão, a aplicação desses instrumentos foi conduzida obedecendo a um protocolo de preenchimento por parte do sujeito da pesquisa, que não foi influenciado em suas respostas por parte do pesquisador.

Quanto à forma de apresentação do questionário, aproveitando-se os avanços da informática para a gestão de coleta de informações, foi utilizada a tecnologia “*Google*” de produção e distribuição de questionários *on-line* direcionados aos endereços eletrônicos fornecidos pelos próprios sujeitos da pesquisa.

Tais questionários *on-line* foram precedidos de uma apresentação sobre as finalidades da pesquisa, a qual foi descrita de forma detalhada, além de ressaltar, ainda, a importância da contribuição que seria alcançada pela realização desta pesquisa.

Para tanto, uma vez enviados os questionários aos sujeitos da pesquisa, foi estabelecido um prazo para a devolução das respostas daqueles que se dispuseram espontaneamente em respondê-lo.

Além disso, diante da necessidade de ampliar a base de dados de pesquisa, também foram impressos questionários em papel para serem distribuídos pessoalmente aos sujeitos da pesquisa, neste caso, aos estudantes dos cursos ofertados pelo PRONATEC iniciados em 2015, e que já estavam em desenvolvimento durante 2016.

No que diz respeito aos sujeitos selecionados para realizar este trabalho de pesquisa, vale considerar, aqui, que, do ponto de vista de uma abordagem qualitativa, é importante observar que o emprego da expressão amostra, ou recrutamento, denota uma lógica diferente da utilizada pelas perspectivas quantitativas. Sob o ponto de vista qualitativo, os princípios de definição amostral foram baseados na busca de aprofundamento e de compreensão “de um determinado grupo social, de uma organização, de uma instituição ou de uma representação” (MINAYO, 2005, p. 94) relacionadas diretamente com o nosso objeto de pesquisa.

Em decorrência disso, o recrutamento da amostragem qualitativa foi fundamentado na priorização “dos sujeitos que possuem os atributos que se deseja conhecer”, e, portanto, numa escolha pautada pelo conhecimento resultante do conjunto das experiências vivenciadas, neste caso daquilo que se pretende descrever e interpretar (MINAYO, 2005, p. 95).

Com base nestas orientações, a amostra e o recrutamento dos sujeitos da pesquisa foram constituídos por um coletivo de gestores, professores e estudantes matriculados e egressos que participaram do PRONATEC no período de 2011 a 2015, priorizando os cursos ofertados na modalidade técnica na forma concomitante ao Ensino Médio das escolas públicas estaduais localizadas no município de Uberlândia, Minas Gerais.

Para identificar o número de participantes da pesquisa, foi verificado, inicialmente, que na cidade de Uberlândia foram efetuados um total de 24.282 matrículas no Programa PRONATEC ofertados em cursos técnicos de nível médio (mínimo 800 horas) e de Formação Inicial e continuada ou qualificação profissional - FIC (mínimo 160 horas). Todavia, foi verificado que, desse montante, apenas 381 matrículas foram efetivadas na rede estadual de ensino de Uberlândia para os cursos técnicos de nível médio na forma concomitante (MEC, 2016a).

Após o levantamento das principais escolas estaduais que ofertaram o PRONATEC no município, por meio de dados fornecidos pela Superintendência Regional de Ensino, foram definidos os critérios de escolha das instituições ofertantes.

A Instituição 1 foi selecionada por ser a pioneira na oferta do PRONATEC, ocorrida em 2012, porém não prosseguiu na oferta de cursos do Programa. Ainda assim, os gestores disponibilizaram os dados dos estudantes egressos, como endereços eletrônicos e telefones, para o prosseguimento da realização da pesquisa de campo.

A instituição 2 foi selecionada por ter sido, dentre as instituições estaduais, a de maior relevância no quantitativo de matrículas (120) no município em cursos do Programa PRONATEC em cursos técnicos de nível médio na forma concomitante, e com oferta vigente dos cursos no ano de 2015.

Nesse contexto, foram selecionadas duas escolas públicas da rede estadual de ensino que firmaram parceria como ofertantes do Programa PRONATEC, as quais foram denominadas, aqui, de Instituição 1 e Instituição 2.

Foi realizada, também, entrevista com a gestora dos cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC, na Prefeitura Municipal de Uberlândia - PMU, porém sem aplicação de questionários nas instituições ofertantes dessa modalidade por não ser o foco dessa pesquisa. A entrevista ocorreu apenas com intuito de entender a forma de organização da oferta FIC no município.

Com base nos critérios de recrutamento, entre entrevistas e questionários, obteve-se uma amostragem de 71 sujeitos de pesquisa, dos quais 62 foram estudantes egressos e frequentes aos cursos do PRONATEC da Instituição 1 e 2, por meio da aplicação *on-line* e presencial de questionários, e os outros 9 participantes referem-se aos gestores e professores entrevistados em ambas instituições.

Ressalta-se que, do total de questionários enviados (62) ou entregues pessoalmente, foram obtidas 37 respostas dos estudantes que se prontificaram em respondê-los e devolvê-

los, sendo identificadas, desse total, respostas de 9 de egressos, e 28 dos estudantes frequentes⁷ em cursos na Instituição 2, iniciados em 2015 e vigentes em 2016.

Dessa forma, a amostra total de participantes efetivos da pesquisa somou 46 sujeitos, formada por 37 estudantes, 6 gestores e 3 professores, em três instituições de ensino, uma de âmbito municipal, e duas de âmbito estadual, onde ocorreram as entrevistas e aplicação de questionários.

O critério para inclusão dos gestores e professores considerou o seu interesse e disponibilidade em participar da pesquisa, e, posteriormente, eles foram submetidos à entrevista semiestruturada a partir de um roteiro previamente elaborado.

A entrevista com a gestora da Prefeitura Municipal ocorreu na Secretaria de Desenvolvimento social, onde trouxe informações básicas quanto à contribuição da PMU na implementação do PRONATEC no município em cursos de Formação Inicial de Continuada-FIC. Nessa instituição, não houve aplicação de questionários por não ser essa modalidade de ensino o foco principal da pesquisa de campo.

Quanto ao percurso na realização da pesquisa de campo no âmbito estadual, na modalidade concomitante, foco principal desta pesquisa, a princípio, realizou-se um primeiro contato com o diretor da Instituição 1 para apresentação da pesquisa, seus objetivos e finalidades. Após esse primeiro contato, ocorrido em 07 de julho de 2016, foram agendadas as visitas para a realização das entrevistas, ocorridas em agosto desse ano. Nessa instituição, foram entrevistados 03 gestores e 01 professor.

A abordagem dos estudantes nessa mesma instituição, para a aplicação dos questionários, ocorreu na forma *on-line*, em que foram enviados via e-mail os formulários elaborados de acordo com os modelos do *Google forms*, visto que essa instituição ofertou cursos do PRONATEC no ano de 2012, e não mais ofertou durante o período de estudo. Foram enviados questionários a todos os estudantes matriculados no ano de 2012 na Instituição 1, num total de 34 estudantes⁸ do curso Técnico em Contabilidade.

O mesmo procedimento de abordagem foi aplicado à Instituição 2, porém, diferentemente da Instituição 1, nessa havia turmas com cursos do PRONATEC em andamento, iniciados em 2015. Nessa instituição, foram entrevistados 02 gestores e 02

⁷ Aos estudantes egressos da Instituição 1 (num total de 34), entre os que concluíram e que não concluíram o curso Técnico em Contabilidade, foram enviados os questionários *on-line* e reenviados por três vezes; foram obtidas respostas de 9 estudantes (8 que concluíram e 01 não concluiu). Aos estudantes da Instituição 2, foram aplicados questionários a 28 estudantes dos cursos Técnicos em Administração e Recursos Humanos, sendo recebidos todos os questionários entregues.

⁸ Desses 34 estudantes, somente 10 concluíram com êxito o curso.

professores. As entrevistas com os gestores e professores ocorreram no prédio da escola no período noturno, com horário pré-agendado, também em agosto de 2016.

Quanto à seleção dos estudantes, foram submetidas à pesquisa as turmas com o acesso previamente autorizado por parte do professor regente de sala, com agendamento anterior à data da entrega dos questionários. Foram aplicados os questionários em duas turmas, para os estudantes matriculados em cursos Técnicos em Administração e Recursos Humanos no período noturno, iniciados em 2015, com duração média de 1 ano.

Esses alunos estudavam no turno diurno o Ensino Médio regular e retornavam à escola para o chamado “contra turno”, ocasião em que realizavam os cursos técnicos ofertados no âmbito do PRONATEC, no período noturno.

Primeiramente, foi realizada a apresentação do pesquisador, demonstrando os objetivos e finalidades da pesquisa, e, em seguida lido o TCLE, com posterior entrega. Os questionários foram direcionados aos estudantes que tiveram interesse em participar da pesquisa. Nessa instituição, todos os estudantes que estavam presentes no dia da aplicação do questionário demonstraram interesse em respondê-lo.

Quanto à realização das entrevistas, elas ocorreram na própria escola, em horário pré-agendado com os gestores e professores. Somente dois professores da Instituição 2 e um gestor da Instituição 1 foram entrevistados em sua própria residência, pois consideraram o local mais cômodo.

Todas as entrevistas foram precedidas da leitura e entrega do Termo TCLE, e, em seguida, gravadas. Posteriormente, foi efetuada a transcrição das falas.

Para realização do trabalho escrito e a identificação dos sujeitos da pesquisa, houve o cuidado em preservar a identidade destes, com a utilização de códigos que representaram a categoria dos participantes, conforme demonstrado na Tabela 1.

A letra “E” representou o código utilizado para denominação dos estudantes, seguindo uma sequência numerada aleatoriamente do questionário E1 ao questionário E37. Para os gestores e professores, utilizou-se o mesmo critério, com a identificação da letra “P” para os professores e a letra “G” para os gestores entrevistados.

Tabela 1- Classificação dos participantes efetivos da Pesquisa

Grupos	Identificação	Total
Estudantes	E1, E2, E3, E4, E5...E37	37
Professores	P1, P2, P3	3
Gestores	G1, G2, G3, G4, G5, G6	6
		46

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à forma de classificação das respostas dos questionários, aplicados aos estudantes, estas foram compiladas e classificadas por categoria de resposta, à medida que se repetiam ou relacionavam, de acordo com Appolinário,

...as pesquisas qualitativas geram enorme quantidade de informações que precisam ser organizadas. A ideia básica aqui é identificar categorias, padrões e relações entre os dados coletados, de forma a desvendar seu significado por meio da interpretação e da comparação dos resultados com outras pesquisas e referenciais teóricos (APPOLINÁRIO, 2012, p. 164).

A análise dos dados e a interpretação dos fenômenos apreendidos no processo de investigação ocorreram a partir do método hermenêutico-dialético, que une a interpretação dos fenômenos compreendidos dentro das suas contradições no processo social e de conhecimento,

A união da hermenêutica com a dialética leva o intérprete a entender o texto, a fala, o depoimento, como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem), ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico (MINAYO, 1996, p. 227).

Segundo a autora, o método hermenêutico-dialético possui a capacidade de evidenciar uma interpretação mais próxima da realidade, ao trazer a contribuição do sujeito para o contexto estudado, com a abstração de suas especificidades, levando em conta o contexto histórico e geral em que ela foi produzida (MINAYO, 1996).

Nessa perspectiva, buscou-se analisar as falas dos sujeitos envolvidos na investigação de forma interpretativa e crítica, o que depreende que:

conhecer o mundo significa compreender e interpretar os processos que determinam a forma de existência dos objetos ou fenômenos num determinado contexto histórico, sabendo que em outro eles são diferentes, não se ocupando, portanto, das discussões metafísicas sobre a essência do mundo em si mesmo (MUÑOZ PALAFOX, 2013, p. 18).

Por meio dos dados apreendidos dialeticamente no fenômeno social, histórico, político, educacional, através das contribuições dos sujeitos, eles foram interpretados através da sua linguagem, gestos, expressões, reconstruindo, assim, suas intenções frente ao objeto investigado.

Quanto à estrutura da dissertação, esta foi dividida em três capítulos. Primeiramente, foram abordadas as relações do homem com o mundo do trabalho, ao trazer à reflexão as diferentes vertentes do trabalho e as mudanças ocorridas a partir da reestruturação produtiva do modo de produção capitalista bem como sua influência nas transformações dos processos educativos. Ainda nesse capítulo, promoveu-se um resgate histórico da educação profissional no Brasil, a partir dos anos de 1990, após sua adequação às políticas neoliberais, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff⁹, e suas influências na elaboração das políticas da educação profissional e as concepções de programas com desenhos estratégicos de inclusão social, redução do desemprego e subemprego no país.

No segundo capítulo, foi identificado e exposto o processo de constituição e desenvolvimento do PRONATEC, com embasamento, principalmente, nas orientações regidas pela Lei de nº 12.513/2011, e suas alterações, onde foram apresentados os detalhes do programa e suas particularidades, trazendo informações quanto ao seu público-alvo, itinerários formativos e iniciativas que corroboraram em sua implementação. Ainda nesse capítulo, foram apresentados os resultados, incluindo volume de investimentos e de matrículas efetivadas nas modalidades Técnica de nível médio e Formação Inicial e Continuada- FIC em âmbito nacional, no período de 2011 a 2015.

No terceiro e último capítulo, foram apresentados e analisados os resultados gerais, tanto quantitativos quanto qualitativos, do Programa PRONATEC em Minas Gerais e específicos do município de Uberlândia – MG, a partir dos dados publicados pelo MEC-SIMEC – módulo público, bem como os resultados abstraídos da pesquisa de campo realizada com gestores, professores e estudantes egressos e matriculados nos cursos ofertados na modalidade técnica, articulados ao Ensino Médio na forma concomitante de ensino, em instituições públicas no âmbito estadual de ensino no município de Uberlândia – MG, utilizando o mesmo recorte temporal.

⁹ Fernando Henrique Cardoso(1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

1 AS RELAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990.

Abordam-se, neste capítulo, as relações históricas entre trabalho e a educação, bem como as configurações das políticas públicas do governo federal brasileiro materializadas em programas de educação profissional para jovens e adultos, a partir da década de 1990.

1.1 As configurações entre o mundo do trabalho e a educação

Ao longo do processo histórico de formação humana o trabalho assume diferentes vertentes, em que pese ser uma atividade inerente ao ser humano, ele assume, sob a égide do modo de produção capitalista, um novo formato que é difundido na escola, por intermédio dos processos educativos.

Saviani (2007, p. 154) explica que o trabalho é o “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas”. E esse ato se aperfeiçoa e diversifica ao longo do tempo, portanto constitui-se em um processo histórico.

O autor explica que a realidade humana é constituída e centrada no trabalho, sendo ele o meio de produção necessário à sua sobrevivência, e, portanto, uma premissa na construção de sua existência histórica. Isso não significa afirmar que todas as formas de conhecimento do homem originam-se somente do trabalho, mas iniciam-se nele.

Tonet (2011, p. 138-139) acredita que o ser social é originado a partir do trabalho, e o resultado dessa complexa atividade é quem cria integralmente o mundo social. Ademais, apesar de o trabalho se constituir “a categoria fundante do ser social”, essa condição não lhe é exclusiva, e, sim, a partir das complexidades do ser social, provenientes das suas relações de trabalho, surgem múltiplas dimensões que formam a realidade social, tais como linguagem, educação, política etc. Apesar de todas se originarem da categoria trabalho, cada uma possui atribuição diferente na constituição do ser social.

Para Marx e Engels (MARX; ENGELS, 2011) a integração entre a educação e trabalho é vislumbrada como uma das possibilidades da emancipação humana, em que acreditava ser possível a assimilação da força do trabalho à capacidade criadora do ser humano. Em contrapartida, como o capital se apropria da força de trabalho na produção da

mais-valia, essa força comumente é gerada sob a orientação apropriada ao mercado, e, assim, torná-la útil.

Nessa perspectiva, sob o arcabouço materialista, o ensino é compreendido como “uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema, única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim, aproveitá-la” (MARX; ENGELS, 2011, p. 14).

Nesse sentido, a realização do trabalho pelo ser humano pode ser expressa em duas vertentes: a primeira remete à atividade vinculada quanto à forma de sobrevivência da espécie humana, uma prática presente em todas as sociedades. O resultado é o “valor de uso”, iniciado a partir da interação do ser humano com a natureza, possuindo como “produto” sua transformação em bens que serão utilizados para seu suprimento.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (GORENDER, 1996, p. 172).

O autor explica, ainda, que o trabalho enquanto valor de uso é uma relação natural e individual do homem com o trabalho e, portanto, configura-se o trabalho do ponto de vista “útil”.

Em contrapartida, existe outra vertente atribuída ao trabalho que emerge quando ele deixa de ter como centro o seu “valor de uso” e passa a centrar-se em “valor de troca”, com o objetivo de auferir ganho em sua venda, denominado também de capital (FRIGOTTO, 2001). Nessa perspectiva, o ser humano deixa de produzir única e exclusivamente para a sua necessidade, enquanto garantia de sobrevivência, e passa a produzir bens, produtos ou serviços que outros idealizam ou necessitam.

Antunes (2004) destaca que a força do trabalho configura-se o próprio trabalho. No âmbito das relações de produção capitalistas, o fruto do trabalho precisa também ser reproduzido na forma de um bem que tenha seu valor em uso e que ao mesmo tempo satisfaça as necessidades de alguém, alcançando assim o seu objetivo de valor de troca, destinado à venda, nesse caso, produz-se a mercadoria. A outra propriedade do capitalista, vinculada à produção da mercadoria, seria agregar a esse bem um montante superior aos gastos empreendidos em sua produção (matéria-prima, custo com o trabalhador etc.), e a esse excedente denomina-se “mais-valia”, que é a representação máxima da produção capitalista.

A partir das dimensões apresentadas, o trabalho configura-se em duas perspectivas: ontológica e econômica. No sentido ontológico, denota um ato de realização humana, e como prática econômica, vincula-se ao modo de produção capitalista (PACHECO, 2012).

Nesse sentido, o trabalho como forma de valor em uso constitui-se um fator fundamental, configurando-se como o resultado da ação transformadora e voluntária do ser humano na promoção da satisfação de suas necessidades; infere sua criatividade e liberdade na transformação e manutenção da vida. Já a segunda forma de expressão do trabalho refere-se à extração da sua força (física, intelectual) na transformação da matéria natural e produção (apesar também do seu valor de uso), porém subjugada ao modo de produção capitalista.

Em ambas as vertentes, seja para promover bens exclusivamente de valor de uso ou troca, enquanto mercadoria, o ser humano necessita aprender a extraer, transformar ou modificar a natureza, seja para uso próprio ou de outrem.

Partindo do pressuposto do trabalho apenas como ato de transformação e valendo-se de exemplos de operações que se assemelham às humanas, como as da aranha e da abelha (a atividade da aranha idêntica à obra de um tecelão, da mesma forma a abelha, quando, ao executar seu trabalho de construção de favos em sua colmeia, causa vergonha em mais de um profissional da arquitetura, dada a perfeição do trabalho executado), a distinção entre o pior e o melhor trabalho desenvolvido entre as espécies é que o ser humano constrói o seu projeto primeiramente em sua mente antes de materializá-lo. Ao fim da execução do processo, obtém-se a materialização do que dantes existia na ideia do trabalhador. Não se trata apenas de transformar o estado inicial da matéria natural; ele o faz e, simultaneamente, alcança seu objetivo, determinado como atividade resultante da lei de sua espécie, mas que também é subordinada à sua própria vontade (ANTUNES, 2004).

O diferencial entre as espécies reside no fato de o homem ser capaz de idealizar o seu trabalho a partir da sua interação com a natureza e das conexões do mundo material com o seu intelecto, assim ele cria, recria, inova, e as ações resultantes do seu trabalho constituem um meio de garantia de sua sobrevivência, possuindo uma finalidade e satisfação, diferentemente dos animais irracionais, que seguem o curso da natureza.

Ademais, o ato de trabalhar e educar representa atributos específicos do homem, inerentes à sua racionalidade. Dessa forma, ele aprende a trabalhar quando executa o trabalho, e, a partir da sua experiência proveitosa com a natureza e da sua transmissão a outros, ele estabelece as relações sociais. O processo de transmissão é considerado um legado do homem ao homem. Assim, “os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Nessa perspectiva, dadas as particularidades e capacidade de raciocínio do ser humano, ele necessita aprender a interferir no processo de transformação da matéria de forma útil, “precisa aprender a produzir sua própria existência. [...] a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo” (SAVIANI, 2007, p. 154).

O autor esclarece, ainda, que o trabalho como princípio educativo refere-se às múltiplas dimensões do trabalho, mediadas pela escola, enquanto instrumento central no processo de ampla formação humana. A escola tornou-se este mediador de transmissão do trabalho do homem ao homem, historicamente, por meio dos processos educativos e suas influências na vida social.

A esse respeito, Kuenzer (1997) explica que o princípio educativo abrange todas as formas educativas que existem dentro da sociedade, inclusive relacionadas ao trabalho, com vistas a formar o cidadão político e também produtivo. Durante o processo histórico, cada sociedade possui os instrumentos particulares de formar seus intelectuais, e essas formas remetem ao conceito de princípio educativo.

Entretanto, durante o processo histórico, ocorreram transformações entre as relações de trabalho do homem primitivo, e essas mudanças se deram principalmente com a apropriação privada dos meios de produção, ocasionando a divisão da sociedade em classes, os proprietários e os não proprietários. Essas mudanças nas bases produtivas influenciaram os processos educativos e, assim, a “divisão dos homens em classes provocou a divisão também na educação. Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 155).

Ao discorrer, ainda, sobre essa divisão, que data do escravismo antigo, a educação intelectual passou a ser ofertada aos homens livres, e a educação direcionada às atividades produtivas ofertada às classes não detentoras dos meios de produção. A primeira vertente da educação se perpetrou como a educação de fato, afastando-se do estritamente do fator trabalho e contrapondo a educação atrelada ao processo produtivo.

Essa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por esse ângulo, vê-se que a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação. Seria, portanto, mais preciso considerar que, após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado,

passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual (SAVIANI, 2007, p. 157).

Com a ascensão do modo de produção capitalista, generalizando-se a partir da Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII e início do século XIX, houve a dissociação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A partir desse advento, as máquinas passaram a representar a materialização do trabalho intelectual abstrato, além de executarem a maior parte do trabalho manual, restando ao homem sua operação. Esta nova forma de organização produtiva causou mudanças nas relações sociais e, por conseguinte, nos processos educativos. “Se a máquina viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para objetivar-se a generalização das funções intelectuais na sociedade foi a escola” (SAVIANI, 2007, p. 159).

As mudanças provocadas na forma da produção material entre os homens após o advento da Revolução Industrial ocorreram na mesma intensidade da adequação da escola à sua generalização com a educação básica, comparada a uma “Revolução Educacional”. Entretanto, só essa universalização não foi suficiente, tornando-se necessária a parte “mecânica”, operacional, como a manutenção das máquinas, ajustes, adequação às novas mudanças nos processos, e mudanças nas atividades que necessitariam de uma qualificação mais específica. Nesse contexto, foram criados os cursos profissionais, que eram organizados pelas escolas juntamente com os empresários (SAVIANI, 2007).

Ao longo da história, o papel da escola, em atendimento às diferentes vertentes, tornou-se um instrumento de transmissão da educação como direito social, por meio dos processos educativos, exercendo, também, amplo papel de realização, quanto de reprodução das relações sociais, configurando-se tanto “constituída” quanto “constituinte” dessas relações, tornando-se um lugar de disputa hegemônica no que tange às “concepções, organização dos processos e dos conteúdos educativos” nas diversas esferas sociais, produzindo e reproduzindo serviços por vezes voltados aos interesses de classes (FRIGOTTO, 2003, p. 25-26).

O autor ainda considera que as relações entre a produção e os processos educativos foram (e ainda são) concebidas de forma conflitante e contraditória justamente por envolverem interesses de classes, devido a representação social da escola e suas configurações de ensino possuírem, por vezes, estreita relação com as decisões econômicas: “as relações econômicas são, antes de tudo, relações sociais e, enquanto tais engendram todas as demais”. Nessa direção, o trabalho não mais se reduz a mero “fator”, e, sim, forma de condição de

existência e sua história, com suas categorias (ontológicas e econômicas), assim como a educação não se reduz a um fator, e, sim, em prática social, portanto parte do conjunto de relações sociais (FRIGOTTO, 2003, p. 29-31).

Os autores corroboram a afirmação marxista, apresentada inicialmente, de que o esforço do sistema educacional, nesse contexto, detém-se a conseguir o ajuste máximo dos indivíduos ao sistema produtivo, convergindo para o pleno aproveitamento de sua força de trabalho.

Na perspectiva do trabalho como elemento fundante do ser social, sendo ele mesmo o princípio educativo, torna-se salutar a socialização do ser humano com esse pressuposto, desde o início da sua formação, com a junção das suas vertentes produtivas com o trabalho intelectual, como postulam Marx e Engels (FRIGOTTO, 2003).

Sob a perspectiva materialista, a escola, assim como o trabalho, apresenta-se em dimensões antagônicas: a educação, no sentido essencial de formação do homem, pautada em maximizar princípios éticos e culturais; e a educação ofertada de forma velada, quando atende aos anseios e intenções mercantilistas, típicas do modo de produção capitalista, que, amiúde, diverge com o seu sentido fundamental e essencial (FRIGOTTO, 2001).

E essa dupla função em preparar o estudante tanto para prosseguimento nos estudos quanto para o mundo é que confere à escola um caráter ambíguo, com dimensões pedagógicas e políticas, que são determinadas historicamente pelas mudanças nos processos produtivos e suas bases materiais (KUENZER, 1997).

1.2 Resgate histórico dos rumos da Educação profissional no Brasil a partir de 1990: antigas práticas, novos desafios

No Brasil, o processo de formação de estudantes e trabalhadores ergueu-se historicamente sobre a base de uma dualidade estrutural, com a clara definição nos sistemas educacionais dos que iriam desenvolver o trabalho intelectual ou o trabalho manual, a partir das forças produtivas oriundas do sistema capitalista, sobretudo com as divisões das funções de planejamento e execução do trabalho no modelo do taylorismo-fordismo (KUENZER, 2002).

Kuenzer (2002) explica que o desenvolvimento do sistema produtivo demarcado por trabalhadores e capitalistas juntos à educação, bifurca-se em trajetórias e escolas

diversificadas: para a realização do trabalho intelectual, com ênfase acadêmica, quando oferta a instrução mais afastada da instrumentalização, e outra direcionada aos trabalhadores, em que é concedida a educação profissional, realizada em escolas especializadas ou, ainda, com a prática laboral, enfatizando o desenvolvimento de habilidades psicofísicas.

A oferta da educação Profissional no Brasil ergueu-se, nesse contexto, como a educação projetada para a execução do trabalho manual, e, após idas e vindas, na tentativa de fusão com a educação básica, ela adentra o século XXI ainda sem superar a dualidade referida.

Durante esse percurso histórico, datado do início do século XX, houve o esforço estatal na formação de cidadãos produtivos. As ações do poder público, nesse período, eram revestidas de caráter assistencialista, com “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas” (KUENZER, 2002, p. 27).

Frigotto (2003) também discorre que, historicamente, sob a perspectiva das classes dominantes, a educação direcionada aos diferentes grupos sociais de trabalhadores foi tencionada à habilitação desses grupos nas diferentes formas: técnica, social e ideológica para o trabalho. Trata-se da subordinação da educação em resposta às demandas do capital mediante a função social.

Ao longo de sua estruturação, esse eixo educativo perpassou diversos governos, e as ações políticas estatais para sua oferta ora se inter-relacionavam, ora se afastavam da educação básica, na tentativa de adequar-se às conjunturas político-econômicas vigentes, adentrando o século XXI com a marca de uma educação instrumental, divergente, unilateral e dirigida ao segmento produtivo, separada da educação propedêutica, conhecida também como educação básica ou regular.

O desenvolvimento histórico dessas redes vai mostrar que a iniciativa estatal primeiro criou escolas profissionais, no início do século XX, para só nos anos 40 criar o Ensino médio. A partir de então, essas redes sempre estiveram de alguma forma (des)articuladas, uma vez que a dualidade estrutural sempre responde a demandas de inclusão/exclusão; o Ensino médio *inclui* os socialmente *incluídos*; para os excluídos, alguma modalidade de preparação para o trabalho, orgânica aos modos de produzir mercadoria que historicamente foram se constituindo (KUENZER, 2002, p. 26) (grifo do autor).

A dualidade citada pela autora refere-se à demarcação na oferta de um ensino regular voltado à formação intelectual para o ingresso na educação superior e outro destinado à

formação profissional ou técnica, de caráter instrumental destinado ao trabalho operacional. Essa separação existente na educação é parte insolúvel da estrutura do sistema educacional brasileiro, oferecido a jovens e adultos, e, por mais que se adéque às conjunturas, o fator de inclusão ou exclusão na preparação para o trabalho manual e intelectual continua se constituindo um fator demarcador das desigualdades sociais existentes.

Durante a sua trajetória, houve várias tentativas de reformas e ajustes na oferta da educação profissional. Como exemplo, há a Reforma de Capanema, em 1942¹⁰, em que ocorreu a regulação das propostas pedagógicas na formação dual entre os intelectuais e trabalhadores, a criação das escolas técnicas, com a transformação das escolas de artes e ofícios, e a criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial¹¹, iniciando as parcerias privadas na complementação da oferta da educação profissional no país (KUENZER, 2002).

A estruturação definitiva dos cursos técnicos profissionalizantes, destinados às camadas populares, é mérito indiscutível da reforma educacional empreendida pelo Ministro Gustavo Capanema, como, aliás, vimos estava estabelecido pela Carta Constitucional outorgada por Getúlio Vargas, em 1937. O ginásio e colégio secundários às “elites condutoras”; o ensino técnico-profissionalizante, “às massas a serem conduzidas”. Tudo certinho, só faltou combinar com o povo que continuou sem escola na sua grande maioria, e os que conseguiam furar o bloqueio do exame de admissão ao ginásio, evidentemente, preferiam o curso secundário, pois apenas esse dava acesso ao curso superior. Este aspecto da legislação educacional dos “tempos Capanema” é, aliás, altamente discriminatório em relação às camadas populares e consagrava o já conhecido “dualismo” do sistema educacional

¹⁰ A partir do ano de 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema dá início à publicação de vários decretos-lei. Quatro decretos são editados durante o Estado Novo: a) Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), c) Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e d) Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial) (PALMA FILHO, 2005).

¹¹“Há cerca de setenta anos, foi criado no Brasil um sistema destinado a desenvolver projetos de qualificação e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria e do comércio, formado pelas assim denominadas “entidades de serviço social e autônomo”, de caráter privado, porém fortemente dependente de recursos públicos. Essas entidades formadoras do “Sistema S”, popularmente conhecidas pelas siglas- SESI, SENAI, SESC, SENAC- surgiram nos anos 1942 e 1946 tendo sido idealizadas ainda em plena ditadura Vargas, num momento em que o País iniciava um grandioso esforço de industrialização, apoiado num sistema sindical fortemente atrelado à regulamentação estatal [...] Os recursos que financiam esse sistema provêm de contribuição incidente sobre a folha de salário das empresas, prevista no art. 149 da Constituição Federal. De acordo com estimativas bastante imprecisas, extraídas de relatórios do TCU, sua arrecadação em 2011 teria situado na faixa de R\$ 8 bilhões. Tal imprecisão decorre do fato de que a maior parte das entidades que compõe o Sistema S não elaboram a consolidação das demonstrações contábeis de suas unidades. Pode-se afirmar, portanto, que nem o Congresso Nacional, nem o poder executivo, exercem regular e eficientemente um acompanhamento dos recursos do “Sistema S”, pois esta é uma receita pública que não transita pelo orçamento. Mesmo com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal e de todos os outros regulamentos legais e infralegais que visam introduzir no País métodos mais modernos de controle sobre a gestão e aplicação dos recursos públicos, o Sistema S vem resistindo incólume e permanece submetido às mesmas regras de setenta anos atrás”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1106642.pdf>>. Acesso em: 14 ago.2017.

brasileiro, muito bem caracterizado por Anísio Teixeira na feliz expressão: “de um lado a escola para os nossos filhos, de outro, a escola para os filhos dos outros” (PALMA FILHO, 2005, p. 13).

A realidade educacional para essa modalidade de ensino sofreu modificações estruturais somente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/1961¹², quando reconheceu a equivalência do ensino profissionalizante ao Ensino Médio¹³ para prosseguimento dos estudos (KUENZER, 2002).

No contexto atual, a educação profissional é caracterizada por uma modalidade educacional instituída sob a competência da União por meio da LDB nº 9394/96, complementada pela Lei 11.741/2008, a qual define mudanças quanto à sua forma de organização.

As duas primeiras seções da LDB que discorrem sobre as diretrizes da “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” art. 36A e “Da Educação de Jovens e Adultos” art. 37, são partes integrantes do capítulo II do âmbito da “Educação Básica”. Já o capítulo III, específico da “Educação profissional” art. 39, abrange a educação profissional e tecnológica, referindo-se à forma mais ampla desta modalidade educacional, que poderá ser ofertada tanto a estudantes quanto aos trabalhadores que buscam ampliar suas qualificações, abarcando desde o nível básico de qualificação profissional, não necessitando do Ensino Médio prévio, na maioria dos cursos, perpassando a educação profissional técnica de nível médio, até a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Quanto à escolaridade dos cursos de qualificação, a Lei 11.741/2008, no artigo nº 42, afirma que

As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 2008a).

Apesar da abrangência na forma de oferta da educação profissional brasileira, desde a sua concepção, o conceito de qualificação profissional emerge da ideia de uma educação voltada para o trabalho. Embora os processos formativos sejam tencionados à prática laboral, esta modalidade tornou-se vinculada a uma forma de educação mais imediatista, revestida de técnicas em sua consecução, voltada ao trabalho manual.

¹² Lei Complementar nº 5692 de 11 de agosto de 1971- Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

¹³ Consolidando as Leis de Equivalência entre ensino secundário e ensino técnico n.º 1.076, de 1950, n.º 1.821, de 1953 e n.º 3.552, de 1959.

Para Frigotto; Ciavatta e Ramos (2005a, p. 3), desde os primórdios, juntamente com a ascensão burguesa, emerge essa “contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a necessidade de uma educação dual”, a qual é alimentada ainda na sociedade contemporânea.

Tal conformação acirra-se com a “evolução” dos processos produtivos devido às desigualdades inerentes às suas estruturas, já solidificadas no processo histórico social, relações de trabalho e, igualmente, da educação, sobretudo frente às novas configurações do capitalismo e as práticas neoliberais adotadas nas últimas décadas.

A partir dos anos 1980, ocorreram relevantes mudanças econômicas e políticas na ordem mundial, com o erigir da ideologia neoliberal. No caso brasileiro, as mudanças foram mais tardias, e ganharam força a partir de 1990, quando, por meio de influências externas, promoveu-se o fortalecimento das relações entre as políticas educacionais e as políticas do trabalho ou emprego, solidificadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

1.3 A Educação Profissional no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Para Ferreira (2006) o Estado brasileiro, a partir dos ideais neoliberais, sofreu com os ataques ao Estado de Bem-Estar social e com a escassa promoção de estímulo às economias nacionais, apontados como fatores impeditivos ao crescimento econômico, quanto resultantes da estagnação do sistema capitalista, sendo propostas medidas de alívio ao mercado, deixando mais “livre”.

O modelo socioeconômico apresentado por seus adeptos representava ideal na relação social entre o Estado e a sociedade, um tipo de relação denominado como democracia representativa¹⁴, em que seriam retiradas do povo as decisões que lhes dizem respeito, e seriam entregues a gestores especializados no assunto.

Ferreira (2006) analisa que, frente ao enfraquecimento Estatal, tornou-se perceptível a precarização dos serviços públicos básicos, como saúde e educação, moradia, segurança etc.,

¹⁴ A democracia representativa ou parlamentar é a única forma compatível com o Estado liberal, isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião etc. Essa forma de democracia se caracteriza pelo dever de fazer leis não pelo povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos de quem são reconhecidos direitos políticos (BOBBIO, 1995).

iniciando-se a abertura à economia, aos processos de privatização das empresas estatais, entre outras mudanças que implicariam um poder mínimo Estatal e robustez do mercado.

Trata-se de um fato já evidenciado no Brasil, sobretudo na última década do século XX, fortemente marcada pelo ciclo de reestruturação econômica, privatizações, gerenciamento estatal e precarização de políticas sociais, características do projeto neoliberal já disseminado no mundo adentrando no cenário nacional em meados de 1980, revelando-se durante o governo do Presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992). Logo após esse período, no governo de Itamar Franco, foram iniciadas as primeiras práticas vinculadas à ideologia hegemônica neoliberal¹⁵, momento marcado também pela forte liberalização do comércio (FERREIRA, 2006).

Pochmann (2013) descreve que, dentre outras características do modelo da globalização neoliberal, está o fato de sobressair o poder monopolista privado, levando à ultramonopolização, em que países deixam de possuir empresas, e as empresas passam a possuir países. Apontada como única saída ao desenvolvimento econômico, preconiza: o abrir as portas às grandes empresas e o fornecimento de trabalhadores com competências e habilidades, quiçá a transferência ao setor privado o controle de grandes empresas públicas.

No âmbito educacional, as mudanças trazidas pelo ideário neoliberal foram expressas de forma clara onde o fator principal a ser alcançado seria o desenvolvimento econômico, perseguido pelos organismos internacionais, que já iniciavam o ditame das regras.

A adoção dessa ideologia foi perceptível, durante a adesão dos rumos norteadores da educação profissional, frente à nova fase do capitalismo, expressos em um documento nos dizeres: “Aqui se faz uma opção: por um Brasil moderno, eficiente e competitivo, adultos e sem paternalismo; inserido no Primeiro Mundo, respeitando os valores fundamentais da comunidade internacional, que são também os nossos” (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 16).

Para Frigotto (2006), o objetivo do governo de Fernando Collor, o qual auspiciava uma reconstrução nacional, era, de fato, estruturar o país para o atendimento aos ditames da

¹⁵ Uma teoria da economia política que propõe que o bem-estar e o desenvolvimento humanos podem ser mais bem alcançados por meio da libertação das capacidades empresariais individuais, no interior de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e comércio livre. Essa teoria da economia política atribui ao Estado (nacional) o papel de criar e preservar as estruturas institucionais apropriadas a essas práticas, garantindo a qualidade e a integridade do dinheiro [...]. Nos setores onde os mercados ainda não existem, como a terra, a educação [...] competirá ao Estado criar esses mercados. Por outro lado, o Estado deve abster-se de intervir nos mercados ou ter uma intervenção mínima (HARVEY, 2005 apud TEODORO, 2011, p. 50-51).

comunidade internacional, pactuados no Consenso de Washington¹⁶, como abertura de mercado, reestruturação do Estado e restrição aos direitos sociais.

Nesse contexto, o planejamento das políticas educacionais sofre profundas influências de forma direta de organismos como o Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial, iniciando, também, o regime de compartilhamento de responsabilidades entre os diferentes entes federados, incluindo a esfera civil (FERREIRA, 2013).

Esses organismos internacionais disseminaram diagnósticos com vistas a solucionar a crise educacional, ratificando a necessidade de se promover uma revolução tecnológica com o requerimento de habilidades como: flexibilidade do trabalhador, novas qualificações básicas, nova definição nos recursos destinados às escolas públicas, promoção no crescimento do setor informal e das ONGs, com a preparação para se adaptarem às exigências profissionais e políticas (NEVES, 2010).

Seguindo essa lógica, os processos de formulação das políticas educacionais se adaptam à nova conjuntura, apresentando uma educação como direito social¹⁷, porém não mais sob a custódia majoritariamente de responsabilidade do Estado, e, sim, com a cooperação de Parcerias Público-Privadas – PPP, visando ao alcance dos objetivos de crescimento econômico, preconizados pela ideologia neoliberal.

O projeto neoliberal dominou a cena política, econômica e educacional nos anos 1990. Os primeiros anos da década são marcados pelo Governo Collor, cuja herança de abertura dos mercados e globalização sob o ideário neoliberal vai ser implementada pelos governos subseqüentes, em particular por F.H. Cardoso durante seu mandato de oito anos (1994-2002) (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006b, p. 88).

Durante o governo de Fernando Collor (1990-1992) inicia-se o desmonte das conquistas das décadas anteriores, como a superação do legado educacional herdado do regime militar, nos planos teórico e prático. Entretanto, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que as reformas no campo educacional se tornaram efetivas, modelando por uma “revolução passiva ou modernização conservadora”, que denota uma revolução sem grandes rupturas, mais no sentido de conservar a ordem já estabelecida (FRIGOTTO, 2006, p. 49).

¹⁶ Designa um conjunto de medidas econômicas, formuladas em novembro de 1989, onde “traça um programa ultraconservador monetarista de ajuste mediante reformas a desregulamentação da atividade econômica, privatização do patrimônio público e a abertura, sem restrições, das economias nacionais (periféricas e semiperiféricas) ao mercado e competição internacional (FRIGOTTO, 2006)

¹⁷ Conforme o Art. 6º da Constituição do Brasil: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Entre os anos de 1980 e de 1990, marcados por crises, desemprego e aumento das desigualdades sociais, as recomendações da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da União Européia foram no sentido de que os governos deveriam colocar em prática políticas de emprego, capazes de melhorarem os resultados econômicos e introduzirem medidas ativas de inserção e de incentivo ao trabalho. As políticas de qualificação profissional surgem como capazes de potenciar as populações, uma formação capaz de lhes propiciar empregabilidade (PRESTES; VÉRAS, 2009, p. 54).

As políticas educacionais federais para a promoção da educação profissional durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) sofrem abruptas reformas, favoráveis ao atendimento das “prioridades” estabelecidas pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização Internacional do Trabalho – OIT, e órgãos nacionais vinculados a estes, objetivando a formação de jovens com múltiplas habilidades, flexíveis, dinâmicos e subordinados à lógica mercantil (FRIGOTTO, 2003).

Para Neves (2010, p. 88-89) os organismos internacionais difundiram diagnósticos de enfrentamento à crise na educação dos países latino-americanos, exigindo adequações para a formação de um novo perfil de trabalhador e a promoção da melhoria na qualidade da educação, em que as soluções estariam em submetê-los às novas qualificações básicas, exigidas pelas revoluções tecnológicas, juntamente com a realocação de recursos destinados à escola pública, a ampliação da participação do terceiro setor e a adequação na formação deste novo profissional.

Nesse sentido, ocorreu o esforço governamental em moldar o planejamento estatal no alcance de resultados e de crescimento e desenvolvimento econômico. As medidas foram pautadas tendo como “base a tríade estabilidade monetária, equilíbrio da política macroeconômica e política setorial em parceria com o setor privado” (FERREIRA, 2010, p. 221).

Um dos fatores determinantes para a expansão do conhecimento no alcance deste sonhado desenvolvimento tomou como foco no campo educacional a qualificação profissional e a flexibilização do trabalhador na adaptação às diversas atividades e habilidades produtivas, buscando promover a ocupação de postos de trabalho e a garantia de sua permanência neles, conforme preconizado por meio das instruções repassadas pelo Banco Mundial:

A educação exerce um papel decisivo no crescimento econômico e na redução da pobreza. A evolução da tecnologia e as reformas econômicas estão provocando mudanças extraordinárias na estrutura das economias, indústrias e mercados de trabalho de todo o mundo. A velocidade com que se adquirem novos conhecimentos e se produzem as mudanças tecnológicas permite a possibilidade de obter-se um crescimento econômico sustentado e que as mudanças de emprego sejam mais freqüentes durante a vida das pessoas. Essas circunstâncias determinam duas prioridades fundamentais para a educação: atender à crescente demanda por parte das economias de trabalhadores adaptáveis capazes de adquirir novos conhecimentos sem dificuldades, e, contribuir para a constante expansão do saber (BANCO MUNDIAL, 1995, p. iii).

Em 1997, a aprovação do texto da LBD nº 9394/1996, em seu primeiro projeto, apresentava a integração da formação profissional à formação geral, ou Ensino Médio, incluindo os amplos processos formativos, como expresso em seu Art. 36, inciso III, § 2º, que “O Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996). Logo o texto foi alterado pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, culminando com a resolução da Câmara de Educação Básica - CEB nº 04/1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

A educação profissional, a partir desse novo marco legal, torna-se um ensino direcionado a

- I- Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997).

Com a promulgação do referido Decreto, reestabeleceu-se o regresso à dualidade estrutural de ensino, influenciada pelo cenário político e econômico, denominando a educação profissional simplesmente como a “transição entre a escola e o mundo do trabalho” (BRASIL, 1997). Por meio dessa Reforma no ensino profissional, preconizou-se a oferta nos diferentes níveis de ensino: básico, técnico e tecnológico, destinados à qualificação ou requalificação, habilitação profissional de nível médio e nível superior tecnológica, respectivamente, com o

estabelecimento da independência na organização curricular entre o Ensino Médio e o ensino técnico.

O nível básico objetivava “qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, que apresentassem qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho”, e, ainda, ofertar cursos de nível superior na área tecnológica destinada aos egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997).

Dessa forma, o Ensino médio seria ofertado de forma estritamente propedêutica, e a educação profissional poderia ser ofertada na forma concomitante ao Ensino Médio, facultando aos estudantes cursar ambos em matrículas distintas, na mesma instituição ou em instituição diversa, além da forma subsequente para o estudante que já tenha concluído o Ensino Médio (PACHECO, 2012).

Analizando os objetivos propostos pelo Decreto 2.208/97, Ney (2006) discorre sobre sua real essência: o primeiro objetivo do documento, quanto à proposta da promoção da educação profissional como uma transição entre a escola e o mundo do trabalho, retrata a subordinação da escola ao mercado. A escola, quando busca traçar o perfil profissional, recorre aos empresários e à rede privada de ensino, tornando-se sujeita à promover uma educação fragmentada e tecnicista, não garantindo continuidade no ensino, no atendimento apenas aos interesses imediatistas do mercado. Ao propor a formação de profissionais para atividades específicas, reforça o modelo de ensino ofertado pelo Sistema “S”¹⁸, com a preparação direcionada ao exercício meramente profissional.

Com o objetivo de promover a especialização, aperfeiçoamento e atualização do trabalhador, nos seus conhecimentos tecnológicos, remete à ideia de educação continuada, indicando o abandono do termo “qualificação”, que retrata algo estático, e os direcionando às “competências”, que se referem a aprendizado em caráter dinâmico.

E, finalmente, quando o texto propõe a qualificação, reprofissionalização e atualização, tanto para jovens quanto adultos trabalhadores, em qualquer faixa de escolaridade, com vistas à inserção e melhor desempenho para o trabalho, retrata um ensino raso, afastado da educação básica.

¹⁸ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que, além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST). Informações disponíveis no endereço: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>.

A partir desses objetivos, as escolas técnicas, que ofertavam a educação profissional de nível médio, doravante assumem o compromisso de ofertar cursos de qualificação, ou básicos de curta duração, ainda que não tenham tradição na sua oferta.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE, Nº 16 de 5 de outubro de 1999 justificou a dissociação do Ensino Médio do ensino profissional, quando declara que “o momento, portanto, é o de se investir prioritariamente na educação e, ao mesmo tempo, diversificar e ampliar a oferta de educação profissional. A LDB e o Decreto Federal nº 2.208/97 possibilitam o atendimento dessas demandas” (BRASIL, 1999).

Para Frigotto (2006), o período do governo FHC foi marcado por intensa formação de mão de obra, ampliando a função do sistema S com a oferta de educação privatista e seletiva, e, em um plano mais abrangente, com a criação do Plano Nacional de Educação Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, em parceria com o Ministério do Trabalho e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

O PLANFOR constituiu-se como parte das ações do governo FHC na promoção da qualificação profissional contidas no Plano Plurianual da União – PPA¹⁹, apresentado, a partir de 1996, como estratégia na redução do desemprego e subemprego, cuja finalidade pautava-se na oferta de qualificação profissional, apenas para o nível básico, com a promoção do desenvolvimento de habilidades básicas, específicas, na formação para o trabalho em geral ou em determinada área e setor econômico (BRASIL, 2000).

O PLANFOR tinha como objetivo construir, de forma gradativa, a oferta de educação profissional permanente, com foco na demanda social e do mercado de trabalho, visando à qualificação e requalificação anual de trabalhadores, com articulação à competência existente de pelo menos 20% da PEA - População Economicamente Ativa com idade superior a 16 anos (BRASIL, 2000).

A implementação do PLANFOR visava a contribuir no aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e permanência nele, minimizando os riscos de demissão e rotatividade; geração ou aumento de renda; redução do desemprego e subemprego; diminuição da pobreza e, ainda, elevação da competitividade (BRASIL, 2000).

Ainda de acordo com o documento, o PLANFOR admitia como público-alvo, prioritariamente, os desempregados, trabalhadores formais e informais, micro e pequenos

¹⁹ Representa um instrumento de execução do planejamento, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988).

produtores urbanos e rurais, jovens à procura de emprego, ou em situação de risco social, mulheres chefes de família, portadores de deficiência, entre outros, e reforça a preferência aos beneficiários do PLANFOR no artigo 8º, § 1º:

Em qualquer das categorias indicadas, terão preferência de acesso aos programas do PLANFOR pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, definindo-se o grau de vulnerabilidade em função da combinação de atributos que possam implicar desvantagem ou discriminação no mercado de trabalho, bem como dificultar o acesso dessas pessoas a outras alternativas de qualificação ou requalificação profissional (BRASIL, 2000).

O PLANFOR foi estruturado por meio de dois instrumentos: os Planos Estaduais de Qualificação – PEQs e as Parcerias Nacionais e Regionais – PARCs. Os resultados acumulados apontam que, entre 1995 e 2001, alcançaram,

15,3 milhões de trabalhadores nos Planos de Qualificação Profissional financiados com recursos do FAT. Ampliando o atendimento de 153 mil educandos, em 1995, para algo próximo de 4 milhões, em 2001. Durante esse período, houve crescimento significativo do volume de recursos disponibilizados pelo FAT. Passou de R\$ 28 milhões, em 1995, para R\$ 493 milhões, em 2001. Ao mesmo tempo, a carga horária média dos cursos oferecidos passou de 150 horas para 60 horas médias, com tal redução foi um claro indício da perda qualidade dos mesmos (PNQ, 2003, p. 18).

Para Ferreira (2010), o modelo do plano e sua forma flexível de apresentação tinham como objetivo atender às diversas situações, ocasionadas pelas inovações e mudanças propensas no mercado, tanto regionais quanto internacionais, além da escassez de investimento na ampliação da rede técnica federal, de acordo com o PPA.

O modo capitalista de produção destrói sistematicamente todas as perícias à sua volta, e dá nascimento a qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades. As capacidades técnicas são daí por diante distribuídas com base estritamente na “qualificação”. A distribuição generalizada do conhecimento do processo produtivo entre todos os participantes torna-se desse ponto em diante, não meramente “desnecessária”, mas uma barreira concreta ao funcionamento do modo capitalista de produção (BRAVERMAN, 1981, p. 79).

Além do PLANFOR, durante a gestão de FHC foram criados o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, em 1997, financiado pelo FAT em parceria como o BID. Os objetivos dos PROEP concentravam-se na expansão física das redes de oferta da educação profissional nos âmbitos público e privado com vistas a adaptá-los às reformas,

principalmente relativas às mudanças na legislação, formas de organização curricular, adequação às novas demandas, processos formativos e avaliativos (estes pautados nas competências), mudanças na gestão pautadas em características mais autônomas, flexíveis, com a utilização de parcerias na captação de recursos, com a promoção da expansão na Rede de Educação Profissional, com o apoio da sociedade civil (FERREIRA, 2006).

Nesse período, foi visível e relevante a participação do setor privado no incremento das políticas de qualificação profissional, em que as ações norteadoras foram pautadas na promoção do desenvolvimento econômico e voltadas ao aquecimento do mercado interno, tornando-se necessária a formação de um exército de reserva suficiente para as demandas do mercado. Houve maior concentração na formação profissional básica, representada em torno de 75% do total de matrículas, dando ênfase na formação por competências e com ações direcionadas à organização curricular (FERREIRA, 2010).

A avaliação do Plano Plurianual demonstra os resultados apresentados com o PROEP e a força da sua extensão nos diferentes níveis:

O ano de 2003 registrou um total de 3.538.871 alunos matriculados na Educação Profissional, sendo 329.256 alunos em 143 instituições da rede federal, 165.266 alunos em 553 instituições da rede estadual, 19.479 em 115 instituições da rede municipal e 3.024.870 alunos em 1.213 instituições da rede privada. Cabe observar que o primeiro dado oficial disponível sobre Educação Profissional é o apurado no Censo da Educação Profissional de 1999, quando o número de matrículas iniciais foi de 2.859.135 alunos nos níveis básico, técnico e tecnológico. Considerando este ano do Censo como o ano-base para aferição do indicador ‘Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional’, chega-se a um resultado de 123,7 em 2003. Apesar de ter se situado um pouco abaixo do índice que foi previsto em 130 para o final do PPA 2000-2003, é revelador do significativo incremento das matrículas no período (BRASIL, 2004a, s/p).

Frente aos desdobramentos das ações efetivadas no âmbito da educação profissional durante o governo de FHC, torna-se notável que o ensino sofreu uma profunda ruptura e um grande retrocesso em relação às conquistas das décadas anteriores, mudanças que provocaram um processo de desregulamentação e privatizações, retomando à fragmentação do ensino. Segundo Frigotto (2006, p. 49), “a educação, de direito social e subjetivo, passa a ser vista como serviço, e seu ideário é o pensamento dos aparelhos de hegemonia do capital”.

Ciavatta (2008) afirma que nesse momento, com o impacto das forças políticas governamentais, houve a prevalência dos interesses do empresariado preconizando novos rumos à formação de jovens e adultos trabalhadores. A orientação curricular, era baseada estritamente na formação por competências.

A partir da vigência do Decreto nº 2.028/1997, as competências adquiriram,

O sentido reduzido para o mercado de trabalho e enfatizou a fragmentação do conhecimento. Aquilo que era entendido como o desenvolvimento de conhecimento e de habilidades para o exercício de atividades físicas e intelectuais, em todos os campos da vida humana, tornou-se uma noção eivada da ideologia mercantil (PACHECO, 2012, p.8).

O autor ainda explica que, o papel da escola sempre foi o de desenvolver competências, entretanto, quando o currículo se reduz à natureza comportamental, o ensino torna-se restrito à orientação profissional e ao mero treinamento. Opondo-se às premissas de uma educação fragmentada e adestradora, as diretrizes curriculares norteadoras da educação profissional técnica de nível médio devem ofertar aos jovens uma educação que lhe transmita elementos necessários ao diálogo com a sociedade e ao entendimento das configurações dos sistemas produtivos e suas relações sociais (PACHECO, 2012).

Durante o período de governo de FHC, tornou-se evidenciada a priorização de um tipo de formação profissional aligeirada com vistas ao atendimento dos anseios do mercado, ratificando a dualidade existente desde os primórdios, de caráter estrutural revestida de finalidades conjunturais.

Frigotto (2006) ao trazer a síntese das análises do processo de formação histórico-social da educação brasileira nas duas últimas décadas do século XX, considera evidente a reorganização das relações de poder da classe burguesa na busca da ampliação do capital por meio das suas lutas internas. Nesse sistema, mantiveram-se inalteradas as estruturas de poder e de classe, ratificando as desigualdades, diferenças na distribuição de renda, e agravamento na qualidade de vida do trabalhador. Houve, também, aumento na subordinação da burguesia nacional frente aos centros hegemônicos internacionais.

Com efeito, as reformas educacionais realizadas no período de 1995 a 2002 constituíram um processo que – vinculado ao ideário de redefinição do papel do Estado – fez a opção por uma política pública que buscou reduzir a ação política do Estado, em um processo de descentralização e estabelecimento de parcerias, no sentido de redefinição das relações público e privado/Estado *stricto sensu* e sociedade civil (FERREIRA, 2010, p. 223).

Essa redefinição fortaleceu os laços das parcerias entre o poder público e a esfera privada, na promoção de políticas educacionais vinculadas às políticas de emprego e renda, com o foco principal nos desempregados, nos trabalhadores informais e na população

vulnerável, do ponto de vista econômico, caracterizando-se como uma política de enfrentamento da pobreza.

Nesse contexto, esvaem-se o projeto da busca do desenvolvimento nacional e a promoção dos direitos básicos das massas, detendo-se ao monitoramento da inflação, controle da economia e aumento dos ganhos, na busca em conquistar os investimentos externos para a amortização dos juros da dívida. Houve um crescimento da nação enquanto economia, embora dependente dos centros hegemônicos capitalistas. Por conseguinte, o resultado interno foi a redução do emprego, o aumento do subemprego, da violência e, consequentemente, da pobreza (FRIGOTTO, 2006).

As articulações na oferta do PLANFOR objetivavam a promoção do atendimento momentâneo do mercado, não necessariamente envolviam a apreensão de um ofício para exercício de uma profissão, além de não garantir emprego aos que realizavam tais cursos.

1.4 A Educação Profissional no governo Lula (2003-2010)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva inicia-se em 2003, com compromisso junto à sociedade para a construção de uma nova política pública educacional pautada em propostas que envolviam mudanças estruturais nas formas das articulações herdadas do governo FHC, de dissociação da educação profissional da educação regular. A nova proposta governamental se comprometia, dentre outras promessas, em,

Corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, MEC, 2005, p. 2, apud FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b, p. 1089).

As mudanças propostas demarcaram o compromisso de revogação do Decreto nº 2208/97, o qual legalizava a dissociação entre a educação regular e a profissional, apresentando uma nova configuração com o restabelecimento da integração do Ensino Médio ao técnico àqueles que interessassem por esse itinerário formativo.

Assim, a educação profissional foi novamente incorporada à educação básica, tornando-se “técnica de nível médio”, com a promulgação do Decreto Nº 5.154 de 24 de julho

de 2004, regulamentando o artigo 36 e os artigos 39 a 41, da LDB, erguendo-se uma nova expectativa aos processos formativos à expansão e modernização da educação profissional, a partir de agora também denominada de “tecnológica”.

Estabelece-se, portanto, a retomada da oferta na forma articulada ao Ensino Médio e a formação para o trabalho, que poderia ser realizada de forma integrada, na mesma instituição de ensino, com matrícula única para as duas modalidades, na forma concomitante, caracterizada com matrículas distintas na própria instituição ou em outra diversa, e, ainda, na forma subsequente, direcionada aos concluintes do Ensino Médio (BRASIL, 2004b).

Com esse novo formato da educação profissional, nasce a expectativa da “construção de um Brasil melhor”, desejo explícito no discurso do Presidente Lula durante a apresentação do Plano Plurianual 2004-2007. O governo também reafirma antigas políticas econômico-sociais, demarcando os indivíduos como responsáveis por influenciar a retomada do crescimento da economia, porém sem desprezar o caráter privado, por possuir “um papel insubstituível” (BRASIL, 2003a).

No texto do relatório do MEC, sob a Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica- SETEC, apresentado em 2004, a justificativa para o novo desenho do ensino técnico estabelece como parâmetros buscar a “força de trabalho do país” para o alcance nos avanços do desenvolvimento social e econômico, denotando grande responsabilidade aos que se qualificarem por essa via.

A educação em seus diversos níveis é um direito de todos, além de ser uma estratégia para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. Se é assim, como explicar a existência, no País, de um contingente de 25 milhões de jovens e adultos sem escolaridade ou com até 2 anos de escolaridade, para os quais, é de fundamental importância a educação e a formação profissional? Os números da Educação Profissional no Brasil, apresentados em seu último Censo - 716 mil matrículas no Nível Técnico e 91 mil concluintes - são indicadores de que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que representam a força de trabalho do País. Sendo o papel da Educação Profissional e Tecnológica de fundamental relevância nas novas diretrizes do Governo Federal, no que tange à retomada do crescimento econômico do País, uma vez que a geração de empregos e o crescente desenvolvimento tecnológico exigem uma atuação proeminente quanto à formação profissional de sua força de trabalho, faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta seja condizente com a demanda, tanto quantitativa, quanto qualitativa (BRASIL, 2004c, p. 13).

Nesse contexto anterior à exposição das justificativas supracitadas, já havia sido criado o Programa “Democratizando o Acesso à Educação profissional, tecnológica e Universitária”,

sob a competência do Ministério da Educação, vinculado à Secretaria de Educação Média e Tecnológica.²⁰ pautado em objetivos que visavam a

Ampliar a oferta da educação profissional, tecnológica e da educação superior, com melhoria da qualidade, incorporando novos contingentes sociais ao processo de formação profissional, tecnológica e universitária, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais (BRASIL, 2003b).

As ações referiam-se à continuidade do Programa de Melhoria e Expansão da Educação Profissional – PROEP, nos âmbitos federais, cujo público-alvo seriam jovens e adultos que buscavam melhores oportunidades de formação profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores (BRASIL, 2004c).

Como a meta na expansão profissional foi articulada à educação superior, essa transversalidade obteve avaliação desfavorável pelo próprio governo. Assim, a partir de 2005, o Programa teve seu foco na expansão da educação profissional de nível médio, passando a ser denominado de Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica (FERREIRA, 2010).

As mudanças mais relevantes ocorreram somente mais tarde, já em 2007, com o início da expansão dos Institutos Federais de Educação, configurando um importante marco na democratização do ensino profissional, com a promulgação do Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007, sendo requerida destas instituições, em cada exercício, a aplicação de, no mínimo, 50% de sua dotação orçamentária na oferta de vagas de cursos técnicos em todos os níveis e modalidades (BRASIL, 2007a).

Nessa perspectiva, presume-se o início de uma nova era de formação integral e ampla com vistas à emancipação do educando, deixando para trás rastros da dualidade severa, pautada em finalidades distintas, apresentada pelo governo de FHC, emergindo uma nova proposta de Ensino Médio unitário, politécnico com mudanças estruturais neste âmbito educacional.

Entretanto, a realidade que se revelou mais tarde foi que essa nova perspectiva de transformação na educação profissional, na dimensão em que foi propalada por seus idealizadores e almejada pela sociedade, não aconteceu de forma prioritária e nem na proporção vislumbrada por ambos.

²⁰ A partir 2º Semestre de 2004, passou a ser denominada Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Torna-se importante destacar que a integração do processo formativo da educação básica à profissional foi um marco importante no cenário educacional brasileiro, contudo a elaboração desta nova forma de ensino não se configura como um problema de caráter simplesmente pedagógico, mas político, por isso não promoveram mudanças estruturais e nem ruptura dos vieses ideológicos já estabelecidos.

Buscar resolver essa dualidade, erguida durante um longo processo histórico, que “tem suas raízes nas formas de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho; pretender resolvê-la na escola, através de uma nova concepção, ou é ingenuidade ou é má-fé” (KUENZER, 2002, p. 35)

Ao contrário do esperado, a almejada integração entre as políticas da educação básica e profissional, e sua articulação com os demais sistemas estaduais e federais de ensino, iniciaram-se como uma fragmentação dentro do próprio Ministério da Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005a). A fragmentação ocorreu quando a Secretaria Educação Básica – SEB tornou-se responsável apenas pelas políticas relacionadas ao Ensino Médio, e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, pelas políticas da educação profissional.

As configurações da educação profissional, nesse período, pautaram-se muito mais em uma reorganização de antigos programas de qualificação, com novas denominações e parcerias, tendo suas principais ações iniciadas pelos programas: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, PROJOVEM²¹, Programa Brasil, gratuidade do Sistema “S”, e, ainda o, Plano Nacional de Qualificação – PNQ, com a carga horária ampliada (em relação ao PLANFOR), da média de 62,4 para 200 horas a partir de 2006 (BRASIL, 2007b).

O PNQ tinha como premissa básica,

Inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (PNQ, 2003, p. 17).

Diante das inúmeras propostas apresentadas para a profissionalização durante o governo Lula, torna-se importante discorrer brevemente sobre os programas apresentados e seus principais objetivos.

²¹ Os autores Frigotto; Ciavatta e Ramos (2005b) discutem os principais Programas de educação profissional no governo Lula.

Em 2005, foi criado o Projeto denominado “A Escola de Fábrica”, com o objetivo de promover formação profissional inicial e continuada, ou qualificação, destinado a jovens de baixa condição social e renda, com a oferta de curso em espaços alternativos, a exemplo do chão da fábrica (FERREIRA, 2010). Com características de inclusão social, o projeto visava a atender aos jovens excluídos do mercado de trabalho, incentivando as empresas privadas a praticar a responsabilidade social (FRIGOTTO, 2005a).

Outro Programa criado nesse período foi o PROEJA, instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, destinado à educação de jovens e adultos, na modalidade integrada, direcionado a um público específico com idade superior a 18 anos que tenha cursado apenas o ensino fundamental, com o objetivo de “[...] resgatar e inserir no sistema escolar brasileiro milhões de jovens e adultos possibilitando-lhes acesso à educação e formação profissional na perspectiva de uma formação integral” (BRASIL, 2006, p. 3)

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM nasce como parte das ações de profissionalização nesse período. Criado em 2005, tinha como característica peculiar seu caráter emergencial no atendimento a jovens em situação de risco social, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude (FERREIRA, 2010).

O PNQ também foi destaque no governo Lula, com vigência a partir do primeiro PPA (2004-2007), composto pela integração das políticas educacionais de trabalho e renda, por meio da interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, seu processo centrava na qualificação social e profissional – QSP do trabalhador com mais de 16 anos, não exigindo escolaridade prévia, como o PLANFOR de FHC, tendo como preferência os cadastrados no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do SINE, cujo objetivo explícito no artigo 2º da Resolução nº 333 era

Contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas o emprego, trabalho, renda e educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para:

I - a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as;

II - aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;

III - elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, através da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a Educação de Jovens e Adultos;

IV - inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;

V - aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo; VI - elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda; e VII - efetiva contribuição para articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação (BRASIL, 2003b).

O governo federal, ainda procurando identificar e solucionar os problemas que afetavam de forma direta o sistema educacional brasileiro, lançou, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o qual previa uma série de ações que, conjuntamente, visavam a solucioná-los. Para o êxito na viabilização dessas ações, foi necessário estabelecer a colaboração entre os entes federados, resultando no Plano de Metas Compromisso “Todos pela Educação”, que passou a vincular as ações de assistência técnica e financeira da União a Estados e municípios para o cumprimento de metas de qualidade materializadas pelo Plano de Ações Articuladas –PAR (FERES, 2015).

O segundo mandato de Lula foi marcado também pela aprovação da Lei nº 11.892/2008, a qual Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, um grande marco na educação profissional brasileira, possibilitando a ampliação das escolas técnicas federais, que, somadas às anteriormente existentes, contabilizaram, em 2010, um total de 354 unidades. Além da expansão e reestruturação das Redes Federais da Educação Profissional, o segundo mandato do presidente Lula (2007-2010) foi marcado por lançamentos de outras iniciativas, como:

Criação do Programa Brasil Profissionalizado (decreto 6.302/2007); a criação da rede de ensino técnico a distância – Rede e-Tec Brasil (decreto 6.301/2007); o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (decretos 6.633/2008, 6.635/2008, 6.632/2008, 6.637/2008), e a criação do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (Sistec), também em 2008 (FERES, 2015, p. 85).

O Programa Brasil Profissionalizado foi criado com o objetivo de promover a ampliação da rede física da EPT mediante a criação de escolas técnicas nas redes estaduais e do Distrito Federal, na oferta de cursos integrados ao Ensino Médio (FERES, 2015).

A iniciativa da Rede e-Tec foi estabelecida com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta da educação profissional e tecnológica a distância, alcançando um público que não aderisse aos cursos presenciais para essa modalidade de ensino (FERES, 2015).

Já a Gratuidade do Sistema “S” integrou a parceria na oferta de cursos técnicos, estabelecendo-se, em 2008, uma nova pontuação, onde

O acordo prevê que as entidades cumpram um Programa de Comprometimento de Gratuidade (PCG), com previsão de chegar à aplicação de dois terços de suas receitas líquidas na oferta de vagas gratuitas nos cursos de formação para estudantes de baixa renda e trabalhadores – empregados ou desempregados. O acordo prevê também o aumento da carga horária dos cursos, que passaram a ter, no mínimo, 160 horas. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, 2014, p. 44-45).

No âmbito da educação profissional de nível médio, foi notório o incremento na oferta da educação profissional aos diferentes públicos. Os resultados quantitativos apontam um histórico de matrículas na educação profissional e tecnológica, em cursos técnicos de nível médio, distribuídas entre as redes federal, municipal e privada, da seguinte ordem: no ano de 2003, somaram 589,3 mil; em 2010, esse número passou para 1.140,4 mil matrículas em todo o país (BRASIL, 2011b).

Entretanto, apesar dos resultados serem apresentados como conquistas do governo Lula, ao analisar os quantitativos de matrículas no PPA 2012-2015 do governo Dilma, eles revelam que, no governo de FHC, do montante de estudantes matriculados em cursos técnicos de nível médio, 44,8% foram atendidos pela esfera pública e 55,1% pela esfera privada; no governo Lula, 52,2% desses estudantes foram matriculados na rede pública e 47,7% na rede privada. Ou seja, apesar do incremento nas matrículas, principalmente pelo reforço da rede federal de ensino, com o projeto de expansão, houve uma redução de apenas 7,4% nas matrículas na rede privada que foram absorvidas pela esfera pública (BRASIL, 2011b).

As iniciativas na oferta da educação profissional, com essas configurações, além de não apresentarem rupturas às práticas neoliberais, foram ratificadas, dando continuidade às parcerias público-privadas na formação de jovens nos cursos, principalmente os de qualificação profissional (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005a).

As transformações ocorridas com a promulgação do Decreto 5.154/04, no que concerne às formas na oferta da educação profissional, foram consideradas mínimas, além de trazerem consigo o Parecer CNE/ CEB nº 39/04 e a Resolução nº 01/05, ficando claro que a vigência destes documentos expressou a contradição envolvendo a revogação do Decreto nº 2.208/97 e promulgação do nº 5.154/04, respectivamente, na medida em que foram atualizadas as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, mantendo-as sob orientação do revogado Decreto (RAMOS, 2014).

Apesar disso, torna-se importante salientar um aspecto considerado relevante, da mesma forma positiva no governo Lula, no que tange à expansão da rede federal ocorrida por intermédio dos Institutos Federais. Durante sua gestão (2003-2010), foram entregues 214 unidades previstas nos planos de expansão da rede federal, configurando maior qualidade na oferta dos cursos no tocante às instalações e pessoal capacitado (FERES, 2015).

Um aspecto importante a ser destacado é a qualidade das novas unidades escolares da rede federal. O modelo padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)/MEC, para escolas em municípios com maior população, define uma área total construída de 5.500 m², contemplando doze salas de aulas, seis laboratórios para ensino de ciências e informática, auditório com capacidade para 205 pessoas, dois laboratórios tecnológicos com 200 m² cada, biblioteca informatizada, refeitório, área de vivência, ginásio poliesportivo e teatro de arena. As escolas com esse porte estão dimensionadas para o atendimento de 1.200 alunos em cursos regulares (IPEA, 2014, p. 20).

Entretanto, com a apresentação da nova política para a oferta educação profissional e tecnológica, com a possibilidade da integração legalizada pelo Decreto nº 5.154/2004, a maioria dos diretores dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica- CEFET e demais parceiros, como Secretarias Estaduais de Educação e o Sistema S, optaram por manter a diversidade na oferta de educação profissional e tecnológica apresentada no Decreto anterior (CREMONESE, 2012).

As políticas da educação profissional nesse período não refletiram em mudanças significativas, foram ajustes de caráter assistencialista, mas com o foco nas políticas econômicas e fiscais, demarcando uma forte herança das políticas do governo anterior. Ainda, houve uma importante participação da rede privada como parceiras na oferta dos cursos técnicos, o que também reforça o interesse da profissionalização em larga escala fomentado por recursos públicos.

Kuenzer (2006) ao discutir as proximidades das políticas da educação profissional formuladas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo e primeiro mandato respectivamente, considerando o fato de serem formuladas numa sociedade pautada no modo de produção capitalista, acredita que ambas foram sustentadas pelo “patrocínio do discurso da inclusão”. Ora se aproximavam em alguns pontos, ora se distanciam em outros, mas, em resumo,

As políticas e propostas contidas nos decretos e planos acima referenciados, nos dois governos, originaram um conjunto de programas e projetos que

tiveram por objetivo a sua implementação. Esses programas e projetos, tanto no Governo Fernando Henrique quanto no Governo Lula, não se diferenciam no que diz respeito à concepção das relações entre Estado e Sociedade Civil, que passam a se dar por meio das parcerias entre o setor público e o setor privado (KUENZER, 2006, p. 899).

A autora indica que, apesar de na época se basear em resultados parciais do PNQ, foi possível apontar a continuidade no mesmo sentido do PLANFOR. Embora haja a negação no plano do discurso, foi evidente a semelhança com “o crescente repasse de recursos públicos para o setor privado, por intermédio de parcerias justificadas pela ‘impossibilidade’ do Estado em cumprir com suas funções” (KUENZER, 2006, p. 899, grifo do autor).

Apesar dos avanços ocorridos no governo Lula, com a democratização da educação profissional e investimentos importantes na expansão da Rede Federal de ensino, mas, principalmente pela revogação do Decreto nº 2.208/1997 e regulamentação do 5.154/2004, essas mudanças não causaram um rompimento na forma e nem na essência das relações na oferta da educação profissional, sendo propalada políticas sociais de caráter inclusivo àqueles que, por outras exclusões, não tiveram acesso à educação em sua totalidade, ratificando, porém, antigas concepções circunscritas por mediações e adequações conjunturais às necessidades imediatistas do mercado.

1.5 A Educação Profissional no governo Dilma (2011-2016)

Durante o governo Dilma Rousseff, com início em 2011, as ações que viabilizaram a promoção da educação profissional não foram diferentes das do governo anterior, com a implementação de diferentes iniciativas na tentativa de alcançar a população socialmente vulnerável.

Houve a continuidade de ações iniciadas no governo Lula, como o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, juntamente com novas iniciativas apresentadas no PPA 2012-2015, as quais trouxeram propostas de inclusão principalmente aos jovens com idade entre 15 e 17 anos. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD de 2009, pouco menos de 51% dos jovens nessa faixa etária cursavam o Ensino Médio (BRASIL, 2011b).

Para o governo, o esforço em elevar este índice tornava-se necessário, juntamente com a correção das distorções ocorridas em etapas anteriores, além de “promover iniciativas que

atraiam os jovens, como a oferta de um ensino mais apropriado ao contexto social do aluno, o estreitamento do ensino médio com o técnico-profissionalizante e boas perspectivas de continuidade nos estudos” (BRASIL, 2011b).

Nesse contexto, as ações propostas apresentadas no referido PPA 2012-2015 uniram esforços para acelerar a qualificação destes jovens e a formação do trabalhador.

Os objetivos e iniciativas do Programa Temático preveem a expansão da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, mediante a ampliação das redes federais e estaduais, ampliação do acesso mediante a concessão de bolsas voltadas para estudantes e trabalhadores, financiamento estudantil, matrículas em educação de jovens e adultos profissionalizante e a ampliação de processo gratuito de reconhecimento de saberes do trabalhador (BRASIL, 2011b).

Ainda de acordo com o documento, partes das ações descritas acima confluiriam para a execução do o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que, dentre outras finalidades, visava “ampliar de forma significativa o acesso de trabalhadores à educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2011b).

Dentre as propostas apresentadas pelo governo Dilma, para primeiro mandato, contidas no referido PPA, destacam-se as de continuidade na expansão da educação profissional e outras iniciativas do governo anterior, juntamente com a inserção de novas iniciativas, como a oferta de bolsas de estudos a estudantes e trabalhadores,

elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 563; ampliar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica; oferecer 8 milhões de vagas de educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda; ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social; e elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2011b, p. 147).

Dessa forma, o governo Dilma apresentou iniciativas elaboradas na oferta da educação profissional dando continuidade às políticas iniciadas no governo Lula, a exemplo da ampliação das redes federais de educação superior e profissionalizante e do Programa PROJOVEM, que, conforme expresso em seu discurso, representavam políticas que vinham contribuindo para a formação dos jovens e ampliação da sua escolaridade. Ademais, algumas delas seriam parte integrante de novas políticas a partir de 2011, juntamente com o

PRONATEC, que possui, dentre outros objetivos, “a inserção no mercado de trabalho formal e ampliação da formação dos trabalhadores” (BRASIL, 2011c).

Ainda sobre o Governo Lula, Singer (2009, p. 83) acredita que, de maneira mais pontual, após 2006, nasceu um novo tipo de ideologia ao qual denominou de Lulismo, expressão atribuída por uma fração de classe que representa “uma nova configuração ideológica que mistura elementos de direita e da esquerda”, transmitindo a ideia de um Estado suficientemente forte para promover a redução das desigualdades, porém sem o rompimento da ordem estabelecida.

O autor defende como favorável a experiência do PT no poder, mas não deixa de apontar contradições e ambiguidades existentes no período: “O Lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação” (SINGER, 2012, p. 9).

Com a continuidade do PT no governo, Lima (2012) considerou como grandes as expectativas no início do governo Dilma, e na mesma proporção, as demandas, e discorre sobre os aspectos positivos alcançados no governo anterior, como as políticas de geração de emprego, o aumento do poder de compra, através do ganho real do salário e também a mobilidade social, mas evidencia sobre algo que permaneceu intacto: a ineficiência quanto à reestruturação do aparelho Estatal, principalmente no âmbito educacional, mais precisamente da educação profissional.

O novo modelo da educação profissional proposto pelo governo Dilma, a partir de 2011, emerge de iniciativas que buscavam a democratização desse ensino, iniciada no governo Lula, com novas configurações, denominado como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A PERSPECTIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO- PRONATEC

Neste capítulo, são descritas as diretrizes e concepções do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, à luz do marco legal historicamente instituído e sua implementação no âmbito das políticas públicas de educação profissional no Brasil.

2.1 As configurações da Educação Profissional no âmbito do PRONATEC

Durante os dois mandatos do presidente Lula (2003-2010), as ações do governo federal promoveram uma significativa expansão da Rede Federal de Educação Profissional, a partir da integração curricular entre o Ensino Médio e o profissional, por intermédio do Decreto nº 5.154/04²². Entretanto, com o início da gestão da presidente Dilma Rousseff em 2011, o governo entendeu que a oferta de cursos profissionalizantes no país ainda era insuficiente, motivo pelo qual seria necessário ampliar sua oferta, conforme expresso no PPA 2012-2015:

Nesse sentido, uma série de ações está sendo proposta para acelerar a qualificação e formação do trabalhador. Os objetivos e iniciativas do Programa Temático prevêem a expansão da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, mediante a ampliação das redes federais e estaduais, ampliação do acesso mediante a concessão de bolsas voltadas para estudantes e trabalhadores, financiamento estudantil, matrículas em educação de jovens e adultos profissionalizante e a ampliação de processo gratuito de reconhecimento de saberes do trabalhador. Destaca-se que algumas dessas ações foram reunidas para conformação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que visa a ampliar de forma significativa o acesso de trabalhadores à educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011b p. 146).

Ainda de acordo com a própria presidente, todos os cidadãos brasileiros deveriam ter “direito a qualificação profissional e ao ensino técnico” (PORTA BRASIL, 2014), surgindo,

²² Este Decreto sofreu alterações em 2014, para adequar-se ao Pronatec, por meio do Decreto nº 8.268 de 18 de junho de 2014. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011a).

assim, a necessidade de contar com uma política pública de alcance nacional que fosse capaz de assegurar este direito à sociedade.

Nunca tivemos no Brasil um grande programa de ensino técnico de nível médio, e muito menos de capacitação técnica e profissional [...]. Isso é uma falha na estrutura educacional do Brasil, porque nenhum país do mundo chegou a se transformar numa nação desenvolvida rica sem estudantes técnicos, que se capacitassem profissionalmente e para exercer uma profissão (PORTAL BRASIL, 2014).

O PRONATEC foi mencionado pela presidente Dilma durante o anúncio da expansão da Rede Federal, em 16 de agosto de 2011, quando, na ocasião, foi solicitada ajuda aos parlamentares para aprovação do projeto inicial do programa, justificando a importância para o aumento da produtividade, qualidade do emprego, desenvolvimento e integração social:

Falo aqui também de um programa, falo do Pronatec. E aí, eu peço também aos senhores parlamentares que, mais uma vez, nos ajudem na aprovação do Pronatec, porque o Pronatec vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros. O Pronatec é um projeto extremamente ousado para garantir que o ensino médio brasileiro não seja um ensino deslocado e desfocado da realidade em que nós vivemos. Mas o Pronatec é aquele programa de ensino médio que introduz na educação brasileira um momento decisivo, que é a formação técnica e profissional. E isso vai significar para o Brasil um grande aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e de integração social, na qual a educação cumpre um dos papéis mais relevantes para que os nossos trabalhadores sejam, de fato, aqueles beneficiados com o fruto do desenvolvimento e, portanto, tenham salários cada vez mais adequados (PORTAL DO PLANALTO, 2011).

Nesse sentido, e diante da constatação de uma série de demandas sociais que precisavam ser efetivadas para superar definitivamente a pobreza imperante entre jovens e adultos de todo o país, bem como a necessidade de promover uma política de qualificação de mão de obra para atender as demandas crescentes do mercado de trabalho, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei - PL nº 1.209/2011, que tratava de uma política de educação profissional.

Em uma reunião de apresentação do referido PL junto aos parlamentares da Comissão de Educação da Câmara de Deputados, a Ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, enfatizou, à época, que o governo tinha pressa para aprovar esse PL, o qual pretendia contribuir com a profissionalização de jovens e adultos,

por meio de bolsas aos estudantes, do financiamento do Sistema S ou da expansão das vagas em escolas públicas. A decisão da presidente Dilma de não retirar a urgência do projeto tem uma justificativa muito forte. É um projeto grande, ambicioso, que visa capacitar 8 milhões de jovens trabalhadores até 2014, não pode ficar dormindo. A proposta implica a qualificação de trabalhadores neste momento em que o país vive um crescimento fantástico, mas em que praticamente podemos dizer que há um “apagão” de mão de obra, disse (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, em 6 de julho de 2011, apud IPEA; 2014, p. 22).

Posteriormente, depois de ser debatido no Congresso Nacional e de terem sido incorporadas várias Emendas ao PL nº 1.209/2011, ele foi aprovado pela Câmara de Deputados e, em seguida, pelo Senado. Anteriormente denominado de Programa de Educação Profissional e Tecnológica (nº 2031), o Programa passa, a partir do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, a ser designado de Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (Controladoria Geral da União, 2014).

Os aspectos conjunturais precedentes ao lançamento do PRONATEC favoreceram sua criação. De acordo com estudos do IPEA (2014), um dos fatores para o crescimento da demanda de mão de obra se deu pelo importante incremento no investimento industrial no quadriênio 2011-2014, na ordem de 59%, quando comparado ao quadriênio anterior, tornando-se um ambiente favorável ao aquecimento dos debates sobre os destinos da economia nacional, com um crescimento de 7,5%, taxa inédita em 24 anos, despertando inquietações sobre a disponibilidade de mão de obra qualificada frente ao atendimento das expectativas do mercado.

Os discursos, tanto anteriores, quanto posteriores à implantação do PRONATEC, reforçam a ideia de que o desenvolvimento econômico, para a maioria dos trabalhadores e estudantes, não ocorreu devido à sua “desqualificação”, transpondo lhes a responsabilidade de colocação ou recolocação no mercado formal de trabalho, o que reforça a noção de que as desigualdades sociais não são frutos de um longo processo estrutural de dominação e de manutenção de relações de poder e classes desiguais, mas da falta da adequada qualificação do trabalhador (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006a).

As justificativas para a implementação do Programa foram pautadas na necessidade de mão de obra devido ao aumento do crescimento econômico e desenvolvimento do país, e que, para prosseguir nesse ritmo, seria necessário formar a demanda de trabalhadores com o perfil adequado ao setor produtivo.

2.1.1 Diretrizes e concepções do PRONATEC

A instituição do PRONATEC, sob o ponto de vista legal, foi embasada na LDB (Lei nº 9394/1996) como parte das Seções IV – A e V do capítulo II, bem como do artigo 39, § 2º, incisos I do capítulo III, que trata “Da Educação Profissional e Tecnológica”, incluído pela Lei 11.741 de 2008, que redimensiona, institucionaliza e integraliza as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008a).

De acordo com o artigo 39 da LDB, a partir das alterações trazidas pela Lei 11.741 de 2008,

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio [...] (BRASIL, 2008a).

A Lei nº 12.513/2011, que instituiu o PRONATEC, descreve-o como um Programa vinculado a outros programas, projetos e ações já existentes, que, associados ao fomento de assistência financeira e técnica, convergiriam em sua execução, a partir do alinhamento de uma série de objetivos, descritos no parágrafo único do artigo 1º:

I - Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011a).

As justificativas do governo para a implementação do PRONATEC e sua solidificação como política pública baseavam-se na necessidade de proporcionar o desenvolvimento

profissional de jovens e trabalhadores frente às mudanças nos processos tecnológicos em um mercado competitivo, com a promoção do desenvolvimento social, sustentável e econômico do país.

A demanda crescente pela qualificação profissional de jovens e trabalhadores, bem como pela elevação de sua escolaridade, está diretamente relacionada aos processos de inovação tecnológica, ao aumento da produtividade e competitividade do país e à promoção do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, o PRONATEC elevou a educação profissional e tecnológica ao patamar de estratégia para o desenvolvimento social e econômico nacional, com o propósito de consolidá-lo como política pública (BRASIL, 2014a).

Como pode ser observado em seus objetivos e de acordo com o discurso oficial, o PRONATEC deveria tornar-se uma das principais bandeiras do governo Dilma, na medida em que esta política deveria contribuir com a inclusão educacional, produtiva e social de estudantes e trabalhadores oriundos das camadas subalternas da população, em situação de vulnerabilidade social e cultural, a partir da sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho e de sua consolidação como política pública.

O Pronatec ganha lugar na agenda de políticas sociais à medida que convoca as instituições de educação profissional e tecnológica para compreender e articular as políticas de educação, de trabalho e de desenvolvimento social e econômico, reconhecendo demandas objetivas de cada contexto e as necessidades e interesses dos indivíduos (BRASIL, 2015a, p. 26).

De acordo com Lima (2012) a implementação do PRONATEC poderia marcar, com o tempo, um distanciamento entre as estratégias educacionais promovidas pelo governo Lula (Decreto nº 5154/2004), diante das propostas de reformulação da política de educação profissional e a possibilidade de esta se consolidar como uma proposta de educação profissional de qualidade integrada ao nível médio regular.

Isso porque, como será detalhado posteriormente, o PRONATEC foi construído a partir de uma série de ações já existentes na oferta da educação profissional vinculadas a novas ações com o objetivo de incrementar o ensino médio e promover a qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores, sendo oferecido em diferentes modalidades, direcionado a públicos diversos, não possuindo semelhança alguma com a almejada educação integrada, preconizada no artigo 4º, §1º, do Decreto nº 5.154:

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno (BRASIL, 2004b).

A educação integrada abrange a totalidade na apreensão do conhecimento do ser humano, ampliando sua capacidade de abstração, interpretação e possível transformação da sociedade, aliada à prática profissional.

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: quer nos processos produtivos, quer nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior (CIAVATTA, 2008, p. 6).

Entretanto, no âmbito do PRONATEC, a ampliação na oferta dos cursos de educação profissional segue sustentada, sobretudo, na identificação das demandas de qualificação possuindo como princípios político-pedagógicos norteadores as premissas estabelecidas pela Constituição Federal, Declaração dos Direitos do Homem e pela Organização Internacional do Trabalho -OIT.

i.O direito ao pleno desenvolvimento pessoal, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, assegurado na Constituição Federal do Brasil, de 1988, proclamado, também, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, no seu art. 26, e ratificado na Recomendação 195 (Sobre o desenvolvimento dos recursos humanos: educação, formação e aprendizagem permanente) da Conferência Internacional do Trabalho, publicada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2004. ii. O compromisso com a elevação da escolaridade da população, uma condição imprescindível para os processos de qualificação profissional comprometidos com a formação integral do trabalhador. iii. O estímulo à continuidade e à progressividade dos estudos, na perspectiva de consolidar a autonomia e a emancipação do sujeito, como condição para superação das desigualdades sociais (BRASIL, 2015a, p. 26).

O texto retrata a oferta de qualificação profissional de abrangência integral do trabalhador, baseado nas orientações legais de documentos que estimulam o desenvolvimento do ser humano, e fundamenta-se no estímulo à continuidade dos estudos como premissa na superação das desigualdades sociais.

As configurações do Programa, no que tange à delimitação do seu público-alvo, a partir da Lei 12.513/2011, artigo 2º, estabelece que ele atenda, prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II - trabalhadores; III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. § 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. § 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física. § 3º. As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. § 4º Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação (BRASIL, 2011a).

As críticas de Lima (2012) ao PRONATEC são pautadas, dentre outras, no fato de que o Estado brasileiro, ainda sem garantir a universalização e gratuidade da Educação Básica, busca ampliar a oferta da educação profissional nos diferentes níveis. Quando movido em alcançar o crescimento econômico e a demanda social, busca formar um contingente para o mercado utilizando-se de recursos públicos por meio do instrumento das bolsas de estudo.

O não alcance das metas da Educação Básica foi ratificado por dados divulgados pelo censo de 2013, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que demonstra haver cerca de 13 milhões de analfabetos como idade de 15 anos ou mais em todo o país, além da baixa taxa de escolarização líquida da população de faixa etária entre 15 a 17 anos, representado pelo ensino médio de em torno de 55% (BRASIL, 2015a).

Ao avaliar os itens I, III e IV do artigo 2º, Ramos (2014) observa duas características do público alcançado pelo Programa: a primeira, ao direcionar o PRONATEC a esse público específico, revela seu caráter produtivista, próprio do capitalismo, ratificado por meio da qualificação de uma força de trabalho “barata”, para o resultado máximo na absorção da mais-valia; o outro aspecto seriam as ações de cunho assistencialista direcionadas ao público atendido pelos programas sociais de transferência de renda, com a oferta de qualificação, gerando uma expectativa de inserção no mercado de trabalho e de consumo.

Kuenzer (1997) ao discorrer sobre a expansão no ensino profissional no início do governo de Fernando Collor de Melo, “vestida de educação tecnológica” remete à educação dual de 1901, que inspirou a criação das escolas de aprendizes e artífices, voltada aos socialmente excluídos, caracterizada por finalidades definidas, no preparo de mão de obra nos níveis ocupacionais mais baixos na busca de satisfação mais imediatista, e, portanto, reitera,

Tem-se aqui a reafirmação de um dos princípios básicos da velha escola dual: para os pobres e desvalidos, deficientes e marginalizados, a escola do trabalho e o exercício de funções subalternas no processo produtivo; nesta perspectiva, a educação profissional é a negação formal do direito à educação básica e o acesso a todos os níveis do Sistema Nacional de Educação; homens de segunda categoria, clientes de uma educação diferenciada segundo sua origem de classe, cidadania pela metade, só formalmente reconhecida, mas concretamente nunca realizada, posto que o preparo que a cidadania exige nas sociedades democráticas, fundamental para a igualdade de oportunidades e para o respeito aos direitos humanos, é incompatível com o preparo que o sistema produtivo requer, fundamentado na hierarquia e na desqualificação (KUENZER, 1997, p. 47).

Nesse sentido, a autora traz à atualidade Gramsci quanto à oferta do ensino direcionado aos interesses imediatistas, segregada por grupos sociais, em detrimento da formação profissional fundida aos amplos processos formativos:

[...] o aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrático, quando, na realidade, não é só destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las [...] a marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, determinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir essa trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (GRAMSCI, 2001, p. 49).

O paradoxo reside entre o discurso de uma proposta de amplo acesso com a democratização do ensino, desenhado para “superar as desigualdades”, revelando, porém, o acirramento das diferenças sociais, quando desenha uma educação específica por grupo de social.

Em relação ao caráter assistencialista de grande parte do público do PRONATEC, ele se assemelha ao público-alvo do plano PLANFOR de FHC, formado por pessoas em risco social, jovens à procura de emprego, mulheres chefes de família, pessoas com deficiência etc.

O PLANFOR recebeu severas críticas quando sua essência de “qualificação” se distanciava da educação integrada e se aproximava da educação meramente produtiva, quando o “conceito de educação do homem integrado às forças sociais difere da mera submissão às forças produtivas” (FRIGOTTO, 2006a, p. 68.)

Há mais de sete décadas, reiteram-se programas de educação de jovens e adultos, sem se acabar com o analfabetismo e a baixa escolaridade da

população. Igualmente, pelo mesmo período, sucedem-se programas de formação profissional para esta população com pouca e precária escolaridade. Tem-se, como exemplos, a criação do sistema S no início da década de 1944; o Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra industrial (PIPMOI) criado pelo Decreto n. 53.324 de 18 de dezembro de 1963 e, em 1971, transformado em Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra (PIPMO), estendido para os demais setores da economia; o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) em 1995; o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em 2003 e, finalmente, em 2011, o Pronatec. Sem o ensino médio de boa qualidade reiteram-se castelos em cima de areia (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014, p. 67-68).

Para os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014), programas a exemplo do PRONATEC representam a subordinação das políticas sociais ao capitalismo, movidas pelos anseios do desenvolvimento do capital financeiro, uma combinação da super exploração do trabalho com a legitimação das políticas sociais de alívio à pobreza.

Em um estudo denominado: *PRONATEC: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à Educação Profissional*, IPEA (2014, p. 28), é ratificado que a Lei 12.513/2011, “veio atender a um anseio dos trabalhadores pobres e a satisfazer uma necessidade da estrutura produtora de bens e serviços do país”.

Com o intuito de alcançar o êxito das ações e objetivos do Programa, o governo viabilizou diversas parcerias numa verdadeira “força tarefa” com o envolvimentos de entes de diferentes federações, a partir da articulações de ações de maneira transversal, unindo seus esforços no alcance das metas estabelecidas, principalmente no que tange ao alcance do volume de matrículas.

Para tanto, a gestão utilizou como escopo diversas iniciativas já existentes e outras inovadoras, como a iniciativa da Bolsa-Formação, para ampliação da oferta da educação profissional no país. Conforme expresso no PPA 2012-2015, o Programa teve seu início com uma proposta de atingir a “meta de alcançar 8 milhões de matrículas no PRONATEC, contribuindo para a formação de mão de obra, o que será decisivo no cenário de crescimento econômico sustentável dos próximos anos” (BRASIL, 2011b, p. 83). A Lei 12.513/2011, em seu artigo 3º, relaciona os entes que, em regime de colaboração, convergiram na execução do Programa:

O PRONATEC cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito

privado precípua mente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei (BRASIL, 2013a).

A mesma lei ainda flexibiliza a oferta dos cursos por parceiros ofertantes de entidades privadas, sem fins lucrativos, contanto que obedeçam às condições previstas no artigo 8º, o qual discorre que

O Pronatec poderá ainda ser executado com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante a celebração de convênio ou contrato, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2011a).

Apesar de envolver primeiramente a esfera pública na implementação do PRONATEC, fica evidenciada a participação da esfera privada na execução, fomentada por fundos públicos, incluindo as entidades do Sistema S.

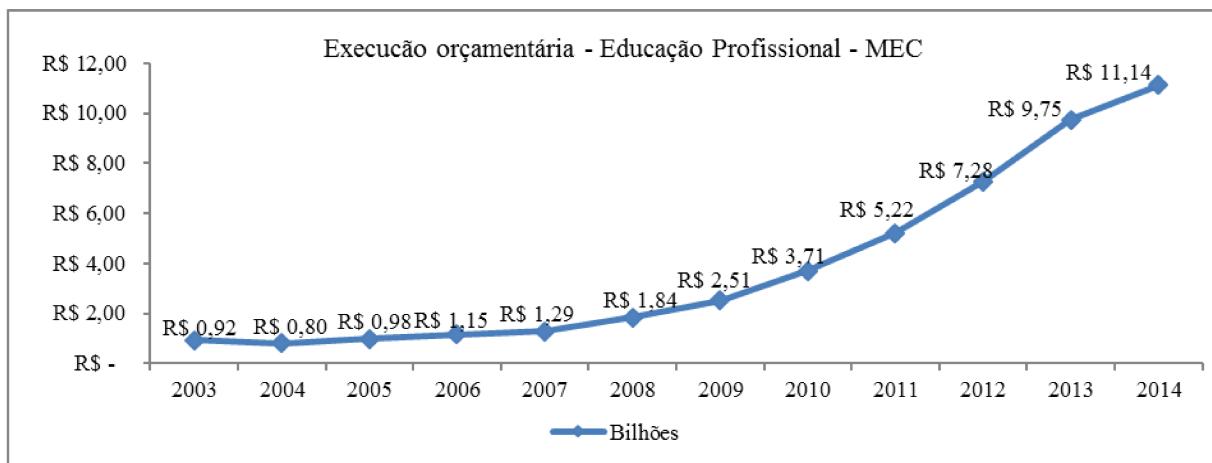
O PRONATEC carrega um modelo de formação que contrapõe aos anseios da classe trabalhadora brasileira pelo fato de promover, por meio de recursos públicos, o acesso de estudantes e trabalhadores às vagas da educação profissional por instituições privadas nas diferentes modalidades, técnica de nível médio e de FIC (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2014).

Para o alcance efetivo de suas metas, em sua base legal, a Lei 12.513/2011, no artigo 4º, encontram-se descritos as ações que promoveram a efetivação do Programa, tais como:

- I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
- III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
 - a) Bolsa-Formação Estudante; e
 - b) Bolsa-Formação Trabalhador;
- V - financiamento da educação profissional e tecnológica;
- VI- fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;
- VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
- VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e
- IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.
- X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM (BRASIL, 2011a).

Ao analisar alguns dos itens propostos nas ações do desenvolvimento do PRONATEC, descritos no inciso I, com base na execução orçamentária da educação profissional por meio dos dados apresentados no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, foi possível observar os avanços nos investimentos da educação profissional, sobretudo a partir de 2011, ano do marco inicial do Programa PRONATEC. Trata-se de um montante que, somado às iniciativas da educação profissional formuladas pelo governo anterior, de Luiz Inácio Lula da Silva, eleva em 2014 os investimentos ao patamar de R\$ 11,14 bilhões.

Gráfico 1 - Evolução da execução orçamentária MEC na educação profissional - Brasil no período de 2003 a 2014.



Fonte: adaptado de Barbosa Filho; Porto; Liberato (2015, p. 6).

Por meio dos dados apresentados no Gráfico 1, observa-se que, durante os oito anos do governo Lula (2003-2010), os investimentos atingiram um montante total de R\$ 13,20 bilhões, o que representou uma média anual de R\$ 1,65 bilhões, enquanto no governo Dilma, durante o primeiro quadriênio de seu mandato (2011-2014), os investimentos somaram R\$ 33,39 bilhões, equivalente a uma média anual de R\$ 8,35 bilhões de reais, um salto relevante de investimentos na educação profissional. Cabe lembrar que esses montantes representam todo o esforço do governo federal no incremento da educação profissional no país, e não só no âmbito do PRONATEC, porém, foi notória uma ampliação importante nos investimentos, sobretudo após a implementação do Programa.

A partir de ações já desenvolvidas pelo Ministério da Educação, no governo Lula, a exemplo da expansão da Rede Federal, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec, e Acordo de Gratuidade com o Sistema S, com o incremento da Bolsa-Formação e do financiamento estudantil para a educação profissional, implementadas no governo Dilma, todas convergiriam em potencializar a capacidade da oferta de cursos da educação

profissional no território nacional, no âmbito do PRONATEC. Assim, o Programa, emerge sustentado pelas seguintes iniciativas,

- i) Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- ii) Programa Brasil Profissionalizado, que destina-se à equipagem de laboratórios e construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais;
- iii) Rede e-Tec Brasil, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância;
- iv) Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, por meio do qual são aplicados os recursos do SENAI e do SENAC, recebidos da contribuição compulsória, em cursos gratuitos para trabalhadores; e
- v) Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica (MEC, 2016b).

Torna-se importante discorrer sobre as iniciativas preexistentes juntamente com a iniciativa da Bolsa-Formação, que nasceu com o Programa, onde esta será descrita de forma pormenorizada em relação às demais, por representar a iniciativa mais relevante na oferta do PRONATEC no período estudado:

• **Expansão da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica:** iniciativa já implementada em todos os estados brasileiros, com estrutura e capacidade para a oferta de cursos de FIC, técnicos, superiores de tecnologia e, ainda, de pós-graduação (BRASIL, 2014a). Houve um considerável crescimento, e, em 2010, a rede já contava com 140 unidades criadas (1909-2002), somadas as 214 entregues até 2010, acrescidas às 208 unidades criadas entre 2011 a 2014, totalizando 562 unidades, além da federalização de outras (IPEA, 2014, p. 20).

• **Programa Brasil Profissionalizado:** por meio desse Programa, iniciou-se a ampliação das redes de educação profissional e tecnológica dos Estados e do Distrito Federal, com a criação de escolas técnicas estaduais e de incremento nas matrículas em cursos técnicos integrados ao ensino médio. Desde o início do Programa, em 2007, o governo federal realizou convênios junto às unidades federativas para a construção, reforma e ampliação de escolas estaduais, adequando as instalações para o apoio à oferta de cursos técnicos, além de capacitação de docentes e gestores escolares (FERES, 2015).

• **Rede e-Tec Brasil:** criada também em 2007, visando ofertar cursos de formação continuada ou qualificação profissionais e técnicos na modalidade a distância. A sua criação teve como intuito contribuir para a interiorização da oferta de EPT, e, também, alcançar o

estudante que não tem interesse na modalidade presencial de cursos profissionais, e, sim, a distância. Conforme previsto no decreto 7.589/2011, que substitui o decreto 6.302/2007, a Rede e-Tec passa a financiar também a oferta de cursos técnicos a distância por instituições dos SNA – Sistema S, porém com processo diferenciado de financiamento (FERES, 2015).

• **Acordo de Gratuidade do Sistema S:** o Acordo refere-se ao protocolo de compromisso firmado em 2008 entre os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego e da Fazenda com a Confederação Nacional do Comércio - CNC e a Confederação Nacional da Indústria - CNI, em que foi pactuada a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e SENAC na oferta a estudantes de baixa renda ou trabalhadores de cursos técnicos e educação continuada (BRASIL, 2014a).

• **A iniciativa da Bolsa-formação:** a iniciativa inédita da Bolsa-Formação nasceu com o Programa, visando ao aproveitamento da capacidade instalada das instituições vinculadas às iniciativas descritas anteriormente, já ofertantes do ensino profissional, e refere-se ao custeio das despesas junto às essas instituições ofertantes, buscando promover o acesso gratuito aos cursos médio técnico e de educação profissional. São classificadas em Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador (BRASIL, 2015a).

Assim, a Bolsa-Formação foi promovida a partir de recursos públicos para ofertar cursos gratuitos, conforme descreve o artigo 7º da Portaria nº 817/2015, a qual corresponde

I – Ao custeio de todas as despesas relacionadas ao curso por estudante, incluindo eventual assistência estudantil e os insumos necessários para a participação nos cursos, no caso de cursos ofertados pelas instituições públicas e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem SNA; ou

II- ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidades, no caso de cursos técnicos subsequentes ofertados por instituições privadas; ou

III- ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidade, nos casos de cursos técnicos concomitantes ofertados por instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio, incluindo eventual assistência estudantil (BRASIL, 2015b).

Ainda de acordo com a Portaria nº 817/2015²³, a oferta da Bolsa-Formação estudante e Trabalhador seria destinada, preferencialmente, ao público-alvo do Programa: estudantes do Ensino Médio na rede pública, inclusive EJA, trabalhadores²⁴, beneficiários e dependentes

²³ A Portaria nº 168/2013 foi alterada pela Portaria nº 1007 de 09 de outubro de 2013 e, posteriormente, pela Portaria nº 817 de 13 de agosto de 2015, que revogou as anteriores, sendo a Portaria vigente no período da pesquisa.

²⁴ Para fins desta Portaria, consideram-se trabalhadores os empregados, trabalhadores domésticos, trabalhadores não remunerados, trabalhadores por conta própria, trabalhadores na construção para o próprio uso ou para o

dos programas federais de transferências de renda, aos estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em rede pública ou na condição de bolsista integral em instituições privadas, sendo estimulada a participação de pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, mulheres responsáveis pela unidade familiar, beneficiárias dos programas de transferência de renda e trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego, desde que reincidentes (BRASIL, 2015b).

A iniciativa da Bolsa-formação é caracterizada como um instrumento, conforme disposto no artigo 2º, que visa a

- I – potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica;
- II – formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País;
- III – ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País;
- IV – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- V – incentivar a elevação de escolaridade;
- VI – integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica;
- VII – democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica; e
- VIII – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2015b).

De acordo com esse documento, a Bolsa-Formação Estudante buscava promover a formação da categoria em cursos de educação profissional técnica de nível médio, na forma concomitante para estudantes na idade própria, concomitante ou integrados na modalidade EJA, na forma subsequente para estudantes que concluíram o Ensino Médio, e na modalidade Normal em nível médio para professores (BRASIL, 2015b).

A execução do PRONATEC, por intermédio da Bolsa-Formação estudante na forma concomitante, foi proporcionada ao estudante com idade própria, com matrícula obrigatória no Ensino Médio em instituições da rede pública, a qual pode ocorrer em uma mesma instituição de ensino ou em instituição diferente, com matrículas distintas no ensino profissional e médio, caracterizando, assim, a sua forma concomitante.

próprio consumo, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, independentemente de exercerem ou não ocupação remunerada, ou de estarem ou não ocupados, incluindo os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (BRASIL, 2015b)

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação (BRASIL, 2013b).

Torna pertinente salientar que, até o ano de 2012, a iniciativa Bolsa-Formação promoveu, por meio dos recursos, a oferta somente de cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio e de formação inicial e continuada. Entretanto, para tornar possível a oferta de cursos técnicos subsequentes, a Lei 12.816/2013, promoveu alteração da Lei 12.513/2011, autorizando a oferta de cursos técnicos na forma integrada para estudantes maiores de 18 anos, matriculados na modalidade EJA, e também a oferta de cursos técnicos subsequentes aos que concluíram o Ensino Médio. A partir dessa mudança, as instituições de ensino superior e de ensino técnico privadas, com a prerrogativa de bons indicadores educacionais, tornaram-se parceiras ofertantes do Programa (FERES, 2015).

Vinculada à modalidade de educação profissional de jovens e adultos - PROEJA, cujas diretrizes são regidas pelo Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, tornou possível a oferta do PRONATEC EJA, cujas adesões dos entes ofertantes foram pautadas na Portaria nº 125, de 13 de fevereiro de 2014.

Para o Ministério da Educação, o PRONATEC EJA foi instituído para tornar mais “atrativo” o prosseguimento dos estudos aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, unindo as diretrizes do EJA à educação profissional.

O Pronatec EJA é uma modalidade da Bolsa-Formação do Pronatec, para atendimento de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de uma estratégia para ampliar a atratividade da educação para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos na idade própria. Os cursos da EJA passarão a ser organizados de maneira a contemplar os conhecimentos advindos do mundo do trabalho e das experiências de vida dos estudantes, por meio de reconhecimento de saberes, na perspectiva de garantir o direito à educação ao longo da vida (PORTAL MEC, 2016a).

De acordo com o documento, o PRONATEC EJA seria ofertado ao público com idade igual ou superior a 15 anos, para sua articulação com o ensino fundamental, e 18 anos para a articulação com o Ensino Médio.

A articulação da EJA à Educação Profissional, no âmbito do PRONATEC, visa implementar uma política pública que proporcione aos jovens e adultos, a partir de 15 anos, acesso ao ensino fundamental e médio, integrando a elevação de escolaridade à formação profissional (BRASIL, 2014b).

As articulações na oferta dos cursos poderiam ocorrer de forma integrada ou concomitante, em que a forma concomitante ocorreria por meio da articulação entre o EJA e ensino técnico (MEC, 2014b). O Quadro 1 descreve as modalidades, de forma compartilhada, ofertadas às respectivas demandas do PRONATEC EJA.

De acordo com as informações do Quadro 1, o PRONATEC EJA seria ofertado tanto na forma integrada quanto na concomitante, sendo disponibilizados aos estudantes com idade superior a 18 anos que ainda não concluíram o Ensino médio, dando-lhes a chance de concluir juntamente com o ensino profissional. Além dessa forma, seria facultada aos estudantes nessa mesma faixa etária a realização dos cursos FIC-médio, conferindo-lhes a qualificação estritamente profissional, modalidade também ofertada aos estudantes com idade superior a 15 anos que ainda não concluíram o Ensino fundamental.

Quadro 1 – Modalidades da demanda do PRONATEC – EJA.

Modalidades da Demanda	Perfil dos beneficiários	Unidades demandantes típicas
Pronatec EJA técnico Integrado	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do Pro Jovem Urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.	Secretarias municipais, estaduais e distrital (órgãos gestores da EJA e do Pro Jovem)
Pronatec EJA técnico Concomitante	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do Pro Jovem Urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.	Secretarias municipais, estaduais e distrital (órgãos gestores da EJA).
Pronatec EJA – FIC fundamental	Estudantes matriculados no ensino fundamental EJA, com idade igual ou superior a 15 anos.	Secretarias municipais, estaduais e distrital (órgãos gestores da EJA).
Pronatec EJA – FIC Médio	Estudantes matriculados no ensino médio EJA, com idade igual ou superior a 18 anos.	

Fonte: MEC (2014b, p. 1).

Além da oferta na forma concomitante, direcionada aos estudantes matriculados no Ensino Médio, o PRONATEC poderá ser ofertado, por intermédio da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito da educação profissional técnica de nível médio, na forma subsequente, destinado aos estudantes que possuem certificado de conclusão de ensino médio,

prioritariamente àqueles que tenham cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

O detalhe que diferencia essa forma de oferta é que, além dos cursos serem ofertados, como tradicionalmente, pela rede pública de EPT e SNA, também poderão ofertá-los as instituições privadas, por meio de processo de seleção unificada - SISUTEC, iniciado em 2013, regido pelo SETEC/MEC²⁵.

O SISUTEC utiliza os resultados do ENEM para permitir que candidatos se matriculem em cursos técnicos de nível médio na forma subsequente em instituições de ensino que aderiram a esta forma de seleção de candidatos. Atualmente, participam do Sisutec 937 unidades de ensino, integrantes das redes públicas e privadas de educação, além das instituições de ensino do SENAI e SENAC (CGU, 2014).

²⁵ Órgão responsável por I - Estabelecer diretrizes para as ações de expansão e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação – PNE, tem as funções de planejar, formular, coordenar e avaliar as políticas relacionadas à oferta da Bolsa-Formação; II - regulamentar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio da Bolsa-Formação, por intermédio do CNCT e do Guia Pronatec de Cursos FIC, ou documento orientador e equivalente; III – cooperar com os parceiros demandantes de vagas, apoiando sua articulação com os parceiros ofertantes; IV – apresentar requisitos e relatar inconformidades de sistemas à DTI-MEC, para garantir a atualização e a manutenção do Sistema como instrumento de gestão da oferta e da execução da Bolsa-Formação; V- realizar o processo de pactuação de vagas entre parceiros ofertantes e demandantes e aprovar as vagas pactuadas, mediante prévia homologação; VI - acompanhar a efetivação da oferta, monitorar e avaliar o cumprimento da pactuação de vagas por parte dos parceiros ofertantes; VII - realizar, periodicamente, para efeito de acompanhamento e do cálculo de saldo financeiro, a contabilização das matrículas efetivadas pelos ofertantes; VIII - monitorar e avaliar a realização dos cursos; IX - monitorar a frequência dos estudantes matriculados nos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação; X - aprovar os valores da Bolsa-Formação, para pagamento às instituições privadas; XI - calcular o montante de recursos financeiros a ser repassado a cada parceiro ofertante das instituições públicas e dos SNA e dar publicidade aos valores devidos; XII - solicitar ao FNDE a efetivação do repasse de recursos às instituições públicas e aos SNA, indicando os valores a serem repassados a cada parceiro ofertante; XIII - solicitar ao FNDE o pagamento das mensalidades dos beneficiários matriculados e frequentes em cursos técnicos ofertados por instituições privadas, mediante confirmação de frequência desses beneficiários; XIV- realizar, a qualquer tempo, procedimentos de supervisão, monitoramento e avaliação das ofertas da Bolsa-Formação, das unidades de ensino ofertantes e dos processos de seleção realizados pelos demandantes; XV- prestar orientações aos parceiros ofertantes e demandantes, bem como ao FNDE; XVI - emitir parecer sobre os relatórios de cumprimento de objeto da execução da Bolsa-Formação apresentados ao FNDE pelos parceiros ofertantes; XVII - dar publicidade aos atos relativos à Bolsa-Formação por meio do portal eletrônico do Pronatec, incluindo os critérios de pactuação adotados e o extrato do resultado de cada processo de pactuação; XVIII - informar ao FNDE sobre ocorrências que possam ter implicação na execução financeira da Bolsa-Formação; XIX - habilitar as instituições privadas como ofertantes da Bolsa-Formação, conforme Portaria MEC no 160, de 5 de março de 2013; XX - definir e divulgar as orientações sobre utilização das marcas do governo federal e do Pronatec em peças publicitárias e de divulgação, em diferentes meios e mídias, inclusive quando das vedações do período eleitoral; XXI - definir e publicar no portal eletrônico do Pronatec os modelos de certificado e diploma dos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação; XXII - definir os requisitos de sistemas para gestão da oferta e da execução da Bolsa-Formação, a serem implementados pela DTI-MEC; XXIII - informar à DTI-MEC sobre a existência de inconformidades do Sistec, considerando as necessidades dos diferentes agentes da ação; XXIV - expedir normas complementares para execução das ações; e XXV - manter atualizado o Manual de Gestão da Bolsa-Formação (BRASIL, 2015b)

Outra categoria para o fomento na oferta do PRONATEC é a iniciativa Bolsa-Formação Trabalhador, destinada à formação dos trabalhadores considerando, dentre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício de seguro desemprego, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador (BRASIL, 2011a).

§ 2º A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (BRASIL, 2011a).

De acordo com os estudos relacionados à iniciativa da Bolsa-Formação Estudante e Trabalhador, o montante de investimentos totais liberados foi superior a 54%, perfazendo um total de R\$ 8,3 bilhões no período entre 2011 e 2015 em âmbito nacional (FERES, 2015). Portanto, esta iniciativa foi a de maior relevância no fomento de cursos do PRONATEC, restando o percentual de 46% para o fomento das demais iniciativas.

A Portaria nº 817/2015, no artigo nº 16, dispõe sobre os agentes da Bolsa-Formação:

I – Ministério da Educação, por intermédio: a) da SETEC-MEC; e b) da Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação – DTI-MEC.

II – o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

III – as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede Federal de EPCT que firmarem Termo de Cooperação como parceiros ofertantes;

IV – as instituições públicas das redes estaduais, distrital e municipais, cujos órgãos gestores firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

V – as Instituições de Ensino Superior – IES estaduais, distrital e municipais com cursos técnicos previamente autorizados pelos respectivos Conselhos de Educação e que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VI – as instituições dos SNA, cujos órgãos gestores nacionais firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VII – as IES privadas e de educação profissional técnica de nível médio, doravante denominadas instituições privadas, devidamente habilitadas pelo MEC, cujas mantenedoras firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VIII – as fundações públicas, inclusive as públicas de direito privado, precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

IX – os Ministérios e outros órgãos da Administração Pública Federal que celebrarem Acordo de Cooperação Técnica como parceiros demandantes; e

X – as secretarias estaduais e distrital de educação e as Secretarias vinculadas ao MEC que firmarem Termo de Adesão como parceiros demandantes (BRASIL, 2015b).

Dessa forma, de acordo com o artigo citado, a iniciativa Bolsa-Formação poderia fomentar diferentes redes ofertantes, incluindo a Rede pública, SNA e instituições privadas, desde que devidamente habilitadas, ratificando que as redes privadas só poderiam ofertar cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente.

A oferta dos cursos subsequentes ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica - Sisutec e é regulamentada pela Portaria MEC nº 701, de 13 de agosto de 2014, e Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, e pela Resolução CD/FNDE nº 30, de 05 de julho de 2013, que estabelece procedimentos para o pagamento da Bolsa-Formação às mantenedoras de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio (MEC, 2016d).

Apesar da amplitude de modalidades na oferta do Programa, conforme discurso oficial, pautada em alcançar a universalização da educação profissional no Brasil, o PRONATEC pode ser caracterizado como a evidência da escola fragmentada em diferentes níveis e modalidades, marcas que são inerentes à hierarquização estabelecida nos processos do modo de produção capitalista e sua natureza flexível, pautadas na oscilação do trabalho e nas especificidades de produção que originam as relações sociais, características que foram estabelecidas desde seu início, com uma dual e articulada finalidade – o da oferta da formação técnica, restrita ao desempenho de atividades produtivas e a formação de caráter ético-política do trabalho para a vida em sociedade, que vai se adequando ao desenvolvimento das forças produtivas e às mudanças ocorridas nas relações de produção, sociais e de poder, garantindo simultaneamente a “reprodução material da existência e a coesão social” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 24).

Para Ramos (2014), a iniciativa Bolsa-Formação Estudante propõe a continuidade dos estudos, sendo impulsionado principalmente para a rede privada com a oferta da educação profissional de nível médio frente à precarização da educação pública estatal. Para o trabalhador, lhe será assegurada a oferta dos cursos na modalidade formação inicial e continuada, ou cursos de qualificação, ofertados pelo Sistema S e rede privada, reforçando, ainda no âmbito profissional, a dualidade histórica da formação.

Além das iniciativas da Bolsa-Formação, o PRONATEC permite ações de financiamento da educação profissional e tecnológica por meio do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. O financiamento da educação profissional e tecnológica poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação profissional e tecnológica de trabalhadores (BRASIL, 2011a).

O PRONATEC representa, portanto, a união de iniciativas e ações da educação profissional já existentes, e o seu fortalecimento por meio de novas iniciativas em que sua inovação se efetiva à medida que induz a integração dessas ações e seus principais atores na implementação da política pública (FERES, 2015).

Na perspectiva de seus idealizadores, o PRONATEC responde à demanda de qualificação com a proposta de uma alternativa de formação profissional, considerada de qualidade, tendo como alvo a população situada nas camadas mais pobres da sociedade, cujo acesso ao ensino técnico, com diploma, era limitado, viabilizando a realização de um curso de qualificação profissional com certificados emitidos por órgãos das esferas federais, estaduais e de instituições do Sistema S, todas reconhecidas pela qualidade do ensino (FERES, 2015).

No que tange à participação dos parceiros demandantes, eles envolvem os ministérios, órgãos públicos da Casa Civil e secretarias estaduais, que, juntos, buscam garantir o efetivo desempenho das políticas públicas. Portanto,

São responsáveis por identificar cursos de qualificação profissional que estejam mais alinhados aos objetivos estratégicos de suas ações governamentais, bem como pela mobilização, inscrição, seleção e pré-matrícula dos beneficiários da Bolsa-Formação (CGU, 2014, p. 24).

Em relação aos parceiros ofertantes, denominação dada àqueles que efetivaram a oferta dos cursos, ou seja, todos os “atores” que compõem a rede de ensino nas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e instituições privadas (de ensino superior), inclusive os SNA, fundações públicas de direito privado, precipuamente que se dediquem ao ensino profissional do Programa. Basicamente, toda a execução do PRONATEC ocorrerá de maneira que cada parceiro busque “garantir o desempenho sustentável das políticas públicas pelas quais são responsáveis” (CGU, 2014, p. 4), sendo dividido em 8 etapas:

(1) pactuação entre demandantes e ofertantes, mediada e homologada pela SETEC; (2) transferências às redes ofertantes realizadas pelo FNDE; (3) oferta de turmas pela rede ofertante; (4) pré-matrícula realizada pela rede demandante ou diretamente pelo candidato à bolsa-formação no SISTEC; (5) matrícula realizada pela rede de ensino; (6) realização do curso e emissão dos certificados; (7) conciliação das vagas no momento da prestação de contas; e (8) monitoramento e avaliação realizada pela SETEC (CGU, 2014, p. 4).

Portanto, é por meio das etapas descritas que se efetiva o ciclo de implementação do PRONATEC, desde a adesão até a entrega de certificados, e todas essas ações são monitoradas pelo MEC, por intermédio da SETEC.

2.1.2 Itinerários formativos do PRONATEC

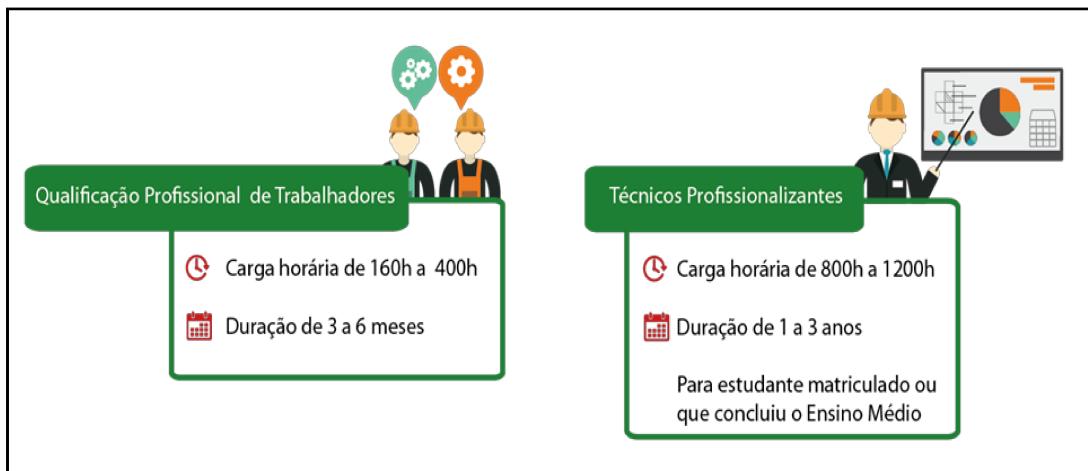
No que concerne às articulações da oferta da educação profissional no âmbito do PRONATEC, a Lei 12.513/2011 dispõe que poderão ser ofertadas em três modalidades e diferentes formas, ratificando o objetivo precípua em promover a ampliação da oferta da educação profissional no país. A execução foi segregada sob três frentes de ensino, descritas no artigo 5º, com a oferta de: Formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio; e formação de professores em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 2011a). Torna-se importante ressaltar algumas peculiaridades presentes na educação profissional na atual conjuntura:

Na Lei no 9.394/1996 (LDB), a educação, como política geral, é dividida em dois ramos não explícitos, não descritos na lei: a educação formal ou regular, condicionada ao nível de escolaridade e que faz jus a diploma; e a formação inicial e continuada ou qualificação profissional (FIC), que não é condicionada ao nível de escolaridade, não faz jus a diploma e sim a certificado de qualificação técnica. Cursos técnicos devem respeitar as cargas horárias mínimas de 800, 1.000 ou 1.200 horas, conforme indicadas para as respectivas habilitações profissionais no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e mantido pelo MEC. As cargas horárias mínimas dos cursos técnicos foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução no 6, de 20/09/2012). Os cursos FIC estão descritos no Guia Pronatec de Cursos FIC, elaborado pelo MEC, e devem contar com carga horária mínima de 160 a 400 horas, conforme disposto na Lei do Pronatec (CGU, 2014, p. 10).

Nesse sentido, o PRONATEC dispõe de cursos na modalidade de qualificação profissional - FIC, com carga horária reduzida (160 a 400 horas), direcionada principalmente aos trabalhadores e cursos na modalidade Técnica de nível médio, compostos de carga horária mais prolongada (800 a 1200 horas), direcionados aos estudantes matriculados ou que já concluíram o Ensino Médio (PORTAL MEC, 2016b).

A imagem 1 representa os itinerários formativos ofertados pelo PRONATEC.

Imagen 1 – Cursos ofertados pelo PRONATEC - FIC e Técnico



Fonte: PORTAL MEC (2016b)

O exame do texto e da imagem acima, que representa a composição da carga horária dos cursos propostos no Programa, principalmente no que se refere aos cursos FIC ou qualificação profissional, “que não é condicionada ao nível de escolaridade, não faz jus a diploma e sim a certificado de qualificação técnica” (CGU, 2014, p.10) remete ao ensino direcionado às técnicas, assemelhando-se à educação ofertada nos primórdios, destinados às classes menos favorecidas, com o discurso de torná-los mais úteis à sociedade, quando já iniciava a subordinação da função educacional às necessidades imediatistas do capital. Além disso, essa modalidade de ensino constitui-se para os industriais em um “poderoso instrumento para a solução da ‘questão social’” (CUNHA, 2000, p. 94).

2.1.3 Eixos formativos e modalidades – Iniciativa Bolsa-Formação

A SETEC, visando a alcançar a demanda de públicos-alvo específicos, classifica as demandas por grupos de “modalidade de demanda”, que se refere a um recorte do público-alvo atendido por meio da iniciativa Bolsa-Formação, considerando as particularidades dos diferentes perfis. Até o ano de 2014, o PRONATEC havia consolidado a oferta de 41 modalidades de demanda de maneira exclusiva, prioritária ou compartilhada, definidas pelos demandantes, a saber:

Compartilhada – atende ao público beneficiário juntamente com públicos de outras modalidades. São exemplos de modalidades de demanda compartilhadas: PRONATEC Brasil sem Miséria, PRONATEC Copa, PRONATEC Sistema Socioeducativo em regime aberto, PRONATEC Campo, PRONATEC Exército. **Prioritária** – atende ao público beneficiário de forma prioritária na ocupação das vagas. O atendimento se dá juntamente com as demais modalidades de demanda. São exemplos de modalidades de demanda prioritárias: PRONATEC Viver sem Limite, PRONATEC Seguro Desemprego. **Exclusiva** – atende ao público beneficiário de forma exclusiva em virtude de particularidades do perfil. É importante salientar que as modalidades de demanda exclusivas são excepcionalidades e devem ser previamente definidas junto ao MEC. São exemplos de modalidades de demanda exclusivas: PRONATEC Copa na Empresa, PRONATEC Sistema Socioeducativo em regime fechado (MEC, 2013, p. 1, grifo do autor).

Os cursos foram distribuídos, até 2014, também por intermédio da Bolsa-Formação, sob 13 eixos tecnológicos, que se configuraram pela distribuição de cursos em eixos temáticos com núcleo politécnico comum, fundamentados nas mesmas ciências, tornando o processo educativo “sintonizado”. Os eixos tecnológicos foram classificados em:

1. Ambiente e saúde (38 cursos)
2. Controle e processos industriais (102 cursos);
3. Desenvolvimento educacional e social (29 cursos)
4. Gestão e negócios (24 cursos);
5. Turismo, hospitalidade e lazer (28 cursos);
6. Informação e comunicação (19 cursos);
7. Infraestrutura (78 cursos);
8. Militar (0);
9. Produção alimentícia (31 cursos);
10. Produção cultural e design (53 cursos);
11. Produção industrial (63 cursos);
12. Recursos naturais (51 cursos);
13. Segurança (2 cursos) (IPEA, 2014, p. 37).

O **Anexo A** descreve detalhadamente os parceiros demandantes habilitados pelo PRONATEC sob a iniciativa da Bolsa-Formação e suas principais características na oferta dos cursos por modalidade, tipo de demanda e o público-alvo beneficiário.

No que tange à contratação de professores na condução das aulas dos cursos ofertados pelo PRONATEC, a legislação preconizou que a responsabilidade ficaria a cargo das instituições ofertantes da educação profissional e tecnológica sua contratação. No âmbito da esfera pública de ensino, o pagamento dos profissionais deveria ocorrer por meio da concessão de bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades de ensino.

Art. 9º São as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do PRONATEC.

§ 1º Os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do PRONATEC, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso.

§ 2º Os valores e os critérios para concessão e manutenção das bolsas serão fixados pelo Poder Executivo.

§ 3º As atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do PRONATEC não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos (BRASIL, 2011a).

A partir das prerrogativas legais estabelecidas, na contratação de professores em cursos do PRONATEC, torna-se clara a desvalorização do trabalho do docente pelo fato de sua remuneração ser efetuada por meio do pagamento de bolsas, que, sem configurar vínculo empregatício com a instituição ofertante, reforça a forma precária no processo de formação, demonstrando a volatilidade dos profissionais envolvidos (LIMA, 2012). Trata-se de uma condição que deixa à margem a valorização na execução do ensino profissional em relação ao propedêutico, não sendo considerado como integrante das atividades acadêmicas da instituição, e, sim, um “incremento” ao salário do professor, com o pagamento de bolsas, para, desse modo, gerar um “incremento” na formação do estudante.

Outro fato relevante a ser frisado, no que tange ao cumprimento das metas governamentais da política da educação profissional, pautadas pelo Plano Nacional de Educação- (PNE 2014-2024), aprovado por meio da Lei 13.005 de 25 e junho de 2014, é a possibilidade de lançar mão do PRONATEC como um forte aliado no cumprimento das metas estabelecidas, convergindo para o fortalecimento da educação profissional,

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio;

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público (BRASIL, 2014c).

Para o alcance na expansão da oferta pública da educação profissional no país, após a descrição da meta traçada para a educação profissional, essa lei destaca, ainda, como estratégias as parcerias da Rede Federal e estadual, as quais representam o segmento público, representando “pelo menos 50%” desta expansão, o que invariavelmente tencionaria os outros 50% a outra esfera que não a esfera pública.

Na perspectiva do governo, o PRONATEC surge com a meta de promover transformações na realidade da educação profissional por intermédio e cooperação dos diferentes parceiros, “mudando as oportunidades de educação e de trabalho dessa parcela da população, que via de regra, não consegue vencer as barreiras das condições de pobreza em que se encontra” (BRASIL, 2015a, p. 7).

Como afirmado, o PRONATEC é um programa bastante abrangente, resultado da decisão de se enfrentar um problema atual em fase aguda: a baixa escolaridade e qualificação de parcela majoritária dos trabalhadores brasileiros, em um momento em que o crescimento da economia exigia crescentes volumes de mão de obra especializada. Ele busca atacar todas as principais causas do problema e atender, mediante ações flexíveis, a características específicas dos diversos segmentos da população trabalhadora, tal como percebido ou demandado em cada caso. O seu desenho revela, portanto, compreensão da situação do trabalhador brasileiro, da trajetória da economia nacional e do estágio em que se encontra a EPT no país (IPEA, 2014, p. 48).

Diante de tudo que foi exposto, essa, portanto, constitui-se a estrutura sistemática de funcionamento do Programa PRONATEC, que, desde o seu lançamento, tornou-se a representação, ideologizada por seus formuladores e gestores, de um grande passo na democratização da educação profissional no Brasil, sobretudo no alcance da população de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social.

Sua abrangência e formas de articulação são inovadoras quanto à colaboração de diferentes iniciativas e parceiros ofertantes de diversas esferas na promoção da educação profissional, porém torna-se notável que as formas de articulação do Programa, paradoxalmente, são circunscritas de antigas ações, como as parcerias do ensino público, quanto das instituições privadas.

2.1.4 Resultados do PRONATEC no Brasil no período de 2011 a 2015

A evolução nos investimentos demandados à educação profissional e tecnológica nas diversas esferas durante o governo Lula foi notória e expressiva, sobretudo no último mandato (2007-2010), como já abordado no capítulo anterior, principalmente com a promoção da expansão das redes federais de ensino na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT).

Durante a gestão da presidente Dilma, houve a continuidade das ações de expansão da rede federal juntamente com as ações de suporte ao PRONATEC, com o aumento significativo de investimentos na educação profissional.

De acordo com dados do Relatório da Controladoria Geral da União, no PPA 2008-2011, a SETEC seria a secretaria responsável pelo Programa de nº 1062 da Educação Profissional e Tecnológica, com orçamento previsto para o período (governo Lula)

equivalente a cerca de 10 bilhões de reais. Já no PPA 2012-2015, apresentado pelo governo Dilma, “a conversão do Programa EPT em PRONATEC e a sua inserção na agenda transversal do governo federal elevou o orçamento previsto para o respectivo quadriênio em 150%, na ordem de 25 bilhões de reais” (GGU, 2014, p. 15).

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, os quais quantificam o aporte de recursos destinados ao PRONATEC, que envolvem todas as iniciativas que convergiram em sua execução, em nível nacional, foi possível perceber a relevância dos recursos destinados ao PRONATEC, sobretudo por meio da iniciativa Bolsa-Formação²⁶, com o montante próximo a R\$ 8,3 bilhões, demandados nos quatro anos de sua execução. A implementação do Programa por essa iniciativa específica iniciou-se em 2012, com um resultado que representa, isoladamente, uma fatia superior a 50% do total de recursos destinado à execução do Programa (FERES, 2015).

Os investimentos liberados para a iniciativa da Bolsa-Formação reúnem todo o montante de recursos destinados aos parceiros ofertantes da educação profissional (institutos federais, universidades federais, rede estadual e distrital, Sistema S e fundações públicas), além dos parceiros demandantes de vagas em cursos do PRONATEC, como os ministérios, secretarias estaduais e distrital de educação (FERES, 2015).

Tabela 2- Investimento PRONATEC por Iniciativas – âmbito nacional no período de 2011 a 2015.

Iniciativas²⁷	Investimentos (R\$)
Bolsa- Formação	8.284.725.453,81
Expansão Rede Federal	5.199.892.371,84
Brasil Profissionalizado	1.049.931.687,80
Rede e-Tec	556.567.615,83
Total	15.091.117.129,28

Fonte: Siafi Gerencial. Elaborado pela Setec/MEC (FERES, 2015, p. 87).

²⁶ No que tange às características da iniciativa Bolsa-Formação, esta “consiste em um modelo de gestão flexível, descentralizado e colaborativo de prestação de serviços de EPT” (CGU, 2014, p. 3). Essa flexibilidade refere-se ao fato de as articulações ocorrerem através da parceria órgãos ou entes públicos, ou dos serviços nacionais de aprendizagem na condição de “parceiros demandantes” e as redes de ensino denominadas “parceiros ofertantes”, dispensando o compromisso de convênio, acordo, contrato, ajuste ou outro instrumento congênere, sendo efetivado apenas pela pactuação das redes de ensino através do termo de adesão (para rede pública não federal) ou termo de cooperação (se rede federal) com o MEC, assumindo o compromisso de oferecer vagas gratuitas e de prestar contas das matrículas realizadas (BRASIL, 2011). Os parceiros do Programa participam de maneira voluntária, por isso denominada em “modelo em regime colaborativo”. Os principais demandantes são ministérios, órgãos públicos da Casa Civil e secretarias estaduais (CGU, 2014).

²⁷ Não consta nesta tabela o montante destinado à iniciativa do Acordo de gratuidade do Sistema S, por referir-se aos dois terços da receita líquida arrecadada pelas instituições SENAI e SENAC, recebidas de forma compulsória, para a oferta de vagas gratuitas nos cursos de formação para estudantes de baixa renda e trabalhadores (BRASIL, 2014a)

Os investimentos demandados à iniciativa da Expansão Federal, de acordo com a Tabela 2, somaram R\$ 5,2 bilhões no período. Foi notória a importância do PRONATEC para a continuidade da Expansão Federal; a Lei 12.513/2011 possibilitou a sucessão no fomento das ações iniciadas no governo Lula, com a criação de 208 novas unidades dos Institutos Federais no período de 2011 a 2014 (FERES, 2015), juntamente com a ampliação das vagas, conforme estabelecido nos objetivos do Programa.

Em contrapartida, quanto ao alcance de ações para ampliação das vagas e expansão das redes estaduais de educação profissional, que se materializariam por intermédio da iniciativa do Programa Brasil Profissionalizado, voltadas ao incremento nas matrículas em cursos **técnicos integrados** ao ensino médio, de acordo com a mesma Tabela, essa iniciativa representou apenas 16,2% (R\$1,05 bilhão) do total dos mais de 15 bilhões de financiamento às iniciativas demandadas na consecução do PRONATEC, o que não deixa de ser um montante considerável de investimento, com a efetivação de 449.879 matrículas em cursos técnicos. Porém, não foi a mais significativa das iniciativas utilizadas, conforme os quantitativos apresentados no SIMEC (MEC, 2016a), uma realidade longe de alcançar a promoção do ensino médio integrado, resgatado pelo Decreto Nº 5.154/04.

A rede e-Tec, responsável pela oferta de cursos a distância, representou a menor oferta de cursos do PRONATEC, com um percentual em torno de 3,7%, em nível nacional no período estudado.

O resultado para um vultoso investimento no Programa, conforme dados registrados no painel MEC,²⁸ entre 2011 e 2015, promoveu um volume superior a 9,2 milhões de matrículas em todo o Brasil, com a representação de 6,5 milhões de matrículas em cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC ou qualificação profissional e 2,7 milhões em curso técnicos de nível médio, alcançando um total de 4.300 municípios brasileiros, com a oferta de 220 tipos de cursos na modalidade técnica de nível médio, de no mínimo 800 horas, e mais de 600 cursos FIC, de no mínimo 160 horas (MEC, 2016a). E todo esse esforço resultou em um volume de recursos superior a 15 bilhões de reais (FERES, 2015, p. 87).

No que tange à origem dos recursos para o fomento do Programa, foram provenientes do orçamento do Ministério da Educação, tendo o MEC como órgão principal, responsável pelas articulações das ações do Programa juntamente como Fundo Nacional de

²⁸ Disponível em:<<http://painele.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05. set. 2016

Desenvolvimento da Educação - FNDE, órgão responsável pelas transferências e análise financeira dos recursos (CGU, 2014).²⁹

Tabela 3 – Quantitativo de matrículas³⁰ em cursos técnicos do PRONATEC - por Iniciativa - âmbito nacional no período de 2011-2015.

Iniciativa	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Bolsa- Formação	0	109.537	299.016	537.159	103.409	1.049.121
Expansão Federal	113.915	117.749	110.651	113.809	119.818	575.942
Brasil Profissionalizado	83.370	90.634	93.799	94.690	81.500	443.993
Rede e-Tec	37.089	73.425	115.166	66.150	94.728	386.558
Acordo de gratuidade "S"	42.033	50.523	67.598	74.603	49.886	284.643
Total	276.407	441.868	686.230	886.411	449.341	2.740.257

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Os dados da Tabela 3 demonstram a evolução no quantitativo de matrículas em curso técnico de nível médio em todo o Brasil, no âmbito do PRONATEC, segregados por iniciativa.

Através dos dados apresentados, observa-se a relevância nos quantitativos das matrículas por intermédio da iniciativa Bolsa-Formação frente às demais iniciativas, na oferta dos cursos técnicos de no mínimo 800 horas. Ainda que não houvesse a oferta por essa

²⁹ Quanto à participação do MEC na articulação do Programa, ela se concentra nas etapas de planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação da política, sendo o principal articulador no comando da sua parte “técnica”. O FNDE é o órgão responsável pelo financiamento das Bolsas-Formação, atua como principal responsável na gestão “financeira” do PRONATEC. Dessa forma, existe o compartilhamento nas análises das prestações de contas, sendo atribuída ao MEC a análise técnica e ao FNDE a análise financeira (CGU, 2014).

O FNDE transfere recursos às redes não federais de educação e, em cumprimento às normas da contabilidade pública da União, transfere o orçamento às redes de ensino federais, via SIAFI. Os recursos para execução das Bolsas-Formação são transferidos pelo FNDE por meio da gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC /MEC às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou aos serviços nacionais de aprendizagem, e correspondem ao custo por estudante ou trabalhador, onde estão inclusos os gastos com encargos educacionais, alimentação, transporte e material didático, garantindo a inteira gratuidade na formação, vedada qualquer forma de cobrança, sejam de materiais ou serviços prestados pelas instituições ofertantes. Houve a delegação de poderes à SETEC e ao FNDE, por meio do MEC, no desenvolvimento das ações do Programa, inclusive para a iniciativa da Bolsa-Formação. As avaliações dos Programas no âmbito da educação profissional na esfera federal, bem como as execuções anuais das ações do PRONATEC, são acompanhadas pelo Conselho Deliberativo do FNDE/MEC. A SETEC é responsável por coordenar o PRONATEC no âmbito nacional com o planejamento, formulação e avaliação das políticas públicas da Educação Profissional e tecnológica (CGU, 2014).

Apesar do estímulo promovido pelas articulações das políticas da educação profissional e tecnológica com as políticas de geração de trabalho emprego e renda (BRASIL, 2011), fica a cargo do Ministério da Educação e FNDE todo o aporte de recursos destinados à execução do PRONATEC e sua gestão financeira.

³⁰ Todas as matrículas levantadas do programa referem-se a matrículas efetivamente realizadas.

iniciativa em 2011, ela representou um percentual de 38,3% do total das matrículas efetivadas no período do recorte estudado, seguida da rede federal, com a representação de oferta de 21,02%, e do Programa Brasil Profissionalizado, com a representação de um percentual de 16,2% do total da oferta, lembrando que essa última iniciativa refere-se à ampliação das vagas nas redes estaduais para a oferta de cursos integrados ao Ensino Médio.

As demais iniciativas, como a Rede e-Tec e o Acordo de gratuidade S, obtiveram a representatividade de 14,10% e 10,4% do total de matrículas, respectivamente.

Outra observação que merece ser enfatizada, a partir dos dados apresentados, foi quanto ao ápice do volume de matrículas do PRONATEC ter se concentrado nos anos de 2013 e 2014, período que precederam à reeleição presidencial de Dilma Rousseff, em que a adesão às propagandas referentes aos cursos se intensificou como proposta de governo para a democratização de ensino e criação de novos postos de empregos.

Entretanto, conforme os dados da Tabela 3, o que ocorreu em 2015 foi a redução da oferta de vagas do Programa devido à queda abrupta nos investimentos naquele mesmo ano³¹.

Prosseguindo nas análises dos resultados do PRONATEC nesse período, torna-se necessário conhecer os quantitativos de matrículas realizada na modalidade Formação Inicial e Continuada - FIC nas diferentes iniciativas do Programa, destacados na Tabela 4.

Tabela 4 – Quantitativo de matrículas PRONATEC em cursos - FIC âmbito nacional - por iniciativa no período de 2011 a 2015.

Iniciativa	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Bolsa- Formação	23.180	568.293	1.361.245	1.383.956	193.873	3.530.547
Acordo de gratuidade "S"	452.895	570.437	635.860	700.945	484.568	2.844.705
Expansão Federal	24.455	28.602	22.899	17.572	18.190	111.718
Brasil Profissionalizado	-	-	-	-	5.886	5.886
Rede e-Tec	0	0	0	0	0	0
Total	500.530	1.167.332	2.020.004	2.102.473	702.517	6.492.856

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação –SIMEC (MEC, 2016a).

31 Com o ajuste fiscal iniciado em 2015, o volume de recursos pagos pela Bolsa-Formação foi reduzido, em termos reais, em 59%. Ela seguiu sendo a iniciativa de maior vulto do Pronatec, mas também a mais afetada pelos sucessivos cortes orçamentários de 2015 e de 2016. Em tempos de restrição fiscal, a oferta de vagas gratuitas de cursos técnicos e de formação inicial continuada (FIC) perde força e compromete a abertura de 5 milhões de novas vagas, meta estipulada para o horizonte de tempo do Plano Plurianual 2016-2019 (NASCIMENTO, 2016, p. 81).

O ano de 2015 teve seu início marcado pelo agravamento da crise política e econômica do Estado Brasileiro, ocasionando uma redução dos gastos públicos, inclusive os direcionados à educação profissional. A crise política e econômica no Estado, a partir de 2015, é um assunto extremamente relevante, mas não será discutido nesse estudo.

A Tabela 4 demonstra, novamente, a relevante participação da iniciativa Bolsa-Formação, dessa vez com um percentual de 54,4% do total de matrículas dos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC ou qualificação profissional, seguido pela representação, tanto quanto relevante, da iniciativa Acordo de Gratuidade S, com 43,8% do total de matrículas efetivadas. A iniciativa da Expansão Federal obteve uma representação de matrículas nessa modalidade de apenas 1,72%, seguida da iniciativa Programa Brasil Profissionalizado, com a fatia irrigária de 0,09% do total de matrículas. A rede e-Tec não ofereceu cursos na modalidade FIC em âmbito nacional no período estudado.

Considerando o fato de que os cursos de formação inicial e continuada não se constituem o foco de oferta da rede federal, nem da rede estadual e distrital de ensino, tampouco da Rede e-Tec, restou a participação majoritária tradicionalmente representada pelas instituições do Sistema S de ensino, por intermédio da iniciativa do Acordo de Gratuidade S, Acordo firmado no governo Lula, que adentrou o governo de Dilma Rousseff, como uma das iniciativas de suporte ao PRONATEC.

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, como já exposto, refere-se ao compromisso celebrado em 2008 entre o Ministério da Educação, Ministério da Fazenda e Ministério do Trabalho com os órgãos como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Comércio (CNI), sendo pactuado que

As entidades cumpram um Programa de Comprometimento de Gratuidade (PCG), com previsão de chegar à aplicação de dois terços de suas receitas líquidas na oferta de vagas gratuitas nos cursos de formação para estudantes de baixa renda e trabalhadores – empregados ou desempregados. O acordo prevê também o aumento da carga horária dos cursos, que passaram a ter, no mínimo, 160 horas (IPEA, 2014, p. 44-45).

Os dados da Tabela 5 representam a oferta de cursos técnicos nas diferentes formas, concomitante e subsequente, e os de Formação Inicial e Continuada, fomentados exclusivamente pela iniciativa Bolsa-Formação, que, além de otimizar a capacidade já instalada de iniciativas públicas da EPT existentes e do SNA, tem a participação da iniciativa privada de ensino. Esses números traduzem os volumes de matrículas em cursos técnicos de nível médio e FIC oferecido pelo PRONATEC, entre 2011 e 2015, em esfera nacional.

Tabela 5 - Matrículas efetivadas no PRONATEC - Cursos Técnicos e FIC – âmbito nacional Iniciativa Bolsa-Formação.

Iniciativa	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Concomitante	0	109.536	118.883	98.203	43.360	369.982
Subsequente	0	0	180.078	438.501	60.049	678.628
Formação Inicial e continuada	23.176	568.284	1.361.236	1.383.938	193.873	3.530.507
Total	23.176	677.820	1.660.197	1.920.642	297.282	4.579.117

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação –SIMEC (MEC, 2016a).

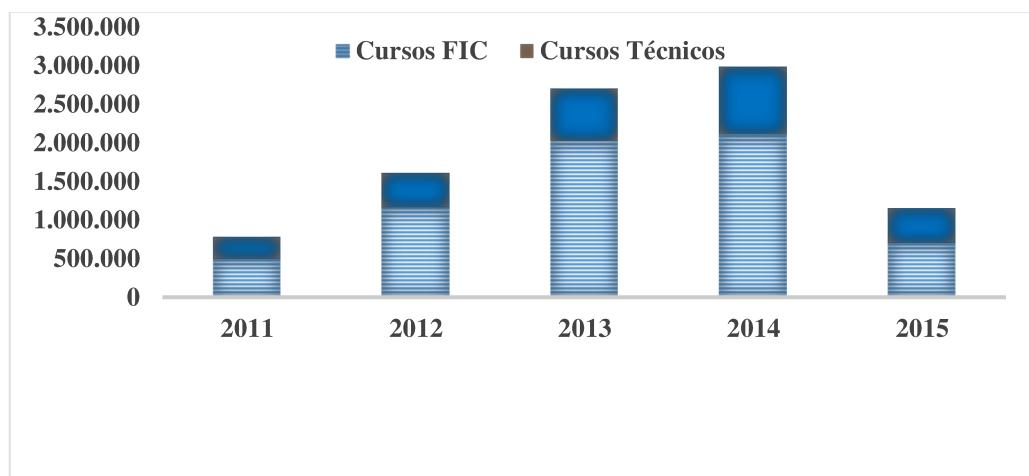
Ao analisar a Tabela 5, observa-se que a iniciativa da Bolsa-Formação priorizou a oferta em Formação Inicial e Continuada- FIC em relação aos cursos técnicos, com uma representação de 77,1% do total de total de matrículas, comparados a 22,9% da oferta de cursos técnicos (concomitante e subsequente).

No que tange à oferta dos cursos técnicos, foi possível observar que o volume de matrículas na forma subsequente, que consiste na oferta do curso técnico posterior ao Ensino Médio, sobrepujou a forma concomitante, representando 64,72% do total de matrículas do ensino técnico, enquanto a forma concomitante, que consiste na oferta do curso técnico articulado ao Ensino Médio, ofertada somente por instituições das redes públicas de EPT e dos SNA, representou, no período avaliado, um total de 35,28% das matrículas efetivadas por esta modalidade. A forma articulada concomitante não se refere à forma integrada de ensino, mas se aproxima dela pelo fato de o estudante estar matriculado obrigatoriamente no Ensino Médio.

Diante dos dados expostos, torna-se evidente o que já havia sido destacado no relatório de Auditoria de Contas da Controladoria geral da União em 2014, quando afirmava que “o PRONATEC Bolsa-Formação constitui-se em uma importante ferramenta de ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica gratuita, sobretudo a cursos FIC” (CGU, 2014, p. 12).

Para melhor visualização dos dados, no que se refere aos quantitativos de vagas ofertadas nos cursos técnicos e FIC, o Gráfico 2 demonstra essa sintetização, incluindo o volume do de matrículas anual, no recorte temporal estudado em âmbito nacional.

Gráfico 2 - Evolução do número total de matrículas em âmbito nacional - Cursos Técnicos e FIC no período de 2011 a 2015.



Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação –SIMEC (MEC, 2016a).

Mediante os dados apresentados no gráfico acima, observa-se a discrepância no volume de matrículas efetivadas nas diferentes modalidades de ensino, técnicos e FIC, em que os cursos FIC ou qualificação profissional superaram em grande escala os cursos técnicos de nível médio, representando 70,32% do total de matrículas, enquanto os cursos técnicos correspondem a 29,68% do total de matrículas efetivadas.

Com relação aos quantitativos de matrículas efetivadas pelos diversos estados, a Tabela 6 traz esses dados sobre cursos técnicos e FIC, por unidade federativa brasileira, no período de 2011 a 2015.

Tabela 6 – Total de matrículas no PRONATEC nos cursos Técnicos e FIC – Unidades Federativas no período de 2011 a 2015.

ESTADO	MATRÍCULAS
SP	1.430.392
MG	919.032
RS	519.583
BA	505.914
RJ	503.755
PE	474.897
PR	456.385
SC	379.754
MT	375.814
GO	369.960
CE	340.033
RN	319.891
ES	256.375
MA	252.418
PB	251.012
PI	231.001
PA	224.212
MS	168.753
AL	167.062
AM	166.802
SE	161.150
TO	157.690
RO	144.638
AC	142.622
DF	126.548
RR	97.976
AP	89.444
TOTAL	9.233.113

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Observa-se, por meio dos dados da Tabela 6, que o maior número de matrículas concentrou-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de

Janeiro. Por outro lado, os estados com menor representatividade no número de matrículas foram os de Roraima e Amapá. Constatou-se, também, a unanimidade na adesão quanto à oferta do PRONATEC entre os estados brasileiros, ainda que em alguns com menor volume de matrículas do que outros.

No que tange a essa mesma representatividade, porém em âmbito regional, as regiões Sudeste e Nordeste lideraram o ranking de matrículas, conforme demostram os dados da tabela 7.

Tabela 7- Matrículas PRONATEC por Região - Cursos Técnicos e FIC no período de 2011 a 2015.

REGIÃO	MATRÍCULAS	%
Sudeste	3.109.554	33,68
Nordeste	2.703.378	29,28
Sul	1.355.722	14,68
Centro-Oeste	1.041.075	11,28
Norte	1.023.384	11,08
Total	9.233.113	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação –SIMEC (MEC, 2016a).

Torna-se pertinente ressaltar que a Lei 12.513/2011 preconiza a priorização na aplicação de recursos por região, exigindo que no mínimo 30% dos recursos do PRONATEC em nível nacional sejam destinados à oferta de cursos nas regiões Norte e Nordeste, buscando a ampliação na oferta da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011a).

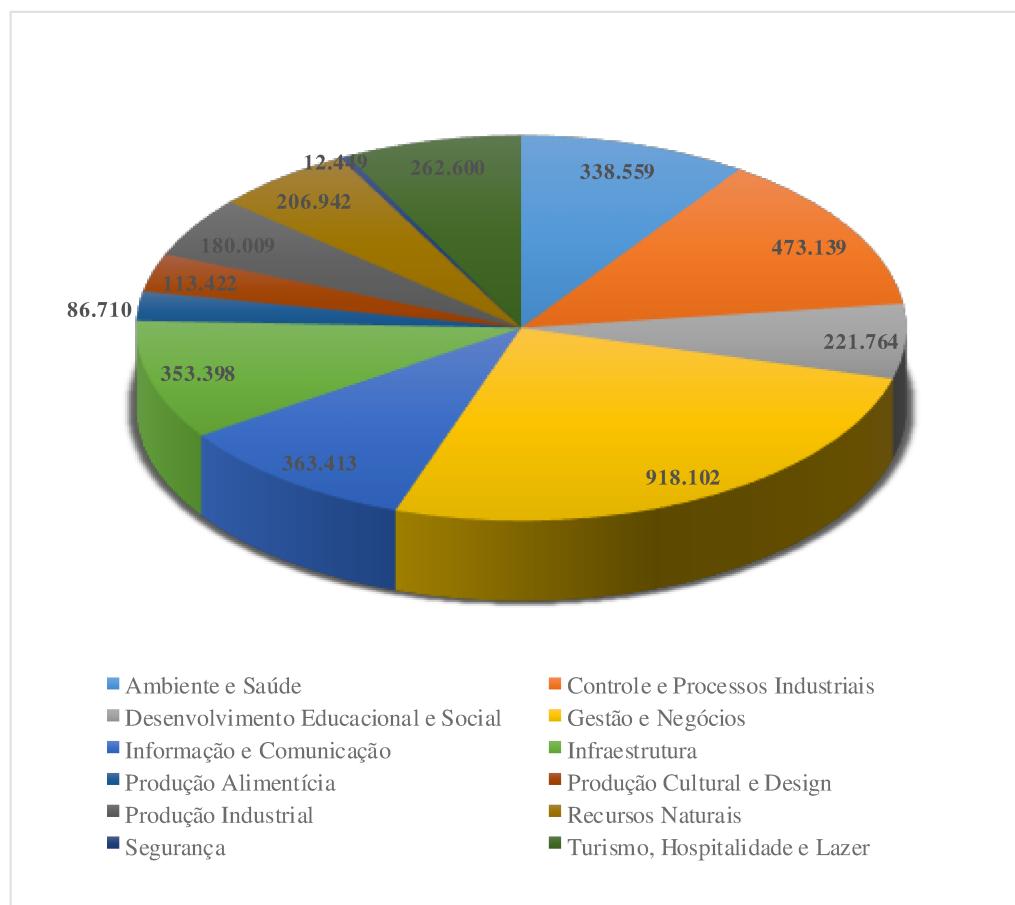
2.1.5 Eixos tecnológicos ofertados no PRONATEC – Iniciativa Bolsa-Formação (Brasil)

Os cursos técnicos ofertados no PRONATEC foram distribuídos em 13 eixos tecnológicos, já mencionados anteriormente, atualizados por meio da Resolução CNE/CEB nº

1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, de onde constam informações quanto à oferta de cursos técnicos.³²

Os Gráficos 3 e 4 demonstram a efetivação de matrículas nos diferentes eixos para os cursos das modalidades FIC e os cursos técnicos de nível médio (concomitantes e subsequentes) por intermédio da iniciativa Bolsa-Formação, que, como já demonstrado anteriormente, foi a iniciativa de maior destaque na oferta.

**Gráfico 3 – Matrículas por Eixo tecnológico – FIC
Iniciativa Bolsa-Formação em âmbito nacional no período de 2011 a 2015.**



Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a)

³² Contém as denominações dos cursos, em treze eixos tecnológicos; respectivas cargas horárias mínimas; perfil profissional de conclusão; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de ocupações (CBO); normas associadas ao exercício profissional; e possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo (MEC, 2014c, p. 8-19).

De acordo com os dados, do total de matrículas (3.530.507) fomentadas pela iniciativa Bolsa-Formação, o eixo tecnológico que mais sobressaiu na oferta de cursos FIC ou de qualificação profissional foi o eixo Gestão de Negócios³³, apresentando um percentual de 26% do total ofertado, seguido do eixo Controle de Processos Industriais³⁴, com 13% do total de matrículas.

O eixo com menor representatividade na oferta de cursos foi o de eixo denominado Segurança, com apenas 0,35%, com 12.449 matrículas no período de estudo.

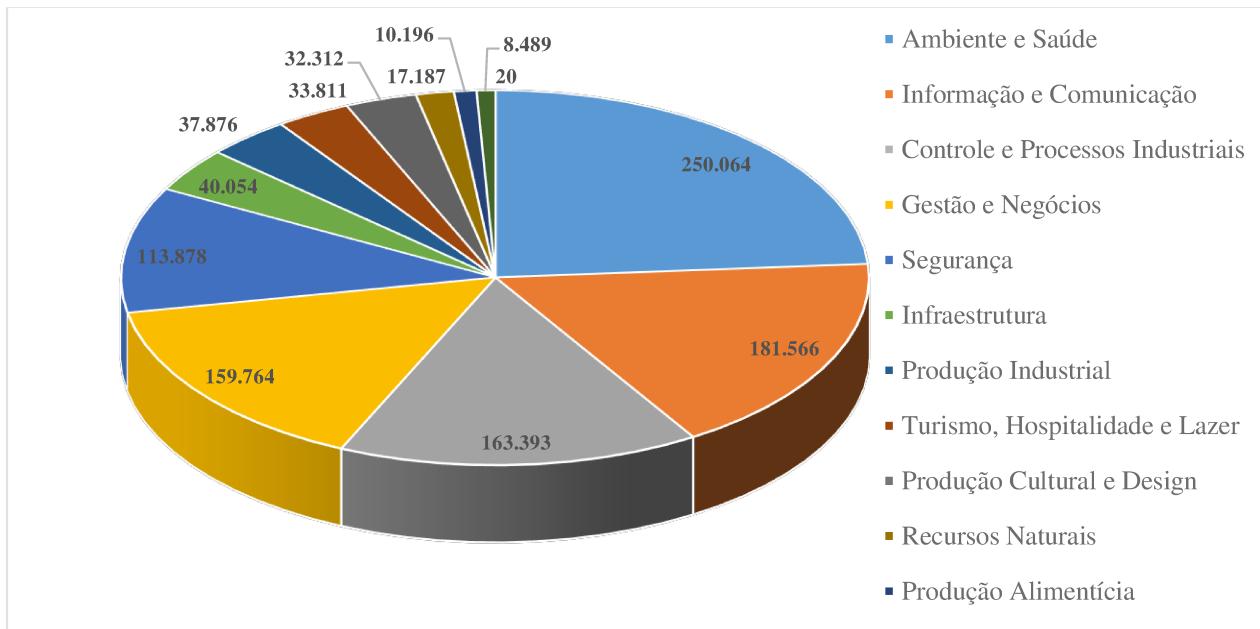
Todos os cursos que compõem os eixos tecnológicos FIC, bem como a escolaridade mínima necessária, e descrição das atividades que serão exercidas após a conclusão do curso encontram-se descritas no Guia PRONATEC de Cursos FIC - 3^a Edição.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 3, pode-se concluir que o eixo mais executado no âmbito do PRONATEC foi o eixo “gestão e negócios”, para cursos FIC, por intermédio da iniciativa da Bolsa-Formação, seguido do eixo “processos industriais”, que, conforme as descrições de suas habilidades, são associadas a instrumentos, técnicas ligadas a empresas/indústrias, buscando alavancar a produtividade e torná-las mais competitivas no mercado.

³³ Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação. Este eixo caracteriza-se pelas tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, estratégias de marketing, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética. Destacam-se, na organização curricular destes cursos, estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade (MEC, 2012).

³⁴ Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial, contudo alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços. A proposição, implantação, intervenção direta ou indireta em processos, além do controle e avaliação das múltiplas variáveis encontradas no segmento produtivo, identificam este eixo. Traços marcantes deste eixo são a abordagem sistemática da gestão da qualidade e produtividade, das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico-econômica, além de permanente atualização e investigação tecnológica (MEC, 2012).

Gráfico 4 – Matrículas por Eixo Tecnológico – Iniciativa Bolsa-Formação em âmbito Nacional - Cursos Técnicos no período de 2011 a 2015.



Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação –SIMEC (MEC, 2016a).

Já os eixos de maior representatividade no quantitativo de matrículas (1.049.121) em cursos técnicos de nível médio foram: Eixo Ambiente e Saúde³⁵, representando 23,8% do total ofertado, seguidos dos eixos Informação e Comunicação³⁶, com 17,31%, Controle de Processos Industriais³⁷, com 15,58%, Gestão e Negócios, com 15,23%, e Segurança, com 10,85%. Por outro lado, o de menor representatividade foi o eixo “Militar”, com apenas 20 matrículas, representando 0,002% do total.

³⁵ Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais, são características comuns deste eixo (MEC, 2014c).

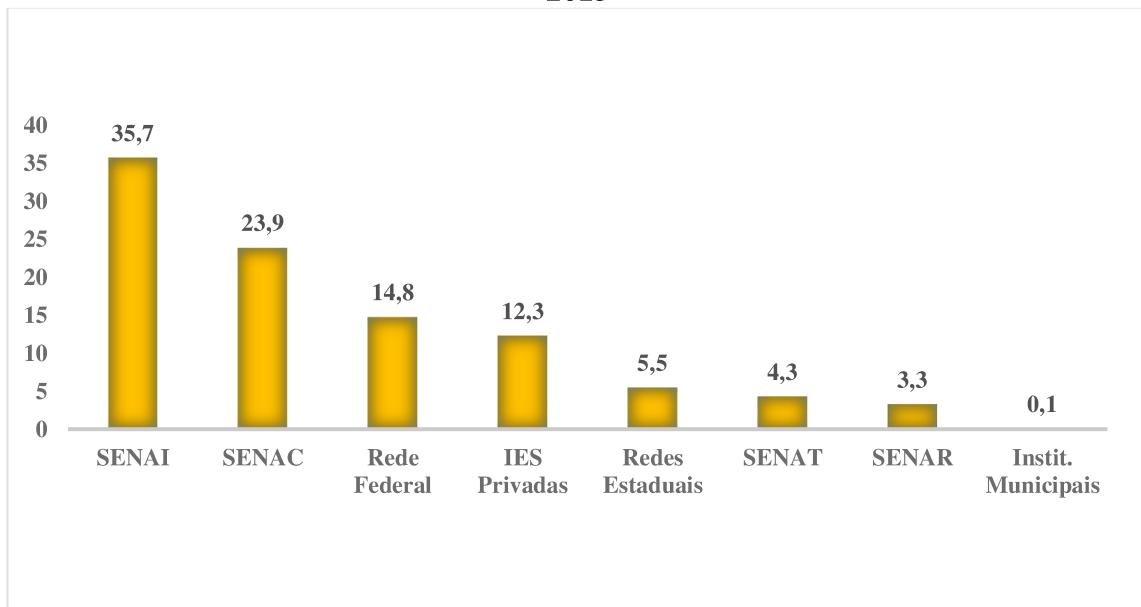
³⁶ Compreende tecnologias relacionadas a infraestrutura e processos de comunicação e processamento de dados e informações. Abrange concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e às telecomunicações; especificação de componentes ou equipamentos; suporte técnico; procedimentos de instalação e configuração; realização de testes e medições; utilização de protocolos e arquitetura de redes; identificação de meios físicos e padrões de comunicação; desenvolvimento de sistemas informatizados; e tecnologias de comutação, transmissão e recepção de dados (MEC, 2014c).

³⁷ Compreende tecnologias associadas a infraestrutura e processos mecânicos, elétricos e eletroeletrônicos, em atividades produtivas. Abrange proposição, instalação, operação, controle, intervenção, manutenção, avaliação e otimização de múltiplas variáveis em processos, contínuos ou discretos (MEC, 2014c).

A Lei 12.513/2011 preconiza, entretanto, que as instituições ofertantes devam se submeter-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação e demais condições estabelecidas na legislação e se pautar nos eixos tecnológicos descritos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, organizado pelo MEC (BRASIL, 2011)

Os dados apresentados no Gráfico 5 demonstram os percentuais das instituições de ensino que ofertaram o PRONATEC por intermédio da iniciativa da Bolsa-Formação, em ambas as modalidades, técnico e FIC, no período de 2011 a 2015. Destaca-se, como já foi evidenciado anteriormente, a liderança do Sistema S de ensino, sobremodo as instituições SENAI e SENAC, que despontaram na liderança das matrículas, representando um percentual de 35,7% e 23,9% respectivamente, ou seja, ambas representaram 59,6% do total ofertado, seguidas da Rede Federal de Ensino, com 14,8%, e da rede privada, com 12,3%. A rede estadual apresentou uma tímida participação de 5,5 %, e a rede municipal participou com apenas 0,1 % do total de matrículas efetivadas.

Gráfico 5 – Representação do Percentual de Parceiros ofertantes do PRONATEC – Cursos Técnico e FIC- Iniciativa Bolsa-Formação em nível nacional período de 2011 a 2015



Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Como já havia sido ressaltada anteriormente, a iniciativa da Bolsa-Formação, instituída pela Lei 12.513, de 2011, foi lançada com o intuito de potencializar a oferta de cursos técnicos de nível médio por meio da Bolsa-Formação Estudante, e de cursos de

formação inicial e continuada mediante a Bolsa-Formação Trabalhador, com aproveitamento da capacidade já instalada, nas redes públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, bem como nos serviços nacionais de aprendizagem e nas instituições de ensino superior (BRASIL, 2015a).

Entretanto, como foi demonstrado por meio dos dados apresentados no Gráfico 5, foi sobressalente a utilização da capacidade instalada de instituições representadas pelo Sistema S de ensino, SENAI e SENAC, com relação à utilização da capacidade instalada das redes públicas de ensino, além da participação das instituições privadas, que superaram a capacidade instalada das rede estaduais e municipais de ensino.

3 CONFIGURAÇÕES DO PRONATEC NO MUNICIPIO DE UBERLÂNDIA- MG

Este capítulo busca conhecer os resultados do PRONATEC em Minas Gerais e no município de Uberlândia, compreender seus limites e potencialidades a partir da aproximação dos gestores, professores e estudantes envolvidos no Programa, especificamente no âmbito estadual de ensino, na modalidade técnica de nível médio articulada na forma concomitante ao Ensino Médio.

Não há, aqui, a pretensão de realizar uma avaliação da efetividade do Programa PRONATEC enquanto política pública, mas apenas promover um olhar mais atento em suas configurações no âmbito estadual de ensino, no município, por meio dos quantitativos de matrículas e das contribuições e relatos dos sujeitos envolvidos.

3.1 O PRONATEC no Estado de Minas Gerais

Na busca de dimensionar melhor os resultados do município de Uberlândia, tornou-se relevante conhecer os quantitativos globais do PRONATEC no Estado de Minas Gerais, onde está localizado este município. O Estado de Minas é Localizado na Região Sudeste, constituído atualmente por 853 municípios, com uma população estimada para 2016 em 20.997.560 habitantes, possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM – de 0,731 e um rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente é de R\$ 1.168 (IBGE, 2010). De acordo com dados do SIMEC- MEC, um total de 716 municípios mineiros ofertou o PRONATEC no período entre 2011 a 2015 (MEC, 2016a).

A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais - SEE- MG, divulgou dados de que o Estado mineiro apresentou maior volume de matrículas em cursos do PRONATEC no ano de 2013, comparado à oferta em outras redes estaduais do país. Ainda conforme a Secretaria de Estado de Educação na época, Ana Lúcia Gazzola, Minas ocupava a liderança em âmbito nacional nas demais iniciativas do PRONATEC, com um total de 104.369 matriculados no Programa, índice acumulado que representava 12% do total de vagas em nível nacional, fato que destacou MG como o maior executor do PRONATEC desde o início em 2011, acumulado até 2013 (SEE, 2013).

Os dados da Tabela 8 revelam essa tendência de crescimento do Programa, ao trazer os quantitativos de matrículas realizadas no PRONATEC por iniciativa em todo o estado de Minas Gerais, acumulado no período de 2011 a 2015.

Observa-se que, até o ano de 2015, o Estado de Minas Gerais efetuou um volume superior a 919 mil matrículas na educação profissional somente do Programa PRONATEC, o que representou em torno de 10% do total efetuado em âmbito nacional. Do total de 9.233.113 de matrículas efetivadas, Minas Gerais ocupava a 2º posição na oferta dos cursos do Programa, perdendo somente para o estado de São Paulo, que liderou o ranking da oferta no período de 2011 a 2015.

Tabela 8 – Matrículas em cursos técnicos e FIC – PRONATEC - por iniciativa – Minas Gerais no período de 2011 a 2015.

Iniciativa	Matrículas	%
Bolsa-Formação	489.729	53,29
Acordo de Gratuidade “S”	258.871	28,2
e-Tec	91.777	10,0
Expansão de Rede Federal	78.655	8,5
Brasil Profissionalizado	0	0
Total	919.032	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Destaca-se, através da mesma tabela, a relevante participação da iniciativa Bolsa-Formação, ao apresentar um volume 489.729 matrículas, que equivale a 53,3 % do total de matrículas, apontando a mesma tendência nacional de destaque dessa iniciativa frente às outras, seguida da iniciativa do Acordo de Gratuidade S, com 258.871 matrículas, o que representou 28,2% do total.

Como já exposto anteriormente, a iniciativa da Bolsa-Formação foi criada com o intuito de promover o acesso gratuito de estudantes e trabalhadores a cursos de educação profissional, aproveitando a capacidade instalada de parceiros habilitados que firmassem o Termo de Cooperação, entre elas, a da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem, as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, responsabilizando-se pelo custeio das despesas geradas na oferta dos cursos. Portanto, refere-se a uma “Bolsa” paga

às instituições habilitadas visando à “formação” de estudantes e trabalhadores (BRASIL, 2011a).

Outro ponto importante abstraído a partir dos dados da Tabela 8, diz respeito ao fato de, em todo o estado de Minas Gerais, no período de 2011 a 2015, não ter ocorrido o fomento do PRONATEC por meio da iniciativa do Programa Brasil Profissionalizado, contraditoriamente ao fato de essa iniciativa ter sido criada com objetivo precípua de fortalecer a rede pública de ensino, com a promoção da ampliação de sua rede física, além da criação de escolas técnicas nas redes estaduais e do Distrito Federal para a oferta de cursos integrados ao Ensino Médio (FERES, 2015).

Cabe relembrar que, em um dos objetivos do PRONATEC, descritos no artigo 4º da Lei 12.513/2011, o Programa visava a promover o “fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional”. No caso específico de Minas Gerais, essa ampliação não ocorreu, conforme indica a tabela 8, pelo menos não por intermédio do Programa Brasil Profissionalizado, para a oferta do PRONATEC. A ampliação na oferta de vagas pela rede estadual ocorreu tendo essa rede de ensino atuado apenas como ofertante de cursos técnicos de nível médio, por intermédio da iniciativa Bolsa-Formação e de maneira ínfima pela rede e-Tec, como demonstra a Tabela 9.

Tabela 9 - Matrículas no PRONATEC por iniciativa e rede ofertante em cursos Técnicos e FIC – Minas Gerais - 2011-2015

Rede Ofertante	INICIATIVAS								
	BOLSA-FORMAÇÃO				ACORDO DE GRAT.		e- TEC		EXPANSÃO FEDERAL
	Rede Privada	Rede Munic.	Rede Federal	Rede Estadual	Sistema S ³⁸	Sistema S	Rede Fed.	Rede Estad.	Rede Federal
2011	-	-	-	-	16	52.188	5.865	-	16.271
2012	-	-	7.239	9.620	45.094	60.852	13.511	-	16.797
2013	11.680	1.036	42.184	13.124	107.081	67.530	31.521	229	15.402
2014	47.172	3.068	52.049	6.260	105.325	33.374	9.659	-	15.336
2015	7.233	358	9.068	7.808	14.314	44.927	30.992	-	14.849
Total	66.085	4.462	110.540	36.812	271.830	258.871	91.548	229	78.655

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

³⁸ Participaram da oferta através das Iniciativas da Bolsa-Formação e Acordo de Gratuidade o Sistema S formado pelas instituições: SENAC, SENAI, SENAT e SENAR.

De acordo com os dados da Tabela 9, a iniciativa da Bolsa-Formação utilizou-se da capacidade instalada das redes públicas de ensino nas esferas federal, estadual e municipal, além da rede privada de ensino e do Sistema S. Esta última foi a rede ofertante que mais se utilizou da iniciativa Bolsa-Formação na oferta de cursos do PRONATEC, incluindo os FIC e técnicos: esse volume representou 55,5% do total de matrículas, além dos 28,2% do total de matrículas ofertadas por meio da iniciativa Acordo de Gratuidade S. Significa afirmar que, das 919.032 matrículas efetivadas em Minas Gerais (tabela 6), 530.701 foram efetuadas pelo Sistema S de ensino (iniciativas: Bolsa-Formação e Acordo de Gratuidade) (tabela 9), representando um percentual de 57,7% do total de matrículas no estado para o período estudado.

A rede Federal de ensino ocupou a 2^a posição no ranking como ofertante, tanto da iniciativa Bolsa-Formação, com 22,6%, quanto no total geral, incluindo a iniciativa da Expansão Federal e a Rede e-Tec, totalizando 280.743 matrículas, as quais representaram 30,5% das matrículas efetivadas.

Ainda a partir dos dados da Tabela 9, observa-se que a rede privada de ensino ocupou a terceira posição na oferta de cursos por intermédio da iniciativa da Bolsa-Formação, com 13,5% da participação; quanto ao total geral, o percentual alcançado foi de 7,19%.

A rede estadual de ensino ofertou um total de 37.041 matrículas, as quais representaram 7,5% do total da iniciativa Bolsa-Formação, 4,03% do total geral de matrículas.

Observa-se, também, que a última posição no ranking de oferta ficou com a rede municipal de ensino, com um percentual de oferta de 0,91%, por intermédio da iniciativa Bolsa-Formação, e 0,5% do total de matrículas efetuadas no estado de Minas Gerais.

Tabela 10 - Matrículas no PRONATEC por iniciativa e por tipo de curso – Técnico e FIC– Minas Gerais - 2011-2015.

	FIC				TÉCNICO			
	Acordo de Gratuidade	Bolsa-Formação	Expansão Rede Federal	e-Tec	Acordo de Gratuidade	Bolsa-Formação	Expansão Rede Federal	e-Tec
2011	47.442	16	1.561	-	4.746	-	14.710	5.865
2012	55.965	33.810	1.939	-	4.887	28.143	14.858	13.511
2013	62.565	120.953	1.384	-	4.965	54.152	14.018	31.750
2014	31.802	130.399	1.970	-	1.572	83.475	13.366	9.659
2015	41.695	19.764	1.132	1.916	3.232	19.017	13.717	29.076
Total	239.469	304.942	7.986	1.916	19.402	184.787	70.669	89.861

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Os dados da Tabela 10 demonstram as matrículas em cursos do PRONATEC de forma mais detalhada, por modalidade ofertada, em cursos FIC e técnico de nível médio, segregadas quanto às iniciativas utilizadas na oferta no período estudado.

Por meio dos dados apresentados, observa-se que o volume de matrículas efetivadas nos cursos FIC - Formação Inicial e Continuada superou as matrículas em cursos técnicos de nível médio, ou seja, os cursos de qualificação profissional sobrepujaram os técnicos de nível médio, ainda que com a discrepância um pouco abaixo da média Brasil (FIC 70,32%, e Técnicos 29,68%). Minas Gerais efetuou um total de 554.313 matrículas de cursos na modalidade FIC, equivalente a 60,3% do total, e 364.719 matrículas na modalidade técnica de nível médio, representando 39,7% do total de matrículas no período do estudo.

A partir dos resultados do PRONATEC em Minas Gerais, foi possível notar que a iniciativa de maior relevância na oferta foi a iniciativa da Bolsa-Formação, representada por 53,3% do volume total de matrículas.

Outra observação tanto quanto relevante concerne à sobressalente utilização do Sistema S de ensino como rede ofertante, por intermédio da iniciativa da Bolsa-Formação, com a priorização na oferta em cursos da modalidade de Formação inicial e Continuada - FIC, ou de qualificação profissional.

Observa-se, ainda, que a segunda iniciativa mais relevante na oferta foi o Acordo de Gratuidade do Sistema S, que se utiliza das redes ofertantes, principalmente SENAI e SENAC, na promoção de cursos do PRONATEC, também com a priorização da oferta em cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.

3.2 A implementação do PRONATEC no município de Uberlândia- MG

O município de Uberlândia, conforme dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, encontra-se localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba de Minas Gerais, região sudeste do país, com uma população estimadas para 2016 em 679.672 habitantes, predominantemente urbana, um dos municípios mais populosos do estado, ainda de acordo com o Censo realizado em 2010, o município ocupava uma área da unidade territorial de 4.115,206 km², representado por uma densidade

demográfica de 146,78 hab/km², com a ocupação da terceira posição no Índice de Desenvolvimento Humano no estado com (IDH) de 0,789 (IBGE, 2010).

Imagen 2 – Localização de Uberlândia no mapa de Minas Gerais - MG



Fonte: MEC (2017)³⁹

A partir da modernização agrícola e da agroindústria, o município se solidificou economicamente propiciando condições para o destaque no desenvolvimento do comércio atacadista, de transporte e logística, além de disseminação de agências bancárias e atividades a relacionadas a esta área. Outro fator que favoreceu o desenvolvimento de Uberlândia, foi sua localização estratégica, sendo um corredor entre São Paulo e o Planalto Central do Brasil (SILVA; RIBEIRO FILHO, 2012).

Em relação aos dados do sistema educacional no que tange à oferta de educação em nível médio de ensino, em 2015 o município possuía 49 escolas, dessas, 28 são pertencentes à rede pública estadual, 19 à esfera privada e 02 ao âmbito federal de ensino, nesse mesmo período foram efetivadas 19.391 matrículas no Ensino Médio na rede estadual, 3.520 na rede privada e 473 na rede federal de ensino.⁴⁰

³⁹ Disponível em: <<http://painele.mec.gov.br/painele/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/3170206>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

⁴⁰ Dados disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317020&idtema=156&search=minas-gerais|uberlandia|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

A cidade de Uberlândia foi um dos mais de 700 municípios mineiros que ofertaram cursos no âmbito do PRONATEC no período do recorte estudado, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Entre 2011 e 2015, no município, foram efetivadas 24.282 matrículas em cursos do PRONATEC, de nível médio técnico e FIC, com a utilização das redes públicas, privadas e Sistema S em sua oferta. Juntas, essas instituições efetivaram 14.792 matrículas na modalidade FIC – formação continuada ou qualificação profissional, e 9.490 em cursos técnicos de nível médio (MEC, 2016a).

A implementação do PRONATEC em Uberlândia iniciou-se em 2011, logo após o lançamento do Programa, com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC com carga horária mínima de 160 horas e Cursos Técnicos com carga horária mínima de 800 horas, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Lei 12. 513/2011. No que tange às redes ofertantes, o Programa contou com a participação da esfera pública, Sistema S e redes privadas de ensino (MEC, 2016a).

O PRONATEC na modalidade Formação Inicial e Continuada - FIC⁴¹ foi implementado por meio de uma parceria firmada juntamente com a Prefeitura Municipal de Uberlândia – PMU, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho. Conforme informações relatadas pela gestora G2,

A prefeitura aderiu ao programa Pronatec - Brasil Sem Miséria, e funciona como gestora do programa para o Governo Federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, com envolvimento das duas Diretorias que a compõem, a de Formação Profissional e a de Geração de Emprego e Renda (Gestor G2).

A Prefeitura Municipal de Uberlândia, por intermédio dessa secretaria, organizou uma estrutura de atendimento específica na coordenação das ações do PRONATEC, em que, em parceria com a Assessoria do Trabalho e Emprego, foram promovidos seminário, treinamentos e cursos que abrangeram as duas diretorias: a Diretoria de Formação Profissional e Diretoria de Geração de Emprego e Renda (PMU, 2012).

A gestora (G2) esclareceu, ainda, que a prefeitura trabalha como captadora das demandas que se efetivaram por meio de pesquisas de levantamento das necessidades locais, e, a partir desses resultados, foram realizados mapeamentos dessa demanda, tornando, assim,

⁴¹ Apesar de o foco da pesquisa de campo ser a oferta de cursos técnicos de nível médio na forma concomitante, tornou-se pertinente conhecer a implementação geral no município.

possível a realização prévia das matrículas dos interessados, denominadas “pré-matrículas”. Somente após a confirmação das matrículas tornava-se possível ingressar nos cursos. Para o alcance de um maior número de matrículas, a prefeitura disponibilizou diferentes locais para sua realização, a exemplo do CRAS, Rede CRESCER⁴², Centros Profissionalizantes etc.

Para a realização desse trabalho, de acordo com informações da gestora (G2), a equipe responsável contou com o auxílio das Assistentes Sociais locais, que, durante o cadastro das matrículas, avaliam o critério social de “vulnerabilidade”, dando preferência aos beneficiários dos Programas “Bolsa Família” ou “Minha Casa Minha Vida”. A esse respeito, explicou a gestora da Prefeitura Municipal de Uberlândia:

Os cursos são oferecidos pela Prefeitura pelos ofertantes, onde o mais acessado, que mais ofertou foi o Sistema S ou FIEMG. A prefeitura mesmo não oferece os cursos, ela disponibiliza os locais quando necessário, porém os equipamentos e os instrutores são dos ofertantes. Os ofertantes parceiros na oferta do Pronatec FIC foram: Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM); Escola Técnica de Saúde (ESTES-UFU); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – (SENAC); Serviço de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (GESTOR G2).

Com relação às primeiras turmas de Curso de Formação Inicial e continuada, em 13 de setembro de 2013, durante a cerimônia de formatura de 2.530 estudantes em Uberlândia, o evento contou com a presença da presidente Dilma Rousseff em cursos do PRONATEC – Brasil Sem Miséria - BSM⁴³. Durante seu discurso no evento, a presidente reforçou o fato de o país necessitar do ensino profissional para aumentar a competitividade e o desenvolvimento da economia, demandando a necessidade de uma formação constante de trabalhadores: “O Pronatec é tão importante que vamos fazer com que se torne programa constante do governo” [...] “O Brasil precisa de ensino técnico para competir no mundo, precisamos para melhorar, nós mesmos, a nossa economia” (PORTAL DO PLANALTO, 2013).

Além da modalidade Formação Inicial e Continuada – FIC, foram ofertados em Uberlândia cursos na modalidade média técnica, com a participação das iniciativas: Acordo

⁴² São unidades públicas que oferecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nas diversas regiões da cidade, atendendo crianças, adolescentes e jovens (PMU,2017).

⁴³ A oferta do PRONATEC, por intermédio da Bolsa-Formação, está diretamente relacionada a outras políticas, programas, planos ou ações, tais como o Plano Brasil sem Miséria, voltado ao atendimento de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza; o Seguro-Desemprego, para atendimento de beneficiários que solicitam o benefício a partir da segunda vez; o Programa Mulheres Mil, que atua junto a mulheres em situação de vulnerabilidade social; o Plano Viver sem Limite, que prevê o atendimento prioritário de pessoas com deficiência; o Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO, que focaliza populações do campo; o Plano Brasil Maior voltado à política industrial, tecnológica e de comércio exterior; dentre outros com recorte de gênero, raça, ocupação e geração (BRASIL, 2015a, p.31).

de Gratuidade do Sistema S, Bolsa-Formação e a Expansão Federal. Juntas, as três iniciativas ofertaram 24.282 matrículas em cursos Técnicos de nível médio e cursos FIC, no período entre 2011 e 2015.

Tabela 11 - Matrículas do PRONATEC no município de Uberlândia – MG- por Iniciativa no período de 2011 a 2015

Ano	Acordo de Gratuidade	Bolsa-Formação	Expansão Federal
2011	2.508	0	510
2012	1.844	986	440
2013	1.831	5.543	415
2014	678	6.324	452
2015	1.273	916	562
Total	8.134	13.769	2.379

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

A Tabela 11 detalha a participação anual das três iniciativas que ofertaram o PRONATEC no município de Uberlândia para cursos FIC e técnicos de nível médio. Observa-se que o maior volume das matrículas ofertadas ocorreu por intermédio da iniciativa da Bolsa-Formação, representando 56,7% do total de matrículas.

As matrículas apresentadas nessa tabela também apontam que a iniciativa do Acordo de Gratuidade ficou na segunda posição no ranking de oferta em cursos do PRONATEC, com a representação de 33,5%, restando a participação de apenas 9,7% à esfera pública federal, por meio da iniciativa da Expansão Federal no município de Uberlândia.

Tanto a iniciativa da Bolsa-Formação quanto a do Acordo de gratuidade S superaram a média do estado de Minas Gerais, representados pelos percentuais de 53,3% e 28,2% do total de matrículas por iniciativa, enquanto no município este percentual foi de 56,7% e 33,5% respectivamente.

Para melhor visualização das iniciativas utilizadas e os parceiros ofertantes dos cursos do Programa, a Tabela 12 retrata, de maneira mais detalhada, os volumes de matrículas efetivadas, segregadas por tipo de curso (FIC e Técnicos) e por iniciativa utilizada, no município de Uberlândia, no período de 2011 a 2015.

Tabela 12 - Total de matrículas por Iniciativa e por tipo de curso PRONATEC no município de Uberlândia no período de 2011 a 2015.

	FIC			TÉCNICO			TOTAL
	Acordo de Gratuidade	Bolsa-Formação	Expansão Rede Federal	Acordo de Gratuidade	Bolsa-Formação	Expansão Rede Federal	
2011	2.447	-	66	61	-	444	3.018
2012	1.740	240	-	104	746	440	3.270
2013	1.668	3.430	-	163	2.113	415	7.789
2014	631	2.961	-	47	3.363	452	7.454
2015	1.205	392	12	68	524	550	2.751
Total	7.691	7.023	78	443	6.746	2.301	24.282

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Pode ser observado, baseando-se nos dados acima, que tanto os cursos técnicos quanto os FIC se utilizaram das três iniciativas: Acordo de Gratuidade do Sistema S, Bolsa-Formação e Expansão da Rede Federal na implementação do PRONATEC no município de Uberlândia.

Por meio do detalhamento dessa tabela, observa-se, também, que as matrículas nos cursos na modalidade FIC superaram as de curso técnicos de nível médio, representando um total de 14.792 matrículas, enquanto os cursos técnicos de nível médio ofertaram um total de 9.490, por intermédio das três iniciativas participantes descritas.

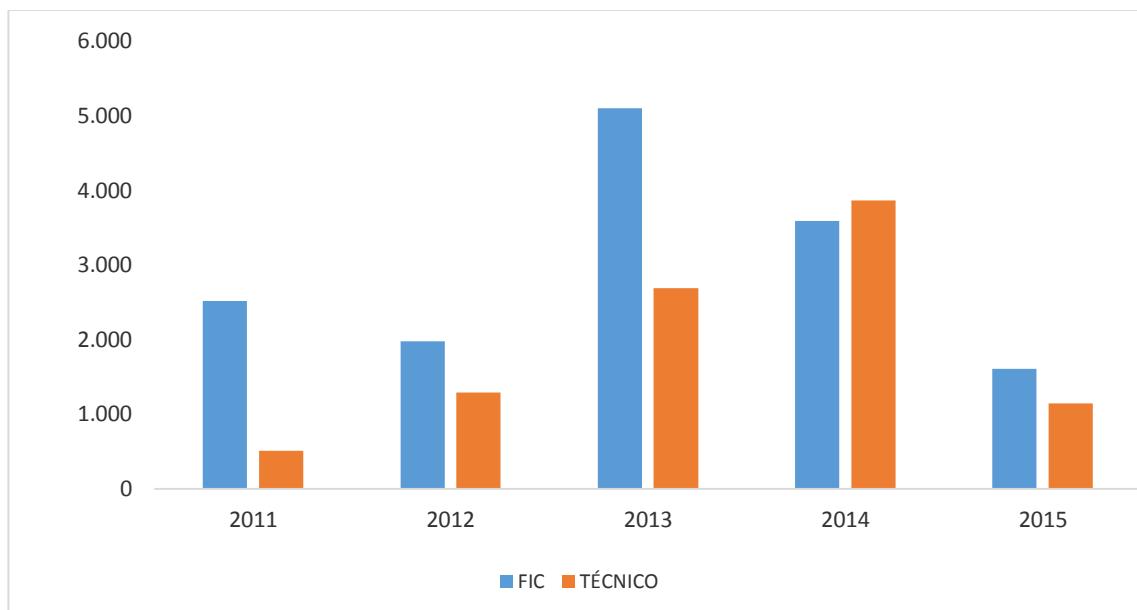
Analizando cada iniciativa isoladamente, foi possível notar que houve uma pequena discrepância na oferta de cursos por meio da iniciativa da Bolsa-Formação, com a oferta de 51% de matrículas em cursos FIC, e 48,9% em cursos técnicos de nível médio, ainda assim com a superação da oferta em cursos FIC. Entretanto, quanto à oferta de cursos por intermédio da iniciativa do Acordo de Gratuidade do Sistema S, ficou clara sua priorização em cursos FIC, com a efetivação de 7.691 matrículas, representando um percentual de 94,6% do total ofertado por esta iniciativa e apenas 5,4% em cursos da modalidade técnica de nível médio, com a efetivação de 443 matrículas.

A rede Federal de ensino, apesar de ofertar um menor volume de matrículas em relação à iniciativa da Bolsa-Formação, priorizou essa oferta em cursos técnicos por meio da iniciativa da Expansão Federal, com 24,25% dos cursos nessa modalidade.

As iniciativas utilizadas para promover a democratização da oferta do PRONATEC em Uberlândia, já mencionadas anteriormente, foram: Acordo de Gratuidade, Bolsa-Formação e Expansão da Rede Federal, as quais se valeram das redes ofertantes de sua própria esfera, como o Acordo de Gratuidade mediante o Sistema S e a iniciativa da Expansão

Federal, com a própria rede Federal de ensino. Por outro lado, a iniciativa da Bolsa-Formação utilizou-se de todos os demais agentes habilitados em sua implementação, incluindo as citadas anteriormente, para a oferta do PRONATEC.

Gráfico 6 - Comparativo entre matrículas nos cursos Técnico e FIC – Uberlândia no período de 2011 a 2015



Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

O Gráfico 6 demonstra esses mesmos dados, porém apresenta a dimensão nos avanços desses quantitativos de matrículas anualmente para as modalidades técnico e FIC, ofertadas em Uberlândia no período estudado.

A partir dos resultados apresentados no Gráfico 6, fica evidente a predominância na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC desde o início da implementação do PRONATEC em 2011 no município de Uberlândia. O maior destaque é no ano de 2013, quando os cursos FIC representaram 65% da oferta contra 35% dos técnicos de nível médio; já em 2014, os cursos técnicos tiveram uma leve vantagem sobre os FIC, com a efetivação de 3.862 matrículas, enquanto os FIC efetivaram 3.592.

No ano de 2015, ambas as modalidades sofreram queda na oferta devido à crise econômica e política crescente no país, fato observado também na oferta em nível nacional, como já havia sido enfatizado anteriormente.⁴⁴

⁴⁴ No município de Uberlândia, assim como nas esferas estadual e nacional, no ano de 2015 houve a redução brusca na oferta de cursos do PRONATEC em todas as iniciativas. Isso ocorreu devido ao reflexo da crise

O total de matrículas no período estudado, de 2011 a 2015, para os cursos FIC, foi de 14.792, com a representação de 61% do total, e para os cursos técnicos, de 9.490, representando 39% do total de matrículas ofertadas.

Os dados das Tabelas 13 e 14 traduzem esses quantitativos, por iniciativa e redes ofertantes dos cursos nas modalidades Técnica e FIC, no município de Uberlândia.

Tabela 13 - Matrículas no município de Uberlândia por Rede Ofertante nos cursos

Técnicos e FIC no período de 2011 a 2015

Ano	Esc.Téc. Privadas	IES Privadas	Rede Federal	Rede Estadual	Senac	Senai	Senar	Senat	Total
2011	-	-	510	-	1.701	807	-	-	3.018
2012	-	-	472	34	1.673	1.091	-	-	3.270
2013	288	699	1.254	-	2.956	1.546	-	1.046	7.789
2014	750	1.861	935	74	802	2.183	19	830	7.454
2015	123	-	741	273	704	882	-	28	2.751
Total	1.161	2.560	3.912	381	7.836	6.509	19	1.904	24.282

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Ainda analisando os dados da Tabela 13, nota-se que as redes ofertantes do PRONATEC em Uberlândia com maior participação foram as instituições ofertantes integrantes do Sistema S, responsáveis por 67% do total de matrículas totais, principalmente o SENAC e SENAI, seguidos das redes públicas federal e estadual de ensino. Em conjunto, elas representaram 17,7% de participação, ao passo que a rede privada de ensino contribuiu com 15,3 % do total de matrículas efetivadas.

Outro dado importante que pode ser abstraído desta tabela foi a expressiva representação da rede privada, com a oferta de 3.721 matrículas em cursos técnicos de nível médio, representando 39,21% das 9.490 matrículas efetivadas por esta modalidade.

política e econômica que se agravou no início de 2015; cortes nos investimentos afetaram todos os âmbitos educacionais, inclusive na esfera da educação profissional.

Tabela 14 - Total de matrículas por Rede Ofertante e Iniciativa no município de Uberlândia no período de 2011 a 2015

Rede Ofertante	Esc. Priv.	IES Priv.	Rede Federal		Rede Estadual	Senac		Senai	Senar	Senat	
			BF ⁴⁵	BF		BF	Acordo Grat.				
Iniciativa											
2011	-	-	-	510	-	1.701	-	807	-	-	
2012	-	-	32	440	34	1.420	253	424	667	-	
2013	288	699	839	415	-	1.403	1.553	428	1.118	-	
2014	750	1.861	483	452	74	-	802	678	1.505	19	
2015	123	-	179	562	273	704	-	569	313	-	
Total	1.161	2.560	1.533	2.379	381	5.228	2.608	2.906	3.603	19	1.904

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

A partir dos quantitativos apresentados na Tabela 14, foi possível traçar um comparativo dos volumes de matrículas efetivadas por iniciativa e suas redes ofertantes, o que evidencia o fato de as escolas técnicas e instituições de ensino superior das redes privadas se utilizarem da iniciativa Bolsa-Formação na oferta da educação profissional em cursos do PRONATEC, efetivando um total de 3.721 matrículas no período entre 2013 e 2015, visto que em 2012 não houve oferta.

Quanto à participação na oferta das redes públicas de ensino, a rede federal realizou, por meio da iniciativa da Expansão Federal, 2.379 matrículas, e 1.533 por intermédio da iniciativa da Bolsa-Formação, enquanto a rede estadual efetuou apenas 381 matrículas por intermédio dessa última iniciativa.

Merece destaque a expressiva participação do Sistema S na oferta do PRONATEC, assim como no âmbito estadual, sendo perceptível que essa instituição, dentre as demais redes ofertantes, foi a de maior representatividade no volume de matrículas ofertadas por intermédio da Bolsa-Formação. Juntas, as instituições SENAC, SENAI, SENAR e SENAT efetuaram um total de 8.134 matrículas por intermédio da Bolsa-Formação, representando 59,1% do total de matrículas somente por essa iniciativa, que, somadas às igualmente 8.134 efetuadas por intermédio da Iniciativa Acordo de Gratuidade do Sistema S, utilizando como redes ofertantes principalmente o SENAC e SENAI, totalizaram 16.268 matrículas, as quais representaram 67% do total geral ofertado no município de Uberlândia entre 2011 e 2015.

⁴⁵ BF: Bolsa-Formação.

Todas as demais redes ofertantes juntas (excetuando Sistema S) efetuaram 40,9% do total de matrículas por intermédio da Bolsa-Formação e representaram 33% do total geral de matrículas efetivadas.

Quanto aos valores demandados para o fomento do Programa no município, foram solicitadas informações adicionais à equipe SETEC, por intermédio do e-SIC, sobre esse quantitativo segregado por iniciativas utilizadas. A equipe SETEC⁴⁶ se posicionou sobre estes repasses, afirmando que

os realizados para redes estaduais e instituições privadas podem ser acompanhados na página do FNDE, menu Prestação de Contas/SiGPC - Acesso Público, mais especificamente no endereço: www.fnde.gov.br/sigap/sistema.pu?operation=localizar. O repasse para os Serviços Nacionais de Aprendizagem podem ser acompanhados pelo mesmo endereço, não sendo possível identificar o repasse por Estado, pois os recursos são repassados pelo MEC para o Departamento Nacional de cada Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR E SENAT), com base no valor hora-aluno fixado em Resolução do FNDE. O repasse dos recursos financeiros aos seus departamentos regionais é de responsabilidade do Departamento Nacional. Os repasses para as instituições da Rede Federal para o Pronatec/Bolsa-Formação podem ser acompanhados no endereço <http://simec.mec.gov.br/ted/termo-de-execucao-descentralizada.php> e os recursos da instituição como um todo podem ser acompanhados, também, no Portal da Transparência (MEC, 2016c).

Por meio dos endereços sugeridos pela equipe SETEC, não foi possível obter as informações solicitadas, pois da maioria dos endereços constava a mensagem de “acesso restrito”⁴⁷, exigindo prévia autorização do usuário, não sendo permitido o acesso público.

No que tange à participação da rede privada de ensino na oferta do PRONATEC, foi constatado, mediante o Relatório de Auditoria anual de Contas da CGU, que

O mecanismo de cálculo do custo da bolsa-formação da rede privada quando comparado à forma de cálculo aplicada ao custo da bolsa-formação das demais redes (estadual, municipal, federal e sistema SNA) não é isonômico (CGU, 2014, p. 36).

Significa dizer que o valor pago às redes privadas na oferta do PRONATEC por meio da Bolsa-Formação foi diferente dos valores pagos às demais instituições ofertantes.

Ainda de acordo com o Relatório, fica a cargo da SETEC a definição dos valores máximos a serem pagos nos cursos, definidos por eixo tecnológico, baseados nas propostas

⁴⁶ Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. V2.2.5. 2016c. Protocolo 2340008798201653 (MEC, 2016c)

⁴⁷ www.fnde.gov.br/sigap/sistema.pu?operation=localizar

das instituições privadas, e não no custo por estudante. Apesar de serem homologadas apenas as propostas dentro dos valores previstos pela SETEC, o fato de não se realizar um levantamento prévio de custos já existentes incorre no risco de serem efetuados pagamentos de valores superiores àqueles necessários à prestação eficiente dos cursos pela iniciativa privada. Ademais, constatou-se, também, que os Termos de Adesão/Cooperação das redes de ensino ofertantes não possuem clareza na execução, como cláusulas que definam metas, prazos, qualidade nos serviços prestados e especificações detalhadas dos cursos, além de não serem disponibilizados esses Termos à sociedade, o que dificulta qualquer manifestação ou controle social (CGU, 2014).

3.3 As configurações do PRONATEC na rede estadual de ensino em Uberlândia: Cursos Técnicos de nível médio na forma Concomitante

Constitui-se como um dos objetivos do PRONATEC, de acordo com o art. 1º, inciso III, da Lei 12.513/2011, o de contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público, por meio da articulação com a educação profissional (BRASIL, 2011).

O artigo 36-C da LDB estabelece que a educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B da LDB, deverá ser desenvolvida nas formas integrada ou concomitante, incluídos pela Lei nº 11.741/2008, Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis e,

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 2008a).

Os cursos ofertados no âmbito do PRONATEC não contemplaram a modalidade integrada, exceto os direcionados ao público EJA, por intermédio da Bolsa-Formação. A forma articulada de oferta pela esfera estadual foi somente concomitante ao Ensino Médio.

Esses cursos foram implementados no município de Uberlândia a partir de 2012, e as diretrizes de sua implementação no âmbito estadual foram repassadas pela Superintendência Regional de Ensino – Uberlândia- MG, advindas da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Dentre as orientações expressas no documento de 2012, direcionado aos Diretores das instituições ofertantes, havia orientações quanto à definição do seu público-alvo, o qual seria formado por estudantes regularmente matriculados nas escolas públicas, no Ensino Médio (1º, 2º e 3º anos), e também no Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (1º, 2º e 3º períodos), ou seja, os estudantes matriculados em qualquer ano ou período do EM ou EJA, poderiam matricular-se em curso de interesse ofertado pelo PRONATEC (SEE, 2012).

As orientações contidas no documento ainda ponderavam que, caso não houvesse estudantes suficientes para composição das turmas, as quais deveriam ser constituídas de no mínimo 30 e no máximo 40 alunos, a escola poderia realizar uma nova seleção, por intermédio de Edital, com a oferta de vagas a outros públicos não enquadrados nos requisitos prévios (SEE, 2012).

Além das diretrizes descritas, o documento orientava que, no ato da matrícula, seria necessária a assinatura do Termo de Compromisso pelo ingressante, dando-lhe ciência de que ele receberia o certificado de conclusão do curso técnico somente após a conclusão do Ensino Médio, visto que poderia ocorrer, já que o ingresso lhe era facultado em qualquer ano do Ensino Médio ou EJA⁴⁸, a conclusão do ensino técnico sem, contudo, ter concluído o curso em que estava regularmente matriculado no Ensino Médio.

Por meio dos dados da Tabela 15, observa-se a divisão do quantitativo de matrículas em cursos técnicos, segregados quanto às formas concomitante e subsequente, para a iniciativa Bolsa-Formação, a qual representou 71% da oferta de cursos técnicos em Uberlândia.

⁴⁸ A Resolução, em vigor a partir de 2015, estabelece que os cursos de educação profissional técnica de nível médio concomitantes ofertados por intermédio da Bolsa-Formação serão destinados a estudantes matriculados no ensino médio, a partir do 2º ano do Ensino Médio, prioritariamente em instituições da rede pública (BRASIL, 2015b).

Tabela 15 - Cursos ofertados por intermédio da Bolsa-Formação no município de Uberlândia no período de 2011 a 2015

	TÉC. SUBSEQUENTE	TÉC. CONCOMITANTE	TOTAL
2011	0	0	0
2012	0	746	746
2013	987	1.126	2.113
2014	2.993	370	3.363
2015	123	401	524
Total	4.103	2.643	6.746

Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Quanto aos dados da Tabela 15, observa-se que a oferta em cursos subsequentes superou a oferta na forma concomitante, representando um percentual de 61%, enquanto os concomitantes ofertaram 39% do total de matrículas.⁴⁹

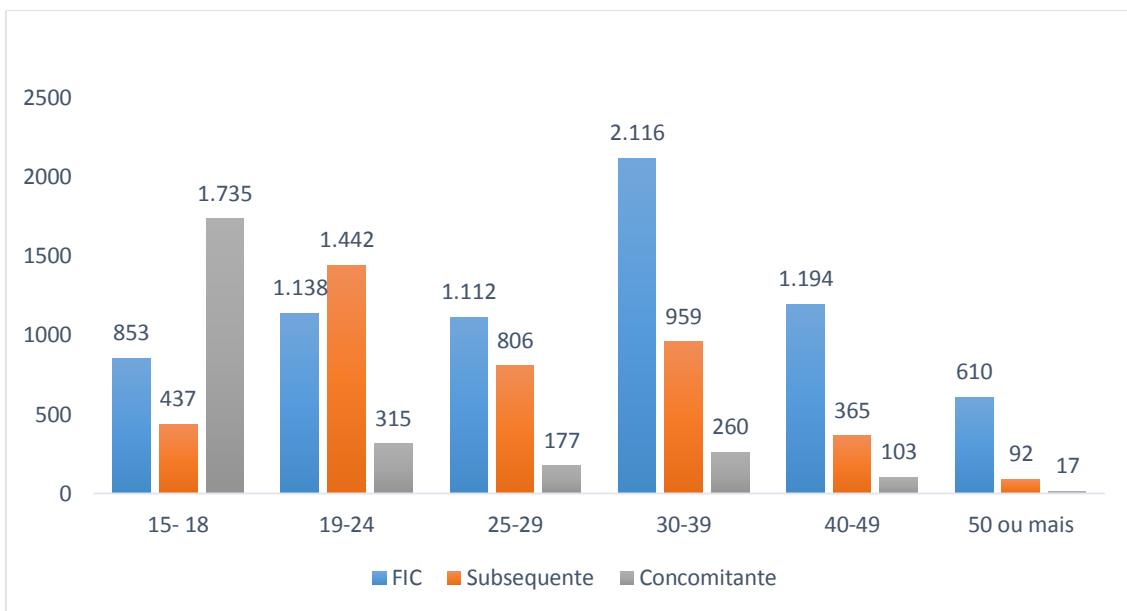
Outra informação que merece atenção refere-se aos dados expostos no Gráfico 7, o qual demonstra a distribuição das matrículas efetivadas por intermédio da iniciativa da Bolsa-Formação segregadas por faixa etária dos estudantes e por tipo de curso.

Observa-se que a faixa etária de maior concentração nos cursos concomitantes foi a entre 15 e 18 anos, o que é bastante óbvio, pois o requisito para cursá-lo é o estudante estar matriculado no Ensino Médio, e a maioria dos estudantes regularmente matriculados encontra-se dentro dessa faixa etária. Nota-se, entretanto, que houve um volume expressivo de jovens de idade nessa faixa etária que cursaram os de Formação Inicial (853) e Continuada ou qualificação profissional, fato que se repete na faixa etária de 19 a 24 anos.

Verifica-se ainda que, a faixa etária de maior concentração de cursos na forma subsequente foram os jovens entre 19 e 24, e na faixa etária de 30 a 39 prevaleceram os cursos de Formação Inicial e Continuada. Fato é que a oferta de cursos de Formação Inicial e continuada esteve presente em todas as faixas etárias, o que já foi relatado anteriormente, sobre a prevalência dessa modalidade quando ofertada pela iniciativa Bolsa-Formação.

⁴⁹ O mesmo fato ocorreu na oferta de cursos técnicos no âmbito nacional, porém os subsequentes representaram 74,72 % da oferta, por meio da Bolsa-Formação.

Gráfico 7 - Distribuição de matrículas por faixa etária e tipo de curso por intermédio da iniciativa Bolsa-Formação no município de Uberlândia no período de 2011 a 2015.



Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (MEC, 2016a).

Ao trazer os quantitativos de matrículas do Programa, que, de certa forma, foram resultados positivos para a ampliação da oferta da educação profissional no município, não é fato que esse volume de estudantes matriculados concluiu com êxito os cursos ofertados pelo Programa. Os gestores entrevistados relataram índices significativos de evasão escolar em cursos do PRONATEC no período estudado, questões que serão demostradas na seção seguinte.

3.4 A Pesquisa de campo: limites e possibilidades do PRONATEC na perspectiva de gestores, professores e estudantes de Uberlândia – MG

Apesar de trazer os quantitativos das diferentes modalidades de oferta do PRONATEC no município, o foco principal da pesquisa de campo foi a oferta de cursos técnicos concomitante ao Ensino Médio, através da rede estadual de ensino.

A aproximação com as instituições ofertantes dessa modalidade de ensino, no âmbito do PRONATEC, iniciou-se em agosto de 2016, quando, primeiramente, foram realizadas visitas às instituições participantes objetivando uma primeira aproximação com os gestores e

professores, destacando que a Instituição 1 foi a pioneira na oferta do PRONATEC em Uberlândia, iniciado em 2012.

O Gestor (G3), da Instituição 1, ao relatar ⁵⁰ quanto à implementação do Programa, explicou que em 2012 a escola disponibilizou apenas 40 vagas para oferta do PRONATEC concomitante, porém a modalidade mais procurada foi o PRONATEC na forma subsequente, que, naquela época, não era ofertada via rede estadual, somente pelas redes privadas⁵¹ de ensino, e que, em sua concepção, seria o “filé” do programa, além do fato de ser liberado um volume maior de vagas nessa forma de ensino.

Ainda nessa instituição, foram coletados os dados dos estudantes egressos dos cursos do PRONATEC, iniciados em 2012, para o envio de questionários *on-line*. Já a forma de coleta de dados dos estudantes da Instituição 2, ainda em curso, foi através da aplicação de questionários impressos, totalizando o envio a 71 estudantes com matrículas efetivadas entre 2012 e 2015, visto que a rede estadual em Uberlândia iniciou a oferta dos cursos técnicos na forma concomitante⁵² ao Ensino Médio somente em 2012.

Do total dos 71 questionários direcionados, apesar das inúmeras solicitações de resposta, foram obtidas respostas de apenas 37, entre estudantes egressos (*on-line*) e em curso.

A pesquisa foi realizada com estudantes do PRONATEC em cursos concomitantes: Técnico em contabilidade, Técnico em Recursos Humanos e Técnicos em administração.

O perfil do público participante da pesquisa, dentre os 37 estudantes, foi composto por 26 mulheres e 11 homens, com faixa etária entre 16 e 18 anos, dentre os quais 24 não trabalham e 13 trabalham, e, destes, apenas 04, o emprego tinha alguma relação como o curso escolhido. Desse quantitativo, 09 cursaram o PRONATEC em 2012, 05 deles encontravam-se empregados; para apenas 01 o exercício da função tinha relação com o curso concluído em 2012. Os outros 28 estudantes ingressaram no curso em 2015.

Ao questioná-los sobre a principal motivação na escolha dos cursos do PRONATEC, 12 estudantes consideraram como fator principal a obtenção de conhecimento, 10 atribuíram à oportunidade de um emprego, 7 não sabiam o motivo, 4 à gratuidade do ensino e 4 ao incentivo de amigos e familiares. “Aprender sobre essa área e poder trabalhar nela” (ESTUDANTE E7); “O fato de ser algo novo e que no futuro será bom para quem faz, tendo

⁵⁰ Informação verbal.

⁵¹ As redes privadas que ofertaram o Pronatec em Uberlândia na forma subsequente foram: Escola Supere de Gestão e marketing, Faculdade Pitágoras de Uberlândia, SENAI Uberlândia CFP Fábio de Araújo Motta, Centro Universitário do Triângulo, SENAC, Colégio Cecon Uberlândia (MEC, 2016c).

⁵² As instituições que ofertaram o Pronatec em Uberlândia na forma concomitante foram: Escola Estadual Prof. José Inácio de Sousa, Escola Estadual Américo René Giannetti, Escola Estadual do Parque São Jorge, Fundação de Educação para o Trabalho em Minas Gerais - Ultramig, Universidade Federal de Uberlândia-Escola técnica de saúde da UFU, SENAI, SENAC (MEC, 2016c).

já algo para ingressar no mercado de trabalho" (ESTUDANTE E9), e, ainda, "Porque seria um ótimo curso para minha vida que irá me ajudar bastante a conseguir um emprego" (ESTUDANTE E22). Expressões como "ter um bom salário", "um futuro bem-sucedido" e "entrada no mercado de trabalho" foram as mais utilizadas como respostas dos estudantes.

De acordo com as respostas selecionadas, foi possível observar que os estudantes apontaram a necessidade de qualificação ou obtenção de conhecimento como fatores primordiais para melhoria do currículo, entrada no mercado de trabalho e garantia de um futuro melhor. Houve maior concentração de respostas vinculadas à expectativa de um emprego, e obtenção de conhecimento que, a princípio, em se tratando de cursos técnicos, seria utilizado também para obter trabalho, reforçando a noção de que as desigualdades não são resultado de um longo processo estrutural das relações de trabalho e de poder, mas da falta de qualificação do trabalhador (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006a).

Ao questioná-los sobre o atendimento dos cursos do PRONATEC às suas expectativas, os estudantes, em sua maioria, responderam de maneira positiva, um total de 29, contrapondo a resposta de 4 estudantes, que consideraram que o curso não alcançou as suas expectativas, além de 4 que não opinaram a respeito.

Dentre as respostas sobre o atendimento do PRONATEC às expectativas dos estudantes, foram selecionadas as seguintes: "As minhas expectativas foram alcançadas, porque eu buscava conhecimento extra e com o curso eu estou adquirindo mais que o esperado" (ESTUDANTE E25); "O curso me auxilia a melhorar e conhecer mais o método da sociedade, administrar algo com maior eficiência" (ESTUDANTE E18); "Na verdade nem esperava concluir o curso, pois na época eu trabalhava e estudava e fazia o curso. Mas eu concluí ele e foi bom, porque deu um novo currículo" (ESTUDANTE E35).

A maioria dos estudantes respondeu à pergunta referindo-se às expectativas quanto ao aprendizado em sala de aula, não projetando esses resultados quanto ao enfrentamento da busca de uma vaga no mercado de trabalho, e qual diferença teriam os cursos do PRONATEC em sua vida profissional.

No questionamento quanto aos limites encontrados no processo de aprendizagem dos cursos do PRONATEC, para a maioria dos estudantes, um total de 18, a falta de recursos foi um fator limitante, principalmente com relação à falta de materiais utilizados no curso, como apostilas e livros; 6 estudantes referiram-se à má organização e falta de infraestrutura: "Falta de materiais como (livros, apostilas), ter muitas aulas teóricas (ESTUDANTE E3)"; "A falta de materiais que eles não mandaram para o professor que o próprio fez, e uniforme que não temos (ESTUDANTE E9)"; "A falta de materiais didáticos e recursos para a realização de

atividades (ESTUDANTE E15)”; “Pelo menos quando eu cursava o curso não tinha o auxílio de computadores para a matéria específica; a não proatividade, e etc.” (ESTUDANTE E31); “Infraestrutura precária, rede de computadores não funcionava” (ESTUDANTE E33), e “Penso que o Pronatec deveria ter um projeto que coloca-se com mais facilidade os alunos dos cursos no mercado de trabalho” (ESTUDANTE E36). Dentre as demais respostas obtidas, 13 estudantes não souberam responder ou não apontaram as limitações do Programa.

Na amostragem da categoria Estudante, houve queixas importantes com relação às deficiências encontradas na execução dos cursos, principalmente no que se refere a parte física ou planejamento pedagógico, o que correspondeu a um percentual de 48,6% dos que relataram algum item limitante nesse sentido. Sobre esse assunto, os professores entrevistados completaram:

Eu preparam meu material, a ementa é muito curta, a gente tem que destrinchar, eu acho que deveria ter uma apostila pra cada... pra gente poder seguir, pra ficar também um curso igual, né? Igual, se começar de novo, for outro professor, que seja o mesmo conteúdo, pra não sair um profissional formado de um jeito, outro de outro. [...] Ah! O laboratório, precisava de reforçar bastante... o espaço... as máquinas (PROFESSOR P1).

Eu sempre dava material impresso pra eles, toda aula... não veio apostila... e a ementa era bem resumida, você que tinha que elaborar e criar. A questão de investir mesmo para o curso, porque a escola que eu tava, foi referência a muitos anos atrás aqui em Uberlândia de curso técnico, inclusive em contabilidade, né? Mas eles tinham uma empresa montada, eles viam a teoria e aplicavam a prática, ao mesmo tempo, então dessa vez não teve nada disso, o laboratório de informática, você não conseguia usar, a questão também da calculadora científica, porque era uma necessidade do curso, e muitos não tinham condição de comprar, porque ela é cara, e não foi fornecida pelo, pelo governo, a questão de parcerias também, a falta de estímulo mesmo da escola, de interação com o curso de criar parcerias com as empresas, pra poder realizar os estágios (PROFESSOR P2).

Uai... É isso... fazer investimento em material, né, dá uma melhorada nessa parte, ter uma biblioteca, um laboratório, um acesso pra eles, né, até outra coisa também que os cursos oferecem informática, e a informática da escola tá um pouco fraca, na questão de máquina, né, hoje a escola está aguardando recurso, eu acho que foi isso, e... Às vezes também promover um treinamento maior com os professores [...] Eu acho que faltou mais recurso do próprio governo, né? De orientar a gente, com falta assim de... de material, né, igual, os professores vinham pra poder dar aula, e a gente só tinha a ementa para oferecer, né? Não tinha uma estrutura montada assim do próprio Pronatec pra gente oferecer pra eles, tipo material didático para eles (GESTOR G5).

Ao refletir sobre as considerações dos gestores e professores quanto às dificuldades encontradas durante a execução dos cursos do PRONATEC na rede estadual de ensino, tanto na organização de materiais para a condução das aulas, quanto na própria infraestrutura

utilizada, relatada também pelos estudantes, percebe-se que não houve investimentos específicos do governo estadual para a execução de cursos profissionais nas redes ou planejamento prévio para a implementação dos cursos, além da ausência de materiais específicos para utilização dos docentes.

Torna-se importante destacar, como já havia sido ratificado anteriormente, que, em Minas Gerais, e, evidentemente, no município de Uberlândia, não houve fomento à iniciativa do Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302/2007, o qual representou uma das ações integradas ao PRONATEC para ampliação dos cursos de educação profissional, desenhado para promover a ampliação dos investimentos nas redes estaduais e Distrital com a criação de escolas técnicas estaduais na promoção do Ensino Médio integrado.

Nesse sentido, percebe-se que não houve um preparo das instituições participantes da pesquisa de campo para a condução dos cursos técnicos de nível médio, sem investimento de melhoria na infraestrutura, laboratórios, bibliotecas visando promover condições viáveis para oferta de cursos da educação profissional de qualidade, sendo utilizada a própria estrutura já existente na educação básica para a oferta do PRONATEC, explicou a gestora da instituição 1 (G1).

No demonstrativo dos dados quantitativos foi notório o fato de que a rede pública, principalmente a rede estadual de ensino, entre as ofertantes dos cursos técnicos de nível médio do PRONATEC, apresentou menor índice de matrículas nessa modalidade. Os maiores volumes de matrículas ficaram a cargo da rede federal, rede privada e Sistema S de ensino. A rede privada de ensino obteve a participação de 39,21% na oferta de cursos técnicos de nível médio no âmbito no PRONATEC no município.

Outro fato observado foi quanto à formação acadêmica dos docentes que ministraram os cursos concomitantes do PRONATEC na rede estadual. A maioria deles não fazia parte dos professores da rede, justamente pela necessidade de ministrarem conteúdo específico da educação profissional geralmente não relacionados à licenciatura. A formação dos docentes entrevistados era em áreas como Administração de empresas, Gestão em logística, Ciências Contábeis e Direito, profissionais capacitados para condução dos conteúdos propostos, mas a maioria sem experiência em cursos de educação profissional. A maior dificuldade relatada por dois dos professores, corroborada por três gestores do Programa, foi o fato de recair sobre eles a responsabilidade em elaborar os conteúdos a serem ministrados, quanto a decisão da forma de condução dos cursos.

Quanto à contratação dos docentes especificamente no âmbito estadual de ensino, de acordo com informações dos gestores entrevistados, ocorreu por processo de designação, que

é uma forma equivalente à contratação, com a prerrogativa inicial em 2012 de o docente não possuir vínculo empregatício com a rede estadual.⁵³

No que concerne às respostas obtidas dos estudantes sobre os pontos positivos, possibilidades ou potencialidades do Programa, 12 deles apontaram o preparo para o mercado de trabalho: “Mais conhecimento, emprego melhor” (ESTUDANTE E2); “Nos prepara para o mercado de trabalho” (ESTUDANTE E6); “É uma oportunidade do candidato ter um curso e um emprego com qualificação” (ESTUDANTE E30); “Ótima formação para o ingresso no mercado de trabalho” (ESTUDANTE E33); “Por ter um conteúdo abrangente é possível inserir em vários ramos no mercado de trabalho” (ESTUDANTE E37). Os demais estudantes atribuíram às potencialidades o fato de terem bons professores (12), aquisição de conhecimento (5), e (4) não souberam responder.

E, finalmente, ao serem questionados quanto às vantagens ou desvantagens de o curso técnico ter sido articulado ao Ensino Médio na forma concomitante, 17 estudantes responderam favoráveis quanto à articulação: “Positivo, porque saio do ensino médio com curso profissionalizante” (ESTUDANTE E3); “Positivo, vai facilitar o meu futuro, melhorou o meu currículo” (ESTUDANTE E5); “Positivo, pois nos prepara para um futuro na universidade” (ESTUDANTE E7); “Considero positivo, pois irei terminar o curso e o ensino médio juntos, sendo assim terei mais formação e poderei ter um emprego melhor” (ESTUDANTE E18); “Positivo, pois nos possibilita algumas portas de entrada para o sucesso, tendo um diploma o que nos beneficiará no futuro” (ESTUDANTE E24); “Positivo, pois futuramente quando terminar o ensino médio, já terei terminado o curso também e isso me dará mais possibilidades no mercado de trabalho” (ESTUDANTE E27). Além desses, 13 estudantes não souberam responder, 5 consideraram negativa a articulação do curso técnico com o Ensino Médio, e 3 responderam que a articulação foi benéfica apenas em parte.

Outro ponto considerado relevante na pesquisa foi quanto aos índices de abandono em cursos de educação profissional. Nesse sentido, foi enviada uma solicitação à equipe SETEC/MEC, por intermédio do e-SIC - Sistema eletrônico de Serviço ao cidadão, com a solicitação dos dados quanto ao índice de evasão total do PRONATEC em instituições públicas e privadas. Foi obtida a seguinte resposta pela Gestora: “destacamos que dados referentes à evasão não estão automatizados em nossos sistemas de informação” (MEC, 2016d).

⁵³ Para os profissionais contratados por processo de designação, estes possuem garantidos alguns direitos básicos, como recebimento de férias e décimo terceiro proporcionais, diferentemente dos profissionais contratados por meio do recebimento de “bolsas”.

Apesar de os cursos FIC não serem o foco da pesquisa de campo, foram levantados os índices de evasão das instituições participantes da pesquisa. A gestora (G2), responsável pela demanda dos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, ao ser questionada sobre os elevados índices de abandono, identificados neste estudo, em cursos ofertados pelo PRONATEC, explicou que, no geral, a evasão de cursos dessa modalidade foi de 20%. Para ela, a alegação da maioria dos estudantes para o abandono foi pautada na necessidade de se trabalhar: “ocorreu um negócio interessante, a evasão é sempre 20%. A maioria alega que parou porque começou a trabalhar, a necessidade de trabalhar maior do que finalizar o curso” (GESTOR, G2). Cabe lembrar que os cursos FIC são de duração mínima de 160 e máximo 400 horas, ou seja, são cursos de rápida duração, e, ainda assim, foram registrados índices importantes de evasão, de acordo com os dados da gestora.

Quanto aos índices de evasão levantados nos cursos técnicos de nível médio, na forma concomitante, foco dessa pesquisa campo, a evasão foi mais severa. Na primeira turma implementada na rede estadual em 2012 (Instituição 1), houve 32 inscritos que iniciaram o curso, mas somente 10 estudantes concluíram-no com êxito, um total de 22 desistentes, os quais representaram um índice de 68,8% de evasão no primeiro ano de lançamento do Programa na rede estadual de Uberlândia.

De acordo com a gestora (G1), dos 10 concluintes, apenas 1 prosseguiu com os estudos na mesma área do curso técnico, e, sobre esses resultados, ela destaca que

O curso na época, ele era concomitante, o aluno, ele teria que estar cursando o ensino médio e o contabilidade, eles foram perdendo o interesse, porque as notas deles caíram, então eles preferiram focar no ensino médio e deixar o curso de lado, eles viram que não tinha muito campo de trabalho, apenas um aluno dos que formaram teve interesse de seguir. Foi só um. Tanto que pra eles buscarem os certificados, eu tive que ligar, pressionar eles, falar: vocês têm que pegar o certificado, porque eu fiquei com medo, como eu ia sair, que esse curso ficasse engavetado, ele com o diploma dele, aí eu anexei o diploma dele com o ensino médio dele, mas daqui da escola, eu só tinha cinco alunos, cinco eram de outras escolas. Só um aluno teve interesse, foi o único aluno, que ele me procurou, apenas um, dos dez que formaram, apenas um me procurou, teve interesse em pegar o certificado dele, porque já estava trabalhando dentro da área. Os outros nove não (GESTORA G1).

Através do relato da gestora (G1) foi possível perceber as dificuldades dos estudantes quanto à conciliação dos conteúdos do ensino médio com os da educação profissional, visto que nesta modalidade as aulas ocorrem em horários distintos (esse é o modelo dos cursos técnicos concomitantes) e nesse caso os estudantes optaram por priorizar a continuidade do ensino médio em relação ao curso ofertado pelo PRONATEC.

A gestora ainda atribuiu o desinteresse dos estudantes em prosseguir com o curso, primeiramente, ao fato de não ter custo para o estudante, por ser “de graça”, e, também, quanto à forma de articulação ser concomitante, e não integrada ao Ensino Médio. Ela relata sobre a dificuldade de o estudante estar matriculado em dois turnos, e que isso poderia ter sido uma das causas do alto índice de abandono, especificamente desse curso.

O desinteresse que a gente percebe, é que, tudo que é de graça, eles não têm interesse, quando você começa a cobrar por qualquer coisinha, aí eles valorizam mais, acho que pela questão de ser de graça, ele acha que não é bom, que não tem valor. Eu acho que uma das falhas desse curso de (técnico) em contabilidade é justamente por ele ter junto com o ensino médio, se ele tivesse sido na mesma grade, que o aluno fazia o médio e saía com o curso médio mais o profissionalizante junto, eu acredito que poderia ter tido mais sucesso, poderia ter sucesso, porque não teve sucesso, porque o aluno, se ele tiver que voltar na escola para ele fazer qualquer coisa, ele não volta, ele não volta (GESTORA G1).

Para a gestora (G4) faltaram outros incentivos na forma de condução do curso, a exemplo do estágio, ou um primeiro contato com as empresas e outras parcerias, que serviriam de estímulo aos estudantes:

Parcerias com as empresas para poder estimular os alunos a um estágio, porque os alunos foram pro curso técnico esperando um emprego e a maioria eram pessoas que nunca tinham trabalhado, não tinham experiência nenhuma, então uma parceria com uma empresa pra poder ter esses alunos como estagiários já seria um grande incentivo para eles (GESTORA G4).

Na Instituição 2, o índice de evasão registrado foi de 45,7% em uma turma e 40% em outra. A justificativa apresentada por uma das professoras foi que “alguns falavam que não tinham condições de ir, que não tinham transporte, outros não quiseram mesmo” (PROFESSOR P1); “A gente tem aluno ali que estuda de manhã, trabalha a tarde e vem fazer o curso a noite”, outra dificuldade que poderia ter contribuído para o abandono dos cursos do PRONATEC, conforme relatou o gestor G5.

Uma das gestoras da Instituição 1 atribuiu o elevado índice de evasão, dentre outros fatores, à dificuldade de locomoção, no percurso da residência até a instituição. Para ela, o fato de o estudante estar matriculado no Ensino Médio em outra instituição estadual, muitas vezes distante da instituição que ofertava o ensino técnico, dificultou sua permanência, ocasionado a desistência, como ocorreu com os estudantes matriculados na Instituição 1, o que reforça mais uma vez a necessidade de ofertar a educação profissional integrada ao ensino médio, entretanto esse não foi o foco de oferta do PRONATEC.

Então, pelo que eu via lá, como professora, era a questão mesmo de cansaço, porque de manhã, ou tarde eles estavam em escola fazendo o ensino médio regular... a distância... porque a maioria era de outras escolas, da [*instituição I*] mesmo tinham pouquíssimos, tanto é que pra facilitar depois, no terceiro período, foi até uma proposta que eu fiz lá pra eles foi que eles viessem para [*instituição I*] fizesse o ensino médio nela, isso foi aderido pelo... acho que 99% dos alunos, foram pro [*instituição I*] e eu acho... [pausa]... também teve a questão que... eles esperavam alguma coisa diferente do que eles viam lá na escola, no ensino médio regular de manhã ou à tarde, que eram aquelas disciplinas sentar, escrever, o professor falar, depois fazer prova, fazer trabalho, eles esperavam algo diferente, algo mais estimulante (GESTORA G4).

Outro ponto observado pela gestora foi a decepção dos estudantes quanto à forma de estruturação do curso, enquanto esperavam algo “diferente” do Ensino médio. Para ela, houve uma expectativa em relação ao novo desenho de Programa, em que acreditavam que o PRONATEC seria um curso diferente do que foi executado.

Nesse momento, foi possível notar as influências que os discursos ideológicos promovem na sociedade como um todo, com a pulverização de propaganda de Programas, a exemplo do PRONATEC, com a promessa da oferta de uma formação profissional de qualidade, somados aos méritos descritos em sua base legal, inclusive ratificados nos discursos da Presidenta Dilma, na época de sua implementação, de que essas políticas de formação profissional vinculadas às de geração de emprego e renda promoveriam uma alavancagem na produtividade e melhoria na qualidade dos empregos, assegurando, ao mesmo tempo, o padrão de desenvolvimento, integração social e salários adequados, além de assegurar cursos de qualificação aos trabalhadores, promovendo a ampliação da formação profissional, tão essencial ao Brasil (PORTAL DO PLANALTO, 2011).

Em outro evento, em 2014, a Presidenta Dilma Rousseff ratificou novamente a relevância da educação profissional frente ao mercado de trabalho brasileiro que necessitava de milhões de técnicos “porque o nosso trabalho tem que ser cada vez mais valorizado e render cada vez mais para as pessoas que exercem o trabalho. Estou falando de salários mais elevados, de melhores oportunidades” (PORTAL BRASIL, 2014).

Os discursos ideológicos de Programas, a exemplo do PRONATEC, induzem os jovens estudantes, principalmente os de baixa renda, a optarem por cursos ofertados na educação profissional como forma de “garantir” um lugar no mercado de trabalho, em detrimento à busca por cursos de graduação, que além de postergar a inserção no mercado de trabalho, são mais extensos e portanto mais onerosos ao Estado.

3.5 Discussão dos Resultados do PRONATEC

É indiscutível a relevância do fator trabalho na estruturação da sociedade devido à sua natureza econômica e social. Saviani (2007) destaca que a essência humana é definida pelo trabalho, não sendo possível o homem viver sem trabalhar, constituindo-se como única maneira de garantir sua própria existência, e, portanto, se não o fizer, perece.

E, na busca de produzir e reproduzir o conhecimento necessário à efetivação do trabalho, e, portanto, à sobrevivência, a escola assume, nesse contexto, um importante papel em capacitar o ser humano nas múltiplas dimensões da atividade laboral, ao exercer influências nas formas das atividades a serem desenvolvidas, a partir dos processos educativos.

Fato é que a escola não possui autonomia quanto à escolha das formas em que se desenvolverão esses processos (apesar de ser propalado o contrário), e torna-se um lugar de disputa hegemônica no tocante às concepções e configurações dos processos educativos, respondendo aos interesses de classes, sendo concebidas, por vezes, de forma conflitante e contraditória (FRIGOTTO, 2003).

Ao desenhar o Programa PRONATEC, em resposta à crescente demanda de qualificação profissional de jovens e trabalhadores, com a proposta de promover a elevação da escolaridade, melhoria do Ensino Médio público e a articulação das políticas de trabalho e renda, o governo federal parece encontrar a fórmula certa para inclusão de uma parcela da sociedade excluída durante um longo processo histórico, e que, na conjuntura atual, teriam a possibilidade de inclusão com direito à qualificação profissional de qualidade e acesso a melhores condições de trabalho.

Entretanto, ao confrontar as propostas do PRONATEC com sua efetiva realização, por meio do levantamento de dados da pesquisa, tem-se algo muito diferente entre o que se idealizou e o que se alcançou com o Programa: os itinerários formativos priorizados pelo PRONATEC, em nível nacional, foram direcionados à efetivação de 6,5 milhões de matrículas em cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional e 2,7 milhões em cursos técnicos de nível médio (MEC, 2016a).

Destaca-se, ainda, que, embora o estado de Minas Gerais tenha apresentado um volume expressivo de matrículas frente à esfera nacional, ocupando uma posição privilegiada de segundo lugar no *ranking* de cursos ofertados pelo PRONATEC no período estudado, com

um raio de alcance a 716 municípios, os resultados reforçam a tendência já evidenciada em nível nacional de se privilegiarem os cursos FIC em detrimento dos cursos técnicos, preconizando a oferta de cursos de curta duração (160 a 400 horas) em detrimento aos que demandam maior tempo em sua formação (800 a 1200 horas) (MEC, 2016a). Esse fenômeno se repete também em âmbito municipal, representado neste estudo, pelo município de Uberlândia-MG.

Em relação à tendência do PRONATEC em privilegiar os cursos de formação inicial e continuada, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014) já observavam que:

Consideramos que a política de educação profissional no Brasil de fato tem ampliado a formação de trabalhadores no Brasil, porém, para o trabalho simples, o “trabalho barato”. Na melhor das hipóteses, somente este tipo de trabalho pode incorporar pessoas formadas em cursos de formação inicial e continuada, na sua maioria, de 160 horas. É neste tipo de curso, inclusive, que se concentram as matrículas gratuitas advindas do acordo entre o Sistema S e o Ministério da Educação (MEC) (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014, p. 67).

Por meio dos quantitativos analisados, tornou-se evidente que a iniciativa da Bolsa-Formação se utilizou da capacidade instalada das instituições ofertantes, principalmente as representantes do Sistema S de ensino, a exemplo do SENAI e SENAC, que, no âmbito nacional, foram responsáveis por 59,6% da oferta nas diferentes modalidades (FIC e técnico), além de se valer das instituições privadas, com parceiras na oferta de cursos do Programa.

Os resultados abstraídos reforçam a tendência de que a implementação do PRONATEC, em resposta coerente às necessidades de unificar a formação de trabalhadores no país, tem suas bases direcionadas à ampliação da participação da rede privada na oferta da educação profissional, subsidiadas por recursos públicos, e apontam o predomínio da formação inicial e continuada em relação à educação integrada de nível médio (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014).

No que tange à indagação quanto à real contribuição do PRONATEC na expansão da oferta em cursos técnicos de nível médio, levantada no início desta pesquisa pode-se afirmar que sim, houve a efetiva contribuição do Programa ao ofertar de 2,7 milhões de matrículas em cursos técnicos de nível médio, entre 2011 e 2015, entretanto observa-se quanto aos objetivos em “contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional” (BRASIL, 2011a), pode-se observar que não foi promovida a tão reivindicada educação profissional integrada ao ensino médio, de formação ampla fundida a ao trabalho como princípio educativo, mas as formas priorizadas pelo

PRONATEC foram a oferta do ensino profissional concomitante e subsequente ao ensino médio.

A esse respeito, os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014) também se posicionaram quanto aos resultados obtidos com o Programa até 2014. Comparando os resultados da formação integrada ao ensino médio regular, modalidade não contemplada no âmbito do PRONATEC,

Verifica-se, ainda, a tendência de não se privilegiar a oferta da educação profissional técnica de nível médio, e sim a formação inicial e continuada. Vê-se, por exemplo, que as matrículas dos cursos concomitantes e subsequentes cresceram em 7% de 2011 para 2012 e, no ano seguinte, em 37%, chegando-se a 1.102.661 em 2013. No caso da educação profissional integrada ao ensino médio, a evolução nos mesmos períodos variou somente para 15 e para 13 pontos percentuais, totalizando, em 2013, 338.390 matrículas (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2014, p. 67).

Ao conhecer as articulações na oferta do PRONATEC, observa-se que já não existe somente uma demarcação entre o ensino técnico e o propedêutico, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, fruto de tantas discussões ao longo de décadas do cenário brasileiro⁵⁴, quanto à forma de articulação da educação profissional oferecida a jovens e adultos segregada do ensino regular, demarcadas pelos fatores inclusão/exclusão. Observa-se, porém, que essa desarticulação se assevera quando seus resultados demonstram que os cursos técnicos não foram prioridade na oferta do Programa, seja na forma concomitante ou subsequente, mas que a primazia da formação dos estudantes e trabalhadores ocorreu em cursos de curta duração.

Nesse sentido, Lima (2012), ao apresentar as influências nos processos formativos no âmbito das crises entre o Estado e o capital, relacionando o tempo de produção da mercadoria ao tempo de formação do trabalhador e assevera que

A formação profissional, quando engendrada pela condição de mercadoria, submete-se à lógica da mercantilização, subordinando-se ao processo de parcelamento e de fragmentação resultantes das formas de aceleração do tempo socialmente necessário para sua produção (LIMA, 2012, p. 75).

As propostas iniciais do PRONATEC, contidas no PPA 2012-2015, foram direcionadas a promover iniciativas que atraíssem os jovens por meio da oferta de um ensino apropriado à sua realidade social e que gerasse nele perspectivas de continuidade nos estudos

⁵⁴ (KUENZER, 1997, 2002, 2007; SAVIANI, 2007).

(BRASIL, 2011b). Entretanto, o itinerário formativo prevalente no Programa afastou-se do desenho inicial, com a promoção, principalmente, da oferta de cursos de curta duração, com carga horária máxima de 400 horas, não gerando nenhum incentivo ou bagagem para prosseguimento dos estudos, a não ser a tentativa de conquista de um posto de trabalho.

Ademais, o formato do Programa PRONATEC remete a uma estreita aproximação às configurações desenhadas para os planos de qualificação PLANFOR de Fernando Henrique Cardoso e ao PNQ de Lula, tanto no modelo de qualificação, de forma mais aligeirada, a exemplo dos cursos FIC, quanto nas parcerias firmadas em sua implementação, além do tipo de posto de trabalho a ser ocupado ao longo das cadeias produtivas. Referindo-se ao modelo de formação ofertada pelo PNQ, Kuenzer considera:

Assim é que os projetos contemplam um amálgama de qualificação social entendida como ação comunitária, aprendizagem de fragmentos do trabalho no espaço produtivo como conhecimento científico-tecnológico, domínio de algumas ferramentas da informática e das linguagens como capacidade de trabalho intelectual, discussão sobre algumas dimensões da cidadania como capacidade de intervenção social, levando a entender que o resultado deste conjunto se configura como educação para a inclusão social. Embora estes elementos sejam fundamentais para a educação dos que vivem do trabalho, a forma superficial e aligeirada, na maioria das vezes descolada da educação básica de qualidade, reveste as propostas de caráter formalista e demagógico, a reforçar o consumo predatório da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas (KUENZER, 2006, p. 904).

Nesse sentido, Frigotto e Ciavatta (2006a) ratificam que algumas dessas premissas são, historicamente, bandeiras levantadas pela esquerda no Brasil, sendo possível notar, em seu conjunto, que se constituem em políticas altamente ideologizadas, que trabalham em consonância com o modelo econômico neoliberal, primando pelo mercado aberto ao capital internacional, da tendência à privatização dos serviços básicos, e a minimização do papel do Estado, com a transferência da gestão do bem-estar social para a sociedade civil, sem os devidos recursos para sua concretização.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR consagrou a expressão “formação do cidadão produtivo” segundo algumas diretrizes básicas (MTb, s.d.): consolidação da estabilidade econômica, desenvolvimento com eqüidade social, modernização das relações capital/trabalho, construção da cidadania, universalização da educação básica de qualidade, educação profissional contínua em vista da complementaridade entre a educação básica e a educação profissional, geração e melhor distribuição de renda em vista de mais e melhores empregos e

empregabilidade para o acesso e a permanência no mercado de trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006a, p. 62).

Neves (2010) explica que o século XXI está sendo marcado pela noção de competência, que extrapola os limites da educação básica, influenciando fortemente a educação profissional, moldando uma nova forma de organização do sistema nacional no empreendimento da formação técnico-profissional. Essa formação é caracterizada pela emissão de certificados de competências, dentre outras medidas, visando a promover a extensão do nível de formação ao trabalho simples, caracterizado pela forma flexível, ratificando, ainda mais, comportamentos ético-políticos coerentes ao consenso e às forças coercitivas sociais basilares do capitalismo contemporâneo.

As características do modelo do Programa PRONATEC aproximam-se dos Planos anteriores, a exemplo do PLANFOR e PNQ, tanto na condução dos discursos governamentais ideológicos, os quais sustentaram sua implementação, quanto nos aspectos do próprio desenho, como a delimitação do público-alvo, objetivos, propostas de inclusão social, proposta de geração de emprego, redução das desigualdades, promoção do desenvolvimento econômico e as parcerias entre o setor público e o privado.

Tais configurações emergem, também, ao se abstraírem os resultados iniciais do PRONATEC, no município de Uberlândia, onde a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada representou 14.792 (61%) das matrículas efetivadas, enquanto os cursos técnicos ofertaram 9.490 matrículas (39%) do total.

Como já mencionado anteriormente, o fato de a Bolsa-Formação ser a iniciativa de maior relevância no município, fomentando 13.769 matrículas, utilizando as redes ofertantes do Sistema S, com 8.134 matrículas efetivadas (59,1%) e da iniciativa privada, com 3.721 (27%), contrapondo a tímida oferta da esfera pública, da rede federal, com representação de 1.533 (11,13%) e da rede estadual com apenas 381 (2,8%) matrículas respectivamente (MEC, 2016a). O que reforça o fato que a iniciativa da Bolsa-Formação ter sido muito mais direcionada a fomentar o Sistema S e as redes privadas do que as redes públicas de ensino.

A partir dos resultados apresentados no município de Uberlândia, foi possível verificar que a modalidade Bolsa-Formação foi promovida em diversas redes (federal, estadual, privada e Sistema S), porém com priorização da capacidade instalada das instituições privadas em detrimento da utilização das redes públicas de ensino, principalmente a rede estadual. No caso do Sistema S, o PRONATEC ainda foi promovido através da iniciativa do Acordo de Gratuidade, através da aplicação de dois terços das receitas compulsórias líquidas

principalmente do SENAI e SENAC (BRASIL, 2014a). A oferta por intermédio dessa iniciativa ocupou o segundo lugar em Uberlândia, representando 33,5% do total geral das matrículas.

Sobre a prevalente participação do Sistema S e da rede privada de ensino, fomentados por meio da iniciativa da Bolsa-Formação, nos resultados parciais de 2014, no âmbito nacional, os autores afirmam que,

A presença das redes privadas na oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) também é significativa, uma vez que aproximadamente a metade é apoiada pelo Bolsa-Formação e seus recursos poderem ser transferidos para instituições dessas redes. A outra é ofertada mediante o acordo de gratuidade com o Sistema S (FRIGOTTO; CIAVATTA, RAMOS, 2014, p. 67).

Ramos (2014, p. 95) considera que “O principal objetivo deste acordo é transferir recursos públicos ao Sistema S, com a intenção de financiar a expansão da oferta de vagas no SENAI e do SENAC”.

Foi notória também a minimização da participação do Estado na implementação do PRONATEC nos cursos técnicos de nível médio em Uberlândia, que apesar de possuir 28 escolas ofertantes de ensino médio, e que poderiam ofertar o ensino técnico concomitante, foram efetivadas apenas 381 matrículas entre 2011 e 2015, em contrapartida a rede privada realizou 3.721 matrículas em cursos técnicos na forma subsequente, por intermédio de recursos da iniciativa Bolsa-Formação.

Outro ponto extremamente relevante no que tange aos resultados do Programa em Uberlândia foi o fato de a Rede Federal de ensino, por meio das iniciativas da Bolsa-Formação e a Expansão da Rede Federal de Ensino, ter ofertado apenas 40,4%, o que correspondeu a 3.834 matrículas, do total das 9.490 ofertadas em cursos técnicos de nível médio, apesar dos esforços em investimentos demandados à Iniciativa da Expansão Federal, iniciados no governo Lula, representados principalmente pelos Institutos Federais, com a proposta de conferir maior qualidade na oferta dos cursos, nos aspectos relativos a instalações e pessoal capacitado (FERES, 2015), para a oferta de cursos integrados articulados ao Ensino médio, que também não foi modalidade ofertada pelo PRONATEC no município. Apesar de todo o investimento na rede federal, ainda foi necessário contar com a “colaboração” das redes privadas na implementação do Programa em Uberlândia.

Assim como nos âmbitos nacional e estadual a Bolsa-Formação foi a iniciativa de maior relevância na oferta dos cursos do Programa também em Uberlândia, onde as redes que

mais efetuaram matrículas (FIC e técnico) foram o Sistema S, rede privada, rede federal e estadual, respectivamente.

Quanto à aproximação do público envolvido na oferta do PRONATEC, incluindo os gestores e professores, na tentativa de abstrair deles quais seriam as reais contribuições do Programa na melhoria do Ensino Médio público, pode-se concluir que os resultados não foram animadores. Os próprios gestores apontaram deficiências quanto às articulações do Programa e quanto a falta de orientação do governo federal para o planejamento e execução dos cursos.

No tocante às perspectivas dos estudantes, foi perceptível o envolvimento destes em uma forte ideologia, inicialmente propalada pelos idealizadores do PRONATEC em todo o Brasil, quanto à qualidade dos cursos ofertados e que trariam uma nova perspectiva de formação profissional com o alcance de uma vaga de trabalho para obtenção de renda, gerando neles uma grande expectativa com a conclusão do curso.⁵⁵ Entretanto não foram desenvolvidas pelas instituições em que ocorreram a pesquisa de campo, nenhum tipo de incentivo ou parcerias para a inserção desses estudantes no mercado de trabalho.

Houve certo consenso nas falas dos gestores como também nas respostas dos estudantes sobre a falta de planejamento e organização na execução do PRONATEC. Observa-se que, para a implementação dos cursos, seus organizadores apenas se utilizaram da estrutura física das redes estaduais de ensino, sem qualquer investimento ou melhoria na infraestrutura para a promoção de cursos técnicos de qualidade, como divulgado nas propagandas do Programa.

Nesse sentido, sugere-se que a falta de investimentos nessa rede, tendo como principal programa desenhado para isso, o Programa Brasil Profissionalizado, poderia se constituir um dos fatores do insucesso, baixa atratividade e até de descontinuidade na oferta por parte de algumas escolas, como ocorreu na Instituição 1, que ofertou cursos somente em 2012.

Ademais, os objetivos desse Programa seriam em promover a ampliação da rede física da EPT para a oferta de cursos integrados ao Ensino Médio e essa modalidade não foi ofertada no âmbito do PRONATEC.

Ainda foram revelados nas instituições pesquisadas elevados índices de evasão nos cursos técnicos concomitantes, com um percentual em média de 52,0%, onde a própria forma de execução dos cursos e deficiência nas instalações da rede estadual para a oferta poderiam se constituir como um fator limitante do sucesso em sua implementação nessa rede.

55 Nesta pesquisa, não foi possível acompanhar a real situação dos jovens ao concluir os cursos quanto ao enfrentamento do mercado de trabalho.

Os desenhos dos Programas elaborados para a educação profissional continuam sendo reproduzidos, adequando-se à medida a exata da “concreta qualificação da força de trabalho” de estudantes e trabalhadores, com o envolvimento de diferente entes, públicos e privados, com vistas a promover o máximo de aproveitamento, conseguindo, assim, o ajuste e a integração ao sistema, como afirmaram Marx e Engel (2011), não desperdiçando essa força de trabalho excedente, priorizando, a exemplo do PRONATEC, a qualificação de 9,2 milhões de brasileiros em cursos de educação profissional, sendo 6,5 milhões em cursos de qualificação profissional no âmbito nacional.

Nesse contexto, observa-se que os conflitos e contradições existentes ao longo do processo histórico na oferta da educação profissional brasileira, tanto quanto à forma de organização dos processos educativos quanto ao público-alvo a quem é direcionada essa modalidade de ensino, existem e se perpetuam porque as concepções e propostas formativas envolvem interesses antagônicos de grupos de classes que, por vezes, são elaboradas em conformação com os interesses produtivos circunscritos pelo modo de produção capitalista.

Buscando exercitar o movimento do objeto investigado, a partir das suas conexões íntimas entre fator social e econômico, observa-se que a formulação das políticas públicas da educação profissional no Brasil, durante o período de recorte estudado, ergueu-se e continua sendo erguida sob a égide das relações capitalistas, adequando-se aos modelos econômicos conjunturais iniciados com as políticas do Estado Neoliberal, em resposta às necessidades de unificação da qualificação das massas para a maximização de produtos e serviços, demonstrado principalmente pela oferta de cursos FIC, além da ampliação da participação da rede privada e Sistema S, subsidiadas por recursos públicos, em detrimento da utilização da rede pública.

Esse cenário se repetiu em todos os âmbitos de oferta do PRONATEC no período estudado, os resultados no município de Uberlândia reforçam a tendência da priorização da oferta em cursos de Formação Inicial e Continuada em relação aos técnicos de nível médio, fomentados principalmente por intermédio da Bolsa-Formação, que na modalidade técnica priorizou a oferta via Sistema S e redes privadas, enquanto as redes estaduais, responsáveis pela forma articulada concomitante, no período estudado, apenas colaboraram como parceiros coadjuvantes na oferta da educação profissional no âmbito do Programa PRONATEC, apresentando um volume de matrículas, que quando comparados às demais instituições ofertantes, foi considerado mínimo.

Destarte, conclui-se que todo o esforço governamental em democratizar o acesso de jovens e adultos ao ensino profissional, com um discurso pulverizado em promover a inclusão

dos socialmente excluídos, na verdade “subordina as políticas sociais a padrões de desenvolvimento sob a hegemonia do capital financeiro” (FRIGOTTO; CIAVATTA, RAMOS, 2014, p. 72).

Os autores, ao discutirem sobre a ampliação das políticas de educação dos trabalhadores no Brasil, com a expansão de cursos que atendem ao “trabalho barato”, acreditam que não há dúvidas quanto ao acionamento do ciclo vicioso capitalista, com o resgate das políticas de geração de emprego articulado às políticas sociais, que verdade trate-se de medidas pontuais na promoção de um desenvolvimento, porém desigual, associado à promoção dos direitos sociais subjetivos.

Este portanto, é o cenário educacional desenhado no campo das políticas públicas da educação profissional para o Século XXI, onde a escola se curva às propostas de formação profissional moldadas ao atendimento das demandas do mercado, envolvidas pelo discurso de inclusão social e alívio à pobreza dos estudantes e trabalhadores, e reproduz um ensino à medida exata na produção da força de trabalho excedente do qual se alimenta o capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar a estrutura de funcionamento do PRONATEC, conhecer os resultados alcançados no âmbito nacional, estadual, em Minas Gerais, e municipal, utilizando-se a rede estadual de ensino no município de Uberlândia – MG como campo empírico quanto à oferta de cursos Técnicos de nível médio na forma concomitante, no período de 2011 a 2015.

O objetivo desta pesquisa emergiu como eixo norteador na tentativa de responder às inquietações que surgiram no percurso da minha experiência acadêmica pessoal com a educação profissional no âmbito do PRONATEC, tais como:

- Qual a real contribuição do PRONATEC na expansão de cursos técnicos de nível médio?
- Até que ponto um programa desta natureza e envergadura política contribuiu ou tem contribuído no processo de formação do estudante/trabalhador?
- Qual é o real motivo do esforço governamental em democratizar o acesso ao ensino profissional?

Quanto à investigação produzida a partir dos objetivos específicos, reitera-se que, durante o processo histórico de construção das relações entre o ser humano e o trabalho, ocorreram transformações oriundas das mudanças nas relações produtivas e que, invariavelmente, influenciaram os processos educativos. O fator trabalho não é o único, mas se constitui importante elemento tanto de natureza econômica quanto social, e, portanto, influencia incisivamente a forma de transmissão do conhecimento.

Na atual conjuntura, tornou-se perceptível que as reformas educacionais que erigiram a partir da década de 1990, sobretudo no âmbito da educação profissional, foram se adequando aos ideais neoliberais, com a proposta inicial de redução da inflação e a promoção do desenvolvimento econômico, disfarçados em Planos e Programas que objetivavam medidas de remediação à pobreza por meio da inserção social, de um público-alvo considerado excluído por sua condição considerada limitante de acesso ao mercado de trabalho, propondo a democratização do ensino para a promoção desse acesso, reduzindo, com isso, o desemprego e o subemprego.

Diante dos impasses que emergem durante os processos históricos e conjunturais, o Estado, no exercício do papel de “fulcro mediador” entre mercado e sociedade, elabora Programas com desenhos “socialmente corretos” para a promoção da “universalização da

educação profissional”, com a oferta de cursos gratuitos aos socialmente vulneráveis, mediante articulação ou rearticulação de Planos, a exemplo do PLANFOR e PNQ e Programas como o PRONATEC, de ensino técnico e de qualificação ao estudante e trabalhador, como resposta de cunho social, direcionados a uma parcela excluída da sociedade, com a proposta de promover sua qualificação e reinserção no mercado de trabalho, disfarçados de novos modelos e siglas, porém interiorizados de antigos vieses ideológicos, na busca de fato da formação de força de trabalho excedente do qual se alimenta o capitalismo.

Foi possível constatar que a expansão alcançada com a implementação do PRONATEC nos diferentes âmbitos, nacional, estadual, municipal, evidenciam um distanciamento entre as propostas do governo federal em seus documentos oficiais e a realidade abstraída a partir do quantitativos de matrículas efetivados para os cursos técnicos de nível médio, além do reforço da precariedade do trabalho docente, contratado através do pagamento de “bolsas”, sem contudo configurar vínculo com as instituições de ensino.

Com base nas informações dos itinerários formativos ofertados pelo PRONATEC, tanto no nível nacional, estadual e municipal, foi perceptível que sua essência e forma marcam um distanciamento da tão reivindicada educação integrada, quando, em sua reconstrução, buscava conceber uma educação profissional fundida aos amplos processos formativos, conquistada com a revogação do Decreto nº 2.208/97 e a instituição do Decreto nº 5154/2004, reduzindo-a, na atualidade, a um ensino atrelado à mera técnica, por meio de uma “nova” estrutura, flexível, segregada do ensino médio, justificada por seus “diferentes itinerários formativos”, sobressaindo muito mais pela “quantidade” de mão de obra qualificada, do que da “qualidade” no ensino ofertado, com a promoção de cursos de curta duração, fragmentados, sem garantia de promover a continuidade aos estudos, no atendimento apenas a interesses imediatistas do mercado.

As contribuições para a melhoria do Ensino Médio público foram consideradas mínimas, com a prevalência da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada ou de qualificação profissional, apresentando um volume nacional, entre 2011 e 2015, de 6,5 milhões de matrículas, enquanto os cursos técnicos de nível médio representaram 2,7 milhões de matrículas. Apesar do volume expressivo de matrículas em cursos de nível médio, estes, quando fomentados pela iniciativa da Bolsa-Formação, priorizaram a oferta na forma subsequente.

Essa mesma tendência se repete em Uberlândia, com a oferta de 14.792 matrículas em cursos de Formação Inicial e Continuada e 9.490 em cursos técnicos de nível médio, além da prevalente oferta em cursos subsequentes em relação aos concomitantes, via Bolsa-Formação.

Em resposta à segunda indagação, pode-se afirmar que a força de trabalho produzida no Brasil nas últimas décadas possui natureza mais quantitativa do que qualitativa, com vistas a atender às diversas demandas do setor produtivo, o que pode ser observado por meio da priorização da oferta na modalidade Formação Inicial e Continuada e das características dos eixos tecnológicos, gerando uma força de trabalho útil e orientada ao mercado, sem produção de estímulo ao prosseguimento dos estudos.

Em resposta ao último questionamento, quanto ao real motivo do esforço governamental em democratizar o acesso ao ensino profissional, no discurso ideológico propalado, tanto no lançamento, quanto nas configurações do PRONATEC pelo governo federal, juntamente com o apoio midiático, remete-se à criação de soluções prontas e mágicas com o intuito de resolver os problemas da exclusão social no Brasil. Isso se daria mediante a inclusão daqueles grupos que, em algum momento do processo histórico educacional, foram excluídos ou nunca incluídos, devolvendo-os à sociedade não só como habilitados, mas prontos para mudar a condição econômica do país, uma responsabilidade excessivamente grande diante de um cenário perverso de diferenças geradas pelo próprio capitalismo.

Esse tipo de ensino é altamente divulgado como democrático, principalmente quanto ao discurso inclusivo, mas o fato de o ensino ser ofertado de forma segregada por grupos sociais, sendo formulado um tipo de ensino para cada grupo social, ratifica ainda mais as diferenças existentes.

O esforço governamental nos investimentos, em nível nacional, foi significativo, em valores superiores a 15 bilhões de reais, no período de 2011 a 2015 (FERES, 2015), no fomento às iniciativas que sustentaram o Programa. Desse montante, 8,3 bilhões foram utilizados na iniciativa da Bolsa-Formação (FERES, 2015), que, de acordo com os resultados levantados, primou mais pela oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, principalmente por meio do fomento a redes ofertantes do Sistema S e rede privada de ensino, do que por cursos técnicos de nível médio, com a promoção de uma profissionalização em larga escala fomentada por recursos públicos, enquanto muitas instituições públicas permaneceram carentes de investimentos, como foi observado na esfera estadual de ensino.

No que tange à realização da pesquisa no campo empírico, percebeu-se que essa rede pública estadual de ensino em Uberlândia – MG contribuiu de forma tímida, com a efetivação de apenas 381 matrículas (2011 a 2015) em cursos do PRONATEC, considerado um volume ínfimo frente a oferta das demais redes de ensino. Ademais, a rede estadual não se preparou

para ofertar cursos de qualidade, apresentando várias limitações, tanto na infraestrutura quanto nos matérias didáticos e no planejamento das ações.

Destaca-se que, no período delimitado nesta pesquisa, não houve fomento ao Programa Brasil Profissionalizado, principal ação desenvolvida para promover a melhoria na qualidade da oferta do ensino profissional nas redes estaduais, sendo sugestivo como fator limitante, tanto nas condições de infraestrutura quanto de falta de materiais para seu custeio, fato apontado tanto por estudantes quantos por gestores e professores. Outro ponto destacado, foi quanto a responsabilização de gestores e professores, na sua maioria bacharéis, em conduzir cursos recém-lançados, sem a devida experiência na área, além dos importantes índices de evasão ocorridos nos cursos das instituições estudadas.

Quanto ao relato dos estudantes, no tocante às potencialidades dos cursos do PRONATEC, estes demonstraram grande expectativa acerca da ocupação de um posto de trabalho, tão logo concluíssem o curso, objetivo natural do estudante que se qualifica. Tornam-se perceptíveis as influências geradas pelas propagandas governamentais de Programas desenhados e divulgados para atender aos interesses gerais da sociedade, a exemplo do PRONATEC, quando retratam interesses antagônicos a essa mesma sociedade.

Tornou-se evidente que o PRONATEC se consagrou como um Programa tencionado em promover a expansão do ensino profissional para produção de força de trabalho excedente e, em contrapartida, como resposta de cunho social por ter seus cursos direcionados a um público-alvo que se encontrava em algum tipo de vulnerabilidade social, que, no caso do Brasil, ultrapassam a casa dos milhões.

Por fim, conclui-se que os objetivos clássicos desses Programas governamentais, a exemplo do PRONATEC, de acesso à educação profissional, baseiam seus discursos principalmente na proposta de inclusão e acesso ao emprego pelas camadas subalternas da sociedade. De fato, eles promovem a inclusão e a democratização da educação profissional, como demonstram os quantitativos de matrículas realizadas por intermédio das ações que os sustentaram, porém se trata de uma formação afastada do Ensino Médio, aligeirada, excluindo o direito de acesso a processos formativos amplos, apresentando uma educação mais direcionada à ocupação de cargos simples na cadeia produtiva, aprofundando a super exploração da força de trabalho, com a legitimação das políticas sociais de alívio à pobreza.

Reitera-se, ainda, que a educação produzida pelo Programa PRONATEC aproxima-se muito das iniciativas implementadas nos governos de FHC e Lula, de uma formação profissional imersa em antigas contradições existentes entre a educação e o mundo do trabalho: com a oferta de um formação envolvida em um discurso de inclusão social, porém

subordinada ao processo de acumulação do capital, com a produção de força de trabalho barato ao mercado produtivo, mantendo a mesma ordem estabelecida pelos ideais neoliberais.

Essa contradição se assevera quanto à utilização de recursos públicos para o fomento do Sistema S e a rede privada de ensino, em detrimento ao fomento às redes estaduais de ensino, que são justamente as principais responsáveis pela oferta do Ensino Médio público.

A partir de tudo o que foi apreendido, por meio das contribuições aqui relatadas, espera-se que elas cooperem de alguma forma, sejam para promover reflexões ou mesmo inquietações quanto às propostas ou implementação das políticas públicas da educação profissional para o tempo presente, subsidiando novas discussões na busca de soluções para as contradições existentes na seara entre o trabalho e a educação para o tempo futuro.

O processo de investigação nunca termina. Ela abre espaços para novos horizontes e novas discussões e indagações. Cabe aqui o questionamento: estaria a educação profissional do século XXI retornando ao modelo de educação profissional da década de 1970?

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org). **A Dialética do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodología da Ciéncia: Filosofia e Práctica da Pesquisa.** 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación.** Estudio sectorial del Banco Mundial. Washington, 1995.

BARBOSA FILHO, F. H.; PORTO, R.; LIBERATO, D. Pronatec Bolsa-Formação Uma Avaliação Inicial sobre Reinserção no Mercado de Trabalho Formal. In: **Anais do 43º Encontro Nacional de Economia**, Anpec, Florianópolis SC, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Brasília: UnB, 1995.

BRASIL. **Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT –** Resolução nº 333 de 10 de julho de 2003b - Institui o Plano Nacional de Qualificação - PNQ no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, para a execução de ações de qualificação social e profissional (QSP). Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibalink.php?numlink=1-37-34-2003-07-10-333>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

BRASIL. **Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.** Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000a. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-258-de-21-de-dezembro-de-2000.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação (CNE).** Parecer n. 16, de 05 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Profissional De Nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. **Decreto N° 2.208/97, de 17 de abril de 1997-** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:<<http://www.crprj.org.br/legislacao/documentos/decreto1997-2208.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 5.154/04, de 23 de julho de 2004b. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 19 jul. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 6.095, de 24 de abril de 2007a. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 8.268, de 18 de Junho de 2014d. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamente o o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BRASIL. Lei 11.741, de 16 de julho de 2008a. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 09 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014c. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BRASIL. Lei Nº 12.513 de 26 de Outubro de 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acesso em: 5 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.863 de 24 de setembro de 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm#art8>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. Lei Nº 9.394/96. Diretrizes e bases da educação nacional: promulgada em 20/12/1996. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 07 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC-**Relatório de Gestão.** Brasília, 2004c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: **Balanço do Pronatec e perspectivas para o período 2012-2015.** Nota Técnica nº 28. Brasília, 2014a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.** – N. 24 2015^a - Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014. Brasília, 2015.180 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2012-2015.** Brasília: MP, 2011b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007:** mensagem presidencial / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2003a.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Planejamento Plurianual:** relatório anual de avaliação (exercício 2002). Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Relatório de Avaliação PPA 2004-2007.** Brasília, 2007b. Disponível em: <http://bibspiplanejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/529/PPA_2004_2007_RelatorioAValiacao2008_Vol_I_TomoI_Texto.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 nov. 2016

BRASIL. Portaria nº 125, de 13 de fevereiro de 2014b. Dispõe sobre a adesão de estados, Distrito Federal e municípios como unidades demandantes vinculadas à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI, para a oferta de Educação de Jovens e Adultos-EJA articulada à Educação Profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15764-port125-13022014&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 set. 2016.

BRASIL. Portaria Nº 160, de 5 de março de 2013c - Dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, e dá outras providências. Disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria1_160_050313.pdf> Acesso em: 04 ago. 2016.

BRASIL. Portaria Nº 817, de 13 de agosto de 2015b - Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria_mec_817_13082015.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.

BRASIL. Relatório de Avaliação. PPA 2000-2003- Brasília, 2004a.

BRASIL. Lei nº 12.816, 05 de junho de 2013a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm>. Acesso em: 01 ago. 2016.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

CIAVATTA, Maria. Formação integrada: caminhos para a construção de uma escola para os que vivem do trabalho. In: PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **O ensino médio integrado à educação profissional:** concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED, 2008.

CONGRESSO NACIONAL. Consultoria de Orçamento e Fiscalização financeira. Consultoria e Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal. **Nota Técnica nº 04/2013.** Análise quanto à competência da comissão mista de orçamento para tratar das entidades enquadradas Como Serviços Sociais autônomos no âmbito da lei de diretrizes orçamentárias. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1106642.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Relatório de Auditoria Anual de Contas. Processo 23000.004310/2014-11. Auditoria feita na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica no programa 2031 (Pronatec Bolsa-Formação). Brasília: CGU, 2014.

CREMONESE, Baltazar Carboni. **Análise política do programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos** – Proeja. 2012. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p.89-107, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERES, Marcelo Machado. A contribuição do Pronatec para a expansão da educação profissional brasileira. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília, DF: 2015. 292p

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **A educação profissional no planejamento plurianual do governo FHC**. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A Educação Profissional nos PPAs dos Governos FHC e Lula. **Educação & Realidade**, vol. 35, núm. 3, set/dez, 2010, pp. 215-235.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Democracia e tecnocracia no planejamento educacional brasileiro: tensões permanentes na educação do século 21. In: FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 62-81.

FIESP. **Livres para crescer**: proposta para um Brasil moderno. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A Formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006a.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Vocational Education and Development. In. UNESCO. **International Handbook of Education for Changing World of Work**. Bonn, Germany, UNIVOC, 2009. p. 1 307-1319. - Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, como patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005b. Disponível em:

<escoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392219264_Educação%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Anos 1980 e 1990: a relação entre o Estrutural e o conjuntural e as políticas de Educação tecnológica e profissional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A Formação do cidadão produtivo:** a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. In: **Perspectiva:** revista do Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, v. 19, n. 1, jan.-jun. 2001, p. 71-87.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS Marise. A Educação de Trabalhadores no Brasil Contemporâneo: um direito que não se completa. Germinal: **Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, dez. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. O estado-da-arte das políticas de expansão do ensino médio técnico nos anos 1980 e de fragmentação da Educação profissional nos anos 1990. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A Formação do cidadão produtivo:** a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006b.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.** [online], v. 26, n.92, p.1087-1113, 2005a.

GADOTTI, Moacir. A dialética: concepção e método. In: GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação.** 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. p. 15-38.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORENDER, Jacob. In: MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas). v. 1.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 2 / edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marcos Aurélio Nogueira. - 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Minas Gerais.** Uberlândia. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317020&search=minas-gerais%7Cuberlandia%7Cinfograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Pronatec:** múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro:IPEA, 2014.

JOSÉ FILHO, M. Pesquisas: Contornos e Processos Educativos. In: JOSÉ FILHO, M; DALBÉRIO, O. **Desafios da Pesquisa.** Franca: Unesp –FHDSS, p.63-75, 2006.

KUENZER, Acácia Z. A educação profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 2ª Ed., 1997.

KUENZER, Acácia. Z. (Org.). **Ensino médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 248p.

LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNE **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.73-91, mai./ago.2012. Disponível em <<http://trabalhoetlima.com.br/wp-content/uploads/2015/11/PRONATEC-Marcelo-Lima-RTE.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Grijalbo, 1977a.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1977b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino.** Campinas, SP:

Navegantes, 2011.

MINAS GERAIS. Minas é o estado com maior oferta de vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico. 27 ago.2013. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/5347-minas-e-o-estado-com-maior-oferta-de-vagas-no-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia; SANTOS, Nilton César dos. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Avaliação por triangulação de métodos - Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Catálogo nacional de cursos técnicos.** 3^a Edição. Brasília. 2014c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Conselho Nacional da Câmara de Educação Básica.** Resolução nº 1, de 05 de dezembro de 2014e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 set. 2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Guia Pronatec de cursos FIC.** 2^a Edição. Brasília. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18068-guia-pronatec-de-cursos-fic-2edicao-portaria-mec1232-2012&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 set. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCACÃO – MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Nota Informativa nº 08.** Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCACÃO – MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Nota Informativa nº 06.** Brasília, 2014b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.- SETEC. **e-Sic** – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. V2.2.5. 2016c. Protocolo 23480008798201653 Disponível em: <<http://esic.cgu.gov.br/sistema/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Simec** – Módulo público. Painel de Controle do Mec. 2016a. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 set. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **e-Sic** – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. V2.2.5. 2016b. Protocolo SIC 23480003406201660. Disponível em: <<http://esic.cgu.gov.br/sistema/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **e-Sic** – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. V2.2.5. 2016d. Protocolo SIC 23480014023201617. Disponível em: <<http://esic.cgu.gov.br/sistema/>>. Acesso em: 02 set. 2016

MUÑOZ PALAFOX, G.H. Breves Considerações a Respeito do Materialismo Histórico-dialético. Mimeo., 2013.

NASCIMENTO, Paulo A. M. M. **O Pronatec em tempos de ajuste fiscal.** Desafios do desenvolvimento. Brasília, nº 87, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/ed87/pdfs/160616_revista_desafios_87.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

NEVES, Lúcia M. W; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado:** da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/Publicacao/pub13.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2017.

NEVES, Lúcia. M. W. (Org.). **Direita para o Social e Esquerda para o Capital.** Intelectuais da nova pedagogia de hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

NEY, Antonio Fernando Vieira. A reforma do ensino médio técnico: concepções, políticas e legislação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A Formação do cidadão produtivo:** a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006d.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico.** Petrópolis/RJ. Vozes, 2005.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:** proposta de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: Moderna, 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PAINEL MEC. Localização de Uberlândia no mapa de Minas Gerais – MG. Disponível em:
<<http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/3170206>>
> Acesso em: 27 ago. 2017.

PALMA FILHO, J. C. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. **História da Educação.** Acervo digital Unesp. São Paulo, p.1-19, 2005. Disponível em:
<<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO. PNQ 2003-2007. – Brasília: MTE, SPPE, 2003.

POCHMAN, Marcio. Subdesenvolvimento como obstáculo do planejamento. In: FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21.** Brasília: Liber Livro, 2013, p. 35-55.

PORTAL BRASIL. Dilma Rousseff: Todos têm de ter direito a qualificação profissional e ao ensino técnico. Portal Brasil, Pará, 25 abr. 2014. Disponível em:
<www.brasil.gov.br/educacao/2014/04/dilma-rousseff-todos-tem-de-ter-direito-a-qualificacao-profissional-e-ao-ensino-tecnico>. Acesso em: 16 ago. 2016.

PORTAL DO PLANALTO. Discurso da presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura de alunos do Pronatec Brasil Sem Miséria – Uberlândia-MG.13 set. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/disco...>> Acesso em: 22 nov. 2016.

PORTAL DO PLANALTO. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de anúncio da expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica. Brasília. 16 ago.2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/accompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-anuncio-da-expansao-da-rede-federal-de-educacao-superior-e-profissional-e-tecnologica-brasilia-df>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

PORTAL MEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (Pronatec). 2016b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>> Acesso em: 24 de out. 2016.

PORTAL MEC. Pronatec EJA. 2016a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/pronatec-eja>>. Acesso em: 24 out. 2016.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-PMU. Projetos e Ações da Prefeitura de Uberlândia - Desenvolvimento Social e Trabalho. 2017. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/-1/822/secretaria.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-PMU. Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho. **Guia Pronatec.** Uberlândia, 2012.

PRESTES, Emilia; VERAS, Roberto. Educação, qualificação, trabalho e políticas públicas: campos em disputas. **Rev. Lusófona de Educação** [online]. 2009, n.14, pp.45-59. ISSN 1645-7250.

RAMOS, Leandro da Fonseca. **O Pronatec como política social de Estado:** historicidade e contradição de uma política para Educação Profissional. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS-SEE-MG. Superintendência Regional de Ensino - Uberlândia- MG. **Orientações sobre a implantação dos cursos técnicos nas escolas estaduais:** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. DIRE, 2012.

SENADO NOTÍCIAS. Sistema S. Disponível em:
<<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>> Acesso em: 25 mai. 2017.

SILVA, Kátia Nunes da; RIBEIRO FILHO, Vitor. Desenvolvimento sócio espacial e dinâmica urbana da zona sul da cidade de Uberlândia. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 31 p. 69-78, 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo.** Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo. Cia das letras, 2012, 280p

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos estudos** (85). 2009. p. 83-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

TEODORO, Antonio. **A educação em tempos de globalização neoliberal:** os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber, 2011.

TONET, Ivo. Educação e ontologia marxiana. **Revista HISTEDR On-line, Campinas**, número especial, abril de 2011, p. 135-145. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art10_41e.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2016.

ANEXO A

Parceiros demandantes do Pronatec Bolsa-Formação e respectivas características.

Demandante	Modalidade da Demanda	Tipo de Demanda	Público Beneficiário	Unidade Demandante
Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação	Pronatec Jovem – Téc. Concomitante	Compartilhada	Estudantes do ensino médio da rede pública	Unidades de ensino da educação básica, que tenham ensino médio, e/ou secretaria estadual e distrital de educação
	Pronatec Jovem – FIC	Compartilhada	Estudantes do ensino médio da rede pública	Unidades de ensino da educação básica, que tenham ensino médio, e/ou secretaria estadual e distrital de educação.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pronatec Brasil Sem Miséria	Compartilhada	Cadast. No CadÚnico	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculados às prefeituras e/ou secretarias estaduais de assistência social
	Pronatec Mulheres Mil	Exclusiva	Mulheres cadastradas no CadÚnico	
	Pronatec Sistema Socioeducativo Aberto	Compartilhada	Jovens/adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	
	Pronatec Vira Vida	Exclusiva	Jovens em situação de vulnerabilidade social que participam do Projeto Vira Vida.	
Ministério do Trabalho e Emprego	Pronatec Seguro-Desemprego	Prioritária	Benefic. do seguro-desemprego	Sistema Nacional de Emprego (SINE) e outras agências do trabalhador
	Pronatec Aprendiz	Exclusiva	Participantes do Programa Jovem Aprendiz	
	PronatecCertific	Exclusiva	Cidadãos interessados em realizar processo de certificação de saberes	
	Pronatec ProJovem Trabalhador	Exclusiva	Jovens que participam do ProJovem Trabalhador	
	Pronatec Trabalhador	Compartilhada	Trabalhadores	
Ministério do Turismo	Pronatec Copa	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer.	Secretarias estaduais e municipais de turismo que tenham ensino médio, e/ou secretaria estadual e distrital de educação.
	Pronatec Copa na Empresa	Exclusiva	Trabalhadores que atuam nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer.	Empresas do setor de turismo, hospitalidade e lazer que tenham ensino médio, e/ou secretaria estadual e distrital de educação.

	Pronatec Copa Social	Compartilhada	Jovens em situação de vulnerabilidade no âmbito do Projeto Vira Vida	SESI
Ministério da Defesa	Pronatec Exército Pronatec Aeronáutica Pronatec Marinha	Exclusiva	Praças do Exército, Aeronáutica e Marinha em prestação de Serv. Militar	Comando local do Exército/ Comando da Aeronáutica /Comando da Marinha
	Pronatec Exército Reserva	Compartilhada	Praças do Exército que deram baixa do Serviço Militar, nos últimos 12 meses, e Atiradores de Tiro de Guerra	Organizações Militares
	Pronatec Aeronáutica Reserva	Compartilhada	Praças da Aeronáutica que deram baixa, do Serviço militar, nos últimos 12 meses	Comando da Aeronáutica
	Pronatec Marinha Reserva	Compartilhada	Praças da Marinha que deram baixa do Serviço Militar nos últimos 12 meses	Comando da Marinha
	Pronatec Marinha Mercante	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar no setor aquaviário	Órgãos de execução do sistema de ensino profissional marítimo
Ministério da Cultura	Pronatec Cultura	Compartilhada	Trabalhadores para atender as demandas do mercado cultural	Secretarias estaduais e municipais de cultura
Ministério da Pesca e Aquicultura	Pronatec Pesca e Aquicultura	Compartilhada	Pescadores e aquicultores que atuam ou pretendem atuar nos setor pesqueiro e aquícola	Superintendências federais da pesca e aquicultura
Ministério da Previdência Social	Pronatec Reabilitação Profissional	Compartilhada	Trabalhadores em processo de reabilitação profissional	Postos do INSS
Ministério da Agricultura	Pronatec Agro	Não informado	Não informado	Não informado
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Pronatec Campo	Compartilhada	Público da agricultura familiar, ovos e comunidades tradicionais e da Reforma Agrária	EMATER, ATER, SEAPROF, Sindicatos
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	Pronatec Brasil Maior	Compartilhada	Trabalhadores para os setores relacionados ao Plano Brasil Maior	Entidades representativas da indústria
Ministério das	Pronatec	Compartilhada	Trabalhadores que	Prefeituras participantes do

Comunicações	Comunicações		atuam ou pretendem atuar nas áreas de produção, programação e distribuição de inf./dados sobre plataformas de radiodifusão ou telecom.	programa Cidades Digitais, Associações/federações de empresas do setor convenientes do programa de Conteúdos Digitais Criativos
Ministério da Justiça	Pronatec Sistema Prisional	Compartilhada	Privados de liberdade em regime aberto e semiaberto e egressos de estabel. Penal.	Unidades prisionais sec. estaduais de administração prisional ou órgãos congêneres. Grupo de Monitoram. da Execução Penal vinculado ao Conselho Nacional de Justiça
	Pronatec Sistema Prisional em Regime Fechado	Exclusiva	Cumpridores de penas Sistemas penitenciários em regime fechado	
Ministério da Integração Nacional	Pronatec Defesa Civil	Exclusiva	Pessoas que atuam, direta/indiretamente , em atividades relacionadas à defesa civil	Coordenações locais de defesa civil
SETEC e SESu/MEC	Pronatec Serviços Públicos	Não informado	Não informado	Não informado
Secretaria de Portos/PR	Pronatec Portuários	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar no setor portuário.	Órgãos de execução do sistema de ensino profissional marítimo. Órgão de gestão de mão de obra portuária
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/MEC	Pronatec ProJovem Urbano	Exclusiva	Jovens que participam do ProJovem Urbano	Secretarias municipais/estaduais de educação
	Pronatec EJA FIC	Compartilhada	Alunos matriculados no ensino fundamental EJA, com idade \geq a 15 anos, e no ensino médio EJA, com idade \geq a 18 anos	Secretarias municipais e estaduais (órgãos gestores da EJA)
	Pronatec EJA Técnico Concomitante	Compartilhada	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do ProJovem Urbano, com idade \geq a 18 anos	Secretarias municipais e estaduais (órgãos gestores da EJA e do ProJovem)
Secretaria de Direitos Humanos/PR	Pronatec Sistema Socioeducativo aberto	Compartilhada	Jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	Órgãos municipais de execução do sistema socioeducativo

	Pronatec sistema Socioeducativo fechado	Exclusiva	Jovens adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado	Órgãos estaduais de execução do sistema socioeducativo
	Pronatec Viver sem Limite	Prioritária	Pessoas com deficiência	Órgãos de gestão da política e entidades representativas da soc. Civil
	Pronatec Pop Rua	Exclusiva	Pop. em situação de rua	Não informado
Secretaria Nacional da Juventude/PR	Pronatec Juventude Viva	Exclusiva	Jovens em situação de vulnerab. Social	Não informado

Fonte: CGU (2014, p. 26-29).

APÊNDICE 1
ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS
MATRICULADOS/EGRESSOS NO PROGRAMA PRONATEC EM UBERLÂNDIA

Procedimentos previstos:

1. Apresentação da pesquisadora e da pesquisa;
2. Leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e convite para participação na pesquisa, por meio da entrevista semiestruturada;
3. Dados gerais do sujeito da pesquisa;
4. Questões específicas acerca dos objetivos primários e secundários que serão abordados na pesquisa.
- 5.

Dados gerais do sujeito da pesquisa:

1. Idade: _____
 2. Sexo: () Feminino () Masculino () Não declarado |
 3. Estado Civil:
 4. Escolaridade _____.
 5. Possui conhecimento em informática? () Sim Não ()
 6. Você cursou o ensino básico onde? Escola pública () Escola privada ()
 7. Qual a sua forma de ingresso no curso? _____
 8. Curso no Pronatec? _____. Modalidade _____
 11. Indique o período do curso () Matutino () Vespertino () Noturno
 12. Você é beneficiário de algum programa de transferência de renda? () Sim () Não
 13. Em qual instituição cursou o Pronatec?
 14. Você está empregado? Sim () Não ()
 15. O emprego tem relação com o curso? () sim () Não
 16. Você indicaria o curso do Pronatec para alguém?
 17. Você tem interesse em algum curso que não seja ofertado pelo Pronatec?
 18. Como você avalia o domínio dos conteúdos pelos professores?
Excelente () Bom () Regular () Ruim ()
 19. Qualidade dos materiais didáticos (livros, apostilas etc.)
Excelente () Bom () Regular () Ruim ()
 20. O curso está ou estava dentro de suas expectativas? Justifique sua resposta.
 21. Quais os limites (pontos fracos ou negativos) do Pronatec?
 22. Quais as possibilidades (pontos fortes ou positivos) do Pronatec?
 23. Você considerou positivo ou negativo o fato de realizar um curso técnico junto ou paralelo ao Ensino Médio? Por quê?
 24. O que te motivou a cursar um curso do Pronatec?
 25. Neste espaço você poderá descrever algum tópico não abordado nas perguntas ou comentário que considere importante.
-
-
-
-
-

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

SEMIESTRUTURADAS COM OS PROFESSORES ATUANTES NO PRONATEC.

Procedimentos previstos:

1. Apresentação da pesquisadora e da pesquisa;
2. Leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e convite para participação na pesquisa, por meio da entrevista semiestruturada;
3. Dados gerais do sujeito da pesquisa;
4. Questões específicas acerca dos objetivos primários e secundários que serão abordados na pesquisa.

5. Dados gerais do sujeito da pesquisa:

- | |
|---|
| 1. Idade: _____ |
| 2. Sexo: () Feminino () Masculino () Não declarado |
| 3. Cargo/função: _____ |
| 4. Escolaridade: _____ |

- 1- Há quanto tempo está na instituição?
- 2- Qual disciplina ministra?
- 3- Você já possui experiência com cursos profissionalizantes?
- 4- O que o motivou a estar ministrando disciplina no ensino profissional?
- 5- Quais os princípios que regem o ensino profissional oferecido pelo Programa Pronatec?
- 6- Qual a sua percepção com relação à homogeneidade do conhecimento entre os alunos?
- 7- Quais as dificuldades encontradas, se houver, em compartilhar o conhecimento através da disciplina ministrada?
- 8- Qual a sua expectativa de transmissão do conhecimento aos alunos?
- 9- Qual a sua percepção de apreensão do conhecimento os alunos?
- 10- Você tem alguma sugestão para melhoria no ensino e na aprendizagem?

APÊNDICE 3
ROTEIRO DE QUESTÕES PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS
SEMIESTRUTURADAS COM OS GESTORES DO PROGRAMA PRONATEC

Procedimentos previstos:

1. Apresentação da pesquisadora e da pesquisa;
2. Leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e convite para participação na pesquisa, por meio da entrevista semiestruturada;
3. Dados gerais do sujeito da pesquisa;
4. Questões específicas acerca dos objetivos primários e secundários que serão abordados na pesquisa
5. Dados gerais do sujeito da pesquisa:

- | | |
|---|--|
| 1. Idade: _____ | |
| 2. Sexo: () Feminino () Masculino () Não declarado | |
| 3. Cargo/Função: _____ | |
| 4. Escolaridade: _____ | |
1. Quais os objetivos do programa nesta instituição?
 2. Qual o ano de oferta do curso?
 3. Quais as estratégias elaboradas para o alcance destes objetivos e metas?
 4. Quais a forças, fraquezas, ameaças e oportunidades do programa?
 5. Como foi feita a seleção dos alunos?
 6. Quais cursos foram ofertados?
 7. Qual apresentou maior e menor demanda?
 8. Como foi feita a escolha dos cursos a serem ministrados nesta unidade de ensino?
 9. A instituição possui ou possuía estrutura física ou pessoal capacitado para implementação dos cursos?
 10. Como se realizou a seleção dos docentes?
 11. Como foi feita a elaboração do currículo dos cursos?
 12. Esta instituição realizou algum monitoramento da empregabilidade dos egressos?
 13. Qual o percentual de evasão?
 14. Houve alguma medida para evitar ou diminuir a evasão?
 15. Quais os principais motivos alegados para o abandono do curso?
 16. Foi feito algum tipo de avaliação do curso/docente pelos alunos?
 17. Quais as principais dificuldades na implementação deste programa?
 18. Os recursos liberados foram suficientes para a execução do programa?
 19. Em sua experiência com cursos profissionalizantes, o que você determinaria como principal responsável pelo sucesso/insucesso do programa?
 20. Qual a observação você faz em relação ao Programa?
 21. A escola ofertaria o curso novamente?